

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE NACIONAL DO PAU BRASIL E SEU TERRITÓRIO

Porto Seguro, Bahia, 20 de abril de 2018.



Realização



Parque Nacional do Pau Brasil
Coordenação Geral de Gestão
Socioambiental/DISAT/ICMBio



Projeto Assentamentos Agroecológicos / PAA
NACE-PTECA/ESALQ/USP



Câmara Temática de Educação Ambiental (CTEA)
do Conselho Consultivo do Parque Nacional do Pau Brasil

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

EDSON DUARTE
MINISTRO SUBSTITUTO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

RICARDO JOSÉ SOAVINSK
PRESIDENTE DO ICMBIO

FÁBIO ANDRE FARACO
CHEFE DO PARQUE NACIONAL DO PAU BRASIL

Realização:

Parque Nacional do Pau Brasil/Coordenação Geral de Gestão Socioambiental/
DISAT/ICMBio; Projeto Assentamentos Agroecológicos/PAA – NACE-PTECA/
ESALQ/USP; Câmara Temática de Educação Ambiental (CTEA) do Conselho
Consultivo do Parque Nacional do Pau Brasil. Organização: Maria Henriqueta
Andrade Raymundo. Abril/2018.

ESTE PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE NACIONAL DO PAU BRASIL E SEU TERRITÓRIO FOI CONSTRUÍDO COLETIVAMENTE POR:

Câmara Temática de Educação Ambiental (CTEA) do Conselho Consultivo do Parque Nacional do Pau Brasil:

Aart T. Lam e Marionice Alves Macedo (Associação Coqueiro Alto dos Pequenos Proprietário de Terra da Região de Trancoso)

Alberto Oliveira e Silvano Alves dos Santos (Associação de Moradores de Vera Cruz - AMVC)

Alessandra Buonavoglia Costa Pinto; Anna Raquel Nunes Sanchez; Claudionor S. M. Filho; Gabriela Narezi e Olivia Maria Pereira Duarte (Universidade Federal do Sul da Bahia)

Bianca Rocha Martins, Fábio André Faraco e Patrícia Greco Campos Faraco (Parque Nacional do Pau Brasil/ICMBio)

Carolina Peixoto Ferreira (Coordenação Regional – CR7/ICMBio)

Célia Pereira (Coordenação-Geral de Gestão Socioambiental/ ICMBio)

Filipe Prado (Universidade do Estado da Bahia - UNEB)

Hudson T. Borges Rodrigues (Associação de Moradores do Vale Verde – ASVALE)

Jailton Pereira Santos e Plácido Barreto (Associação Rio da Barra)

João Dagoberto dos Santos, Maria Henriqueta Andrade Raymundo e Simone Portugal (PAA-NACEPTECA/ESALQ/ USP)

Kelly Fernanda Paduin e Rayssa Winnie da S. Aguiar (Associação Despertar Trancoso - ADT)

Maria Cristina Vieira (Diretoria de Unidades de Conservação do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia (DIRUC/INEMA/BA)

Pedro Lúcio Assis (RPPN Rio do Brasil)

Priscilla Sales Gomes (RPPN Estação Veracel)

Ronilson Rodrigues da Silva (Associação de Produtores Rurais Unidos Venceremos – APRUNVE)

Vera Alice Silva Soares (UnesulBahia – Faculdades Integradas do Extremo Sul da Bahia)

Participantes envolvidos no processo de construção representando:

Moradores das Comunidades: Vale Verde; Vera Cruz; Sapirara, Coqueiro Alto; Fazenda Santa Maria, Arraial D’Ajuda e Trancoso.

Agricultores, lideranças comunitárias, estudantes, professores, técnicos, brigadistas, gestores públicos e privados e outras representações da diversidade de organizações do poder público nas esferas federal, estadual e municipal, escolas, instituições de ensino superior, sociedade civil e setor privado do território.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE NACIONAL DO PAU BRASIL E SEU TERRITÓRIO

Facilitação metodológica da construção do Projeto Político-Pedagógico de Educação Ambiental do Parque Nacional do Pau Brasil e seu Território

Maria Henriqueta Andrade Raymundo (PAA- NACE-PTECA/ESALQ/USP)

Redação e organização do texto

Maria Henriqueta Andrade Raymundo (PAA/ NACE-PTECA/ESALQ/USP)

Apoio e revisão do texto

CTEA – Câmara Temática de Educação Ambiental do Conselho Consultivo do Parque Nacional do Pau Brasil

Mobilização social e logística

Aart T. Lam e Marionice Alves Macedo (Associação Coqueiro Alto dos Pequenos Proprietário de Terra da Região de Trancoso)

Alberto Oliveira e Silvano Alves dos Santos (Associação de Moradores de Vera Cruz - AMVC)

Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto e Anna Raquel Nunes Sanchez (Núcleo de Pesquisa, Extensão e Educação Ambiental da Universidade Federal do Sul da Bahia – NUPEEA/UFSB)

Hudson T. Borges Rodrigues (Associação de Moradores do Vale Verde – ASVALE)

Jailton Pereira Santos e Plácido Barreto (Associação Rio da Barra)

Kelly Fernanda Paduin e Rayssa Winnie da S. Aguiar (Associação Despertar Trancoso - ADT)

Maria Henriqueta Andrade Raymundo (PAA-NACE-PTECA/ESALQ/USP)

Patrícia Greco Campos Faraco (Parque Nacional do Pau Brasil/ICMBio)

Pedro Lúcio Assis (RPPN Rio do Brasil)

Ronilson R. da Silva (Associação de Produtores Rurais Unidos Venceremos – APRUNVE)

Vera Alice Silva Soares (UnesulBahia – Faculdades Integradas do Extremo Sul da Bahia)

Coordenação Pedagógica Curso (16 horas): Biodiversidade, Agroecologia e Educação Ambiental no Parque Nacional do Pau Brasil

Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto (NUPEEA/ UFSB)

Maria Henriqueta Andrade Raymundo (PAA – NACE-PTECA/ ESALQ/USP)

Formadores do curso (16 horas): Biodiversidade, Agroecologia e Educação Ambiental no Parque Nacional do Pau Brasil

Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto (NUPEEA/ UFSB)

Fabio André Faraco (Parque Nacional do Pau Brasil/ ICMBio)

Gabriela Narezi (NEA-PO/UFSB)

João Dagoberto dos Santos (PAA – NACE-PTECA/ ESALQ/USP)

Maria Henriqueta Andrade Raymundo (PAA – NACE-PTECA/ ESALQ/USP)

Patrícia Greco Campos Faraco (Parque Nacional do Pau Brasil/ICMBio)

Realização do Encontro: Agroecologia, Biodiversidade e Educação Ambiental

PAA – NACE-PTECA/ESALQ/USP

Parque Nacional do Pau Brasil/ICMBio

NUPEEA/UFSB

Coordenação Pedagógica do Processo de Autoformação da Câmara Temática de Educação Ambiental (80 horas)

Maria Henriqueta Andrade Raymundo (PAA-NACE-PTECA/ESALQ/USP)

Coordenação geral da logística do processo de construção

Patrícia Greco Campos Faraco (Parque Nacional do Pau Brasil/ICMBio)

Comunicação

Anna Raquel Nunes Sanchez (NUPEEA/UFSB)

Maria Henriqueta Andrade Raymundo (PAA /NACE-PTECA/ /ESALQ/USP)

Diagramação

Ana Paula Zagueto (PAA – NACE-PTECA/ESALQ/ USP)

Fotografia (capa)

Luciano Candisani

Maria Henriqueta Andrade Raymundo (PAA /NACE-PTECA/ /ESALQ/USP)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PPPEA DO PARQUE NACIONAL DO PAU BRASIL E SEU TERRITÓRIO	16
EIXO SITUACIONAL	21
O Parque Nacional do Pau Brasil e sua caracterização	23
Caracterização biofísica do Parque Nacional do Pau Brasil	29
Programas e subprogramas de manejo do Parque Nacional do Pau Brasil	30
Aspectos gerais do território da Costa do Descobrimento	30
Comunidades do entorno do Parque Nacional do Pau Brasil	34
Conselho Consultivo do Parque Nacional do Pau Brasil	40
Câmara Temática de Educação Ambiental do Conselho Consultivo do Parque Nacional do Pau Brasil	41
Ações e relações socioambientais no território	45
Problematização da realidade do território	51
As coisas boas do Parque Nacional do Pau Brasil e território	65
Demandas do território	68
EIXO CONCEITUAL	73
Projeto Político-Pedagógico e a Educação Ambiental	75
Políticas Públicas: agricultura familiar, agroecologia, biodiversidade e educação ambiental	80
A sociedade e os sujeitos que queremos	86
A educação ambiental que queremos e precisamos no território	88
EIXO OPERACIONAL	93
Linha de ação - Formação	98
Linha de ação - Articulação institucional	112
Linha de ação - Comunicação e educomunicação	114
Linha de ação - Monitoramento e avaliação	119
BIBLIOGRAFIAS	121

Lista de Siglas

AAA: Alfabetização Agroecológica Ambientalista.
ACPROVEM: Associação dos Pequenos Produtores do Projeto Vale Verde.
ADT: Associação Despertar Trancoso.
AMVC: Associação de Moradores de Vera Cruz.
ANPPEA: Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental.
APRUNVE: Associação de Produtores Rurais Unidos Venceremos.
ASVALE: Associação de Amigos e Moradores de Vale Verde e Entorno.
Bird: Banco mundial.
CCST/INPE: Centro de Ciências do Sistema Terrestre do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.
CDB: Convenção da Diversidade Biológica.
CDL: Câmara dos Dirigentes Lojistas.
CEDETER: Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial.
CERBMA-BA: Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado da Bahia.
CI-BRASIL: Conservação Internacional.
CIPA: Companhia Independente de Polícia de Proteção Ambiental.
CODEA: Coordenação de Educação Ambiental.
CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.
CPT: Comissão Pastoral da Terra.
CTEA: Câmara Temática de Educação Ambiental
CTV: Circuito Tela Verde.
DEA/MMA: Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.
DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.
EA: Educação ambiental.
ENCEA: Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental.
ESALQ/USP: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo.
FAO: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.
FBCA: Fórum Baiano de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos.
FETAG: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia.
FTL: Frente de Libertação da Terra.
FUNBEA: Fundo Brasileiro de Educação Ambiental.
GAMBA: Grupo Ambientalista da Bahia.
IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis.
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
ICMBIO: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFBA: Instituto Federal da Bahia.
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
INEMA: Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.
INGA: Instituto de Gestão das Águas e Clima.
IPHAM: pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico.
IUCN: União Internacional para a Conservação da Natureza.
LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
LOSAN: Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional.
MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
MEC: Ministério da Educação.

MDPS: Movimento de Defesa de Porto Seguro.
MLT: Movimento de Luta pela Terra.
MMA: Ministério do Meio Ambiente.
MPA: Movimento dos Pequenos Agricultores.
MRC: Movimento de Resistência Camponesa.
MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
NEA-PB: Núcleo de Estudos em Agroecologia Pau Brasil.
NUPEEA: Núcleo de Pesquisa e Extensão Universitária em Educação Ambiental.
Oca/ESALQ/USP: Laboratório de Educação e Política Ambiental.
OMC: Organização Mundial do Comércio.
ONU: Organização das Nações Unidas.
OPAC: Organização Participativa de Avaliação da Conformidade.
OSPS: Observatório Social de Porto Seguro.
PAA: Programa de Aquisição de Alimentos.
PAA - ESALQ/USP: Projeto Assentamentos Agroecológicos.
PDS: Projeto de Desenvolvimento Sustentável.
PEAAF: Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar.
PEAS: Programa de Educação Ambiental para a Sustentabilidade.
PEAV: Programa de Educação Ambiental da Veracel.
PEAVES: Programa de Educação Ambiental das Aves.
PLANAPO: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.
PMEA: Política Municipal de Educação Ambiental.
PMMA de Porto Seguro: Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Porto Seguro.
PNAPO: Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.
PNEA: Política Nacional de Educação Ambiental.
PNPB: Parque Nacional do Pau Brasil.
PNRS: Política Nacional de Resíduos Sólidos.
PPDARAF: Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento de Assentamentos Rurais e da Agricultura Familiar.
PPG7: Programa de Proteção das Florestas Tropicais.
PPP: Projeto Político-Pedagógico.
PPPEA: Projeto Político-Pedagógico de Educação Ambiental.
PRODETUR: Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia.
PROFEA: Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais.
PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
ProNEA: Programa Nacional de Educação Ambiental.
RBMA: Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.
REBEA: Rede Brasileira de Educação Ambiental.
Rio-92: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.
RPPN: Reserva Particular do Patrimônio Natural.
SAN: Segurança Alimentar e Nutricional.
SNUC: Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UC: Unidade de Conservação
UFSB: Universidade Federal do Sul da Bahia.
UNEB: Universidade do Estado da Bahia.
UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
UNESULBAHIA: Faculdades Integradas do Extremo Sul.

Lista de Figuras

Figura 01: Mapa PNPB

Figura 02: Mapa do entorno do PNPB

Figura 03: 6 problemas socioambientais priorizados

Lista de Quadros

Quadro 1: Resumo das Características Gerais do Parque Nacional do Pau Brasil.

Quadro 2. Unidades de Conservação que estão no município de Porto Seguro.

Fonte: Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Porto Seguro – Bahia (2014)

Quadro 3: Escolas do entorno do Parque Nacional do Pau Brasil.

Quadro 4: Princípios do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

Quadro 05: Ações e atores identificados na região do entorno do PNPB

Quadro 06: Problema prioritário resíduo sólido e seus problemas associados

Quadro 07: Problema prioritário deficiência e/ou ausência de políticas públicas e seus problemas associados.

Quadro 08: Problema prioritário agrotóxico e seus problemas associados.

Quadro 09 – Consumo de Agrotóxicos no Brasil, de 2002 a 2011. Fonte: ABRASCO (2015, p. 52). Org.: Araújo Lopes, 2016.

Quadro 10: Problema prioritário ausência de pertencimento e seus problemas associados.

Quadro 11: Problema prioritário relação do Parque Nacional do Pau Brasil e seu entorno e seus problemas associados.

Quadro 12: Problema prioritário crimes ambientais e seus problemas associados.

Quadro 13: Marcos que trazem o PPP para as políticas públicas de EA. Fonte: pesquisa realizada por Raymundo, 2017

Quadro 14: Eixos de um Projeto Político-Pedagógico

Quadro 15: Cronograma Curso de Capacitação em Gestão Ambiental Municipal (PNC TERRAMAR) na região de Abrolhos.



APRESENTAÇÃO

“Projeto Político-Pedagógico não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo” (Ilma Veiga, 2002).

Apresentamos aqui o Projeto Político-Pedagógico de Educação Ambiental (PPPEA) do Parque Nacional do Pau Brasil (PNPB) e seu território, uma construção participativa realizada durante o período de outubro de 2016 a abril de 2018.

O PPPEA é uma realização conjunta do Parque Nacional do Pau Brasil, Coordenação-Geral de Gestão Socioambiental (CGSAM) do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Projeto Assentamentos Agroecológicos (PAA) do Núcleo de Apoio à Cultura e Extensão Universitária em Educação e Conservação Ambiental (NACE-PTECA) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP).

Criado em 20 de abril de 1999 o Parque Nacional do Pau Brasil é uma unidade de conservação localizada integralmente no município de Porto Seguro/BA, no território de identidade Costa do Descobrimento e região do Extremo Sul da Bahia. Em 2010 o PNPB teve sua área de 11.538 ha ampliada para 18.934 ha e após demarcação dos seus limites, teve sua área ajustada para 19.025 ha.

O Parque Nacional do Pau Brasil, juntamente com os Parques Nacionais de Monte Pascoal e do Descobrimento, representa um dos mais importantes mosaicos de unidades de conservação do Corredor Central da Mata Atlântica, sendo também um dos últimos fragmentos contínuos das florestas de tabuleiro da Bahia.

Instituído pela Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) traz a responsabilidade das unidades executarem educação ambiental. “A presença de uma unidade de conservação no território representa um polo catalisador de novas oportunidades para mudar o rumo dos problemas socioambientais que agredem a natureza e a sociedade” (BRASIL, 2015, p. 11).

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o ICMBio, em 2007, lançaram a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental (ENCEA) no âmbito das unidades de conservação do país apontando diretrizes, princípios, objetivos e propostas de ação necessárias ao desenvolvimento de políticas públicas, a partir de parcerias, articulações e diálogos institucionais nos territórios.

Em 2014 o MMA construiu o seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) trazendo como um de seus eixos estruturantes, “Espaço Educador” no qual estão inseridas as unidades de conservação. Entre os objetivos colocados para o “espaço educador” destaca-se a construção de projeto político-pedagógico de caráter participativo,

democrático, reflexivo e educador no contexto territorial em que está localizado” (PPP do MMA, 2014).

Registra-se que o ICMBio, também, tem o seu PPP e foi elaborado num amplo processo participativo, e desde 2015 a Coordenação Geral de Gestão Socioambiental, por meio da sua Divisão de Gestão Participativa e Educação Ambiental, vem estimulando e fortalecendo a construção de projetos político-pedagógicos de educação ambiental nas unidades de conservação do país.

Projetos Político-Pedagógicos têm fundamentos legais na Constituição Brasileira e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), assim como um arcabouço teórico e prático da educação e das políticas públicas de educação ambiental no país.

Um PPP, segundo Veiga (2002, p. 3), “busca uma direção, é uma ação intencional com um sentido explícito e compromisso definido coletivamente com alternativas viáveis para o enfrentamento dos problemas e realização das expectativas e desejos”, que favoreçam a construção de uma sociedade melhor para viver.

Deste modo, o PNPB em diálogos institucionais no território local estreitou suas relações com o Projeto Assentamentos Agroecológicos do NACE-PETECA/ ESALQ/ USP que vem atuando nas regiões da Costa do Descobrimento e do Extremo Sul da Bahia desde 2011. O PAA representa uma articulação pioneira no país que envolve os movimentos sociais de luta pela terra, a universidade, empresas do setor florestal da região e os órgãos públicos relacionados à questão agrária. Tem objetivos de contribuir para questões de natureza técnica e de aplicação da ciência para viabilizar assentamentos rurais agroecológicos dentro de um contexto histórico de conflitos sócio territoriais.

A primeira aproximação do PAA/ESALQ/USP com o PNPB/ICMBio foi devido a Fazenda Santa Maria, vinculada a Associação dos Produtores Rurais Unidos Venceremos (Aprunve), que é um dos pré-assentamentos de atuação agroecológica do PAA e está localizado na divisa do Parque Nacional do Pau Brasil. Outro fato decisivo que levou a efetivação da parceria para a construção deste PPPEA é que o Projeto Assentamentos Agroecológicos, dentro do escopo das atividades mais amplas do NACE-PTECA-ESALQ/USP, conta com uma equipe especializada em educação ambiental popular e elaboração de projetos político-pedagógicos, além disso tem entre seus objetivos incidir em políticas públicas socioambientais para o fortalecimento da agroecologia no território.

De acordo, com Sorrentino et al. (2017, p.119),

conservar a biodiversidade e utilizá-la como propulsora de uma agricultura sustentável exige a inclusão radical de todos os seres humanos e de todas as demais espécies e sistemas naturais, por meio do incremento de nossa capacidade de dialogar, ouvir e expressar nossos sentimentos, desejos e conhecimentos, além de efetivar políticas públicas pactuadas com a sociedade.

Neste sentido, a construção deste PPPEA demonstra que o Parque Nacional do Pau Brasil/ICMBio e o PAA/ESALQ assumiram, juntos, o compromisso e desafio de

contribuir para a implementação de políticas públicas de educação ambiental articuladas às políticas públicas agroecológicas que propiciem a conservação da biodiversidade, melhoria na qualidade de vida, proteção ambiental, segurança e soberania alimentar e emancipação de sujeitos.

O PPPEA apresentado neste documento foi construído e organizado em três eixos: o situacional, o conceitual e o operacional.

O eixo situacional se refere ao diagnóstico socioambiental, à problematização da realidade local conectada ao contexto global, às potencialidades, relações e ações no território.

O conceitual traz as utopias que nos fazem caminhar, os valores e princípios que devem nos orientar, as políticas públicas dialogadas e pautadas pelo território, a sociedade que desejamos construir em busca de um mundo melhor para todos os seres vivos.

Enquanto o eixo operacional apresenta os fundamentos e estratégias metodológicas, os projetos e as ações para contribuir com a transformação socioambiental do território.

Ressalte-se que a própria construção deste PPPEA já possibilitou alcançar resultados relevantes, como a criação da Câmara Temática de Educação Ambiental (CTEA) do Conselho Consultivo do Parque Nacional do Pau Brasil, que além de ser a protagonista nessa produção coletiva passou por um processo formativo para assumir a governança da implementação deste projeto político-pedagógico.

A construção do PPPEA envolveu cerca de 500 pessoas entre moradores das comunidades do entorno do Parque como Vale Verde; Vera Cruz; Sapirara; Coqueiro Alto; Fazenda Santa Maria; Arraial D’Ajuda e Trancoso, e também representantes da diversidade de organizações do poder público nas esferas federal, estadual e municipal, instituições de ensino superior, escolas, movimentos sociais, sociedade civil e setor privado atuantes no território.

Este PPPEA não se restringe a um documento, trata-se de um processo educador ambiental e agroecológico continuado e permanente, caracterizando-se “num movimento e não monumento”. Portanto, inicia-se agora a fase de implementação do eixo operacional que está dialogado e integrado aos eixos conceitual e situacional, para que “o discurso se torne a nossa prática”, como nos diz Paulo Freire.

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PPPEA DO PARQUE NACIONAL DO PAU BRASIL E SEU TERRITÓRIO

O Projeto Político-Pedagógico de Educação Ambiental do Parque Nacional do Pau Brasil e seu território foi construído no período de outubro de 2016 a abril de 2018, envolvendo cerca de 500 pessoas por meio de um conjunto de técnicas, estratégias e ferramentas metodológicas, dentro de princípios democráticos, participativos, pluralistas, críticos, emancipatórios e solidários da educação ambiental e agroecologia.

Os participantes deste processo foram os moradores das comunidades do entorno do Parque, entre elas destacam-se: Sapirara, Coqueiro Alto, Trancoso, Fazenda Santa Maria, Vera Cruz, Vale Verde, Arraial D’Ajuda e Trancoso. Participaram, também, representantes da diversidade de organizações do poder público nas esferas federal, estadual e municipal, instituições de ensino superior, escolas, movimentos sociais, sociedade civil e setor privado atuantes no território.

A elaboração do PPPEA ocorreu, principalmente, no âmbito da Câmara Temática de Educação Ambiental do Conselho Consultivo do PNPB, sendo essa Câmara o primeiro resultado obtido no próprio processo de construção que teve seu início com um olhar de futuro, pensado para garantir a continuidade e gestão deste projeto político-pedagógico. Portanto, para construir o PPPEA a CTEA passou por um processo de formação em projetos político-pedagógicos e educação ambiental que foi denominado como “autoformação da CTEA”, chegando a 80 horas/atividades.

O processo pedagógico e metodológico da autoformação da CTEA foi desenvolvido pelo Projeto Assentamentos Agroecológicos - NACE-PTECA/ESALQ/USP e a logística ficou sob a responsabilidade do Parque Nacional do Pau Brasil. A autoformação foi realizada entre dezembro de 2016 e março de 2018 num total de seis oficinas específicas com a CTEA e outras atividades diversas realizadas no território com objetivos de construção do PPPEA em que os integrantes da Câmara participavam de acordo com suas disponibilidades, afinidades e demandas. A estratégia da autoformação da CTEA trazia conteúdos programáticos diversos, a partir da realidade do território, das políticas públicas socioambientais pautadas no diagnóstico participativo, na agroecologia e educação ambiental e ao mesmo tempo, desenvolviam-se estratégias para a construção dos eixos conceitual, situacional e operacional do PPPEA.

Extrapolando o âmbito da CTEA, foi realizado um conjunto de rodas de conversa, oficinas, encontros e outras ações no território para ampliar a participação no processo de construção do PPPEA conforme apontamentos a seguir.

Rodas de conversa, com duração média de duas horas/atividade, conforme listadas na sequência:

1. Roda de conversa com a Aprunve no Assentamento Fazenda Santa Maria;
2. Roda de conversa com Mulheres envolvidas no Projeto Vizinhos do Parque da Associação Despertar Trancoso (ADT) em Sapirara;
3. Roda de conversa com a comunidade de Coqueiro Alto envolvida no Projeto Vizinhos do Parque junto a Associação Despertar Trancoso;
4. Roda de conversa com moradores de Vera Cruz e a Associação de Moradores de Vera Cruz (AMVC);
5. Roda de conversa em Arraial D'Ajuda;
6. Roda de conversa com a Associação Coqueiro Alto dos Pequenos Proprietários de Terra da região de Trancoso em Sapirara;
7. Roda de conversa com a Associação Rio da Barra dos Pequenos Proprietários do Vale Verde em Eunápolis;
8. Roda de conversa com os Brigadistas e funcionários do Parque Nacional do Pau Brasil.

Adotou-se a estratégia de oficina, diferenciando-se sutilmente da roda de conversa pelo tempo destinado, que foi de 3 a 4 horas e pelo uso de várias técnicas pedagógicas empregadas. As oficinas realizadas foram as seguintes:

- Oficina de construção do PPPEA aberta à sociedade, organizada em parceria com o Núcleo de Pesquisa e Extensão Universitária em Educação Ambiental (NUPEEA) da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB);
- Oficina com jovens da região de Trancoso envolvidos no projeto da ADT;
- Oficina com estudantes, professores e funcionários das Faculdades Integradas do Extremo Sul – UNESULBAHIA;
- Oficina com a Associação de Amigos e Moradores de Vale Verde e Entorno (ASVALE), estudantes e professores da Escola Municipal Manoel Ribeiro Carneiro.

Outra atividade realizada como parte deste processo de construção foi o encontro “Comunidade vai ao Parque – construção do PPPEA” realizado no Parque Nacional do Pau Brasil com a participação de moradores das diversas comunidades que puderam aprofundar os diálogos sobre o projeto político-pedagógico com reflexões, trocas e acesso facilitado às informações.

Registra-se, também, o curso “Biodiversidade e Agroecologia: Educação Ambiental no Parque Nacional do Pau Brasil”, uma realização conjunta do NUPEEA/ UFSB, PAA/ESALQ/USP e PNPB/ICMBio, destinado ao público diverso do território. Foram 16 horas distribuídas em dois dias de construção e produção de conhecimentos sobre o PPPEA, tendo como seu cerne a educação ambiental, a biodiversidade, a agroecologia e as políticas públicas socioambientais.

Fechando um conjunto de ações, que mobilizou o território para construir o PPPEA, destaca-se o Encontro “Agroecologia, Biodiversidade e Educação Ambiental:

Projeto Político-Pedagógico de Educação Ambiental do Parque Nacional do Pau Brasil” que reuniu cerca de 200 pessoas entre moradores do entorno do Parque, agricultores, lideranças comunitárias, gestores públicos, técnicos, estudantes, professores e outros.

O Encontro teve em sua programação, uma mesa redonda com a participação do DEA/MMA; CGSAM/ICMBio; Aprunve; PAA-NACE-PTECA/ESALQ/USP; NUPEEA/UFSB e PNPB. Outra parte da programação foi uma oficina, facilitada pela CTEA, a fim de dialogar e refletir especificamente sobre alguns resultados obtidos até aquele momento na construção do PPPEA.

Complementando a programação do Encontro realizou-se o lançamento do Livro: “Educação, Agroecologia e Bem Viver: transição ambientalista para sociedades sustentáveis” com a presença de alguns autores desta publicação organizada pela Oca-Laboratório de Educação e Política Ambiental, NACE-PTECA e Projeto Assentamentos Agroecológicos da ESALQ/USP. Cada instituição da CTEA foi presenteada com um exemplar do livro, que em sua coletânea de artigos tem um deles sobre um processo de formação realizado em 2016 no entorno do Parque Nacional do Pau Brasil.

Com objetivos de exercitar a coerência entre a teoria e prática, o Encontro ofereceu a todos os participantes um almoço e lanches agroecológicos produzidos pela Aprunve, demarcando a necessidade e a possibilidade de mudanças culturais que propiciam a conservação da natureza, saúde e emancipação de sujeitos.

Como parte do processo de construção deste PPPEA, também foram realizadas incontáveis reuniões de articulação institucional, mobilização social e diagnóstico com organizações da sociedade civil, setor privado, poder público e instituições de ensino superior de âmbitos local, regional, estadual e nacional, bem como a realização de algumas entrevista-diálogos com representantes chave dessas organizações.

Por fim, destaca-se a produção de um vídeo que traz fragmentos do processo de construção do PPPEA, apresentando a diversidade de atores envolvidos e suas respectivas reflexões e apontamentos que subsidiaram os eixos deste PPPEA. O vídeo se caracteriza num produto, mas, também numa estratégia pedagógica utilizada na própria construção para a problematização da realidade do território. O vídeo encontra-se no link indicado: <https://www.youtube.com/watch?v=xtSub8WNb08>

Deste modo o processo de construção do PPPEA foi desenvolvido por meio de várias estratégias e técnicas metodológicas que propiciaram espaços de diálogo de saberes, reflexões, compartilhar de experiências, vivências, grupos de trabalho, leitura crítica do território, sonhar e esperar no sentido de agir e acreditar, como nos explica Paulo Freire:

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperança é se levantar, esperar é construir, esperar é não desistir. Esperança é levar adiante, esperar é juntar-se com outros para fazer diferente (FREIRE, 1992).



Roda de Conversa no Assentamento da Aprunve



Roda de conversa com grupo de mulheres do projeto da ADT em Sapirara



Roda de conversa com a comunidade de Coqueiro Alto envolvida no Projeto Vizinhos do Parque/ADT

Oficina de construção
Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental - PPPEA
 Parque Nacional do Pau Brasil



Facilitadora
 Maria Henriqueta Andrade Raymundo
 Parque Nacional do Pau Brasil - ICMBio
 Projeto Assentamentos Agroecológicos - ESALQ/USP

Data
 24 de agosto 2017

Horário
 Das 14:30 às 18:30

Local
 UFSB - Campus Sosígenes Costa
 Rod. Porto Seguro Eunápolis - BR 367, km 10
 Porto Seguro - BA
 Sala Trancoso 2

ATIVIDADE GRATUITA




Oficina de construção do PPPEA na UFSB

Roda de Conversa em

Vera Cruz

Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental
PPPEA - Parque Nacional do Pau Brasil



Facilitadora

Maria Henriqueta Andrade Raymundo

Parque Nacional do Pau Brasil - ICMBio
Projeto Assentamentos Agroecológicos - ESALQ/USP

Data

27 de agosto 2017

Horário

Das 08:30 às 11:00

Local

Igreja Missionária Unida de
Verda Cruz

Rua Vale Verde nº 7, próximo a Praça de Vera Cruz
Porto Seguro - BA

ATIVIDADE GRATUITA

Apoio e parceria:



Roda de conversa com a comunidade de Vera Cruz

Roda de Conversa em

Arraial D'Ajuda

Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental
PPPEA - Parque Nacional do Pau Brasil



Facilitadora

Maria Henriqueta Andrade Raymundo

Parque Nacional do Pau Brasil - ICMBio
Projeto Assentamentos Agroecológicos - ESALQ/USP

Data

27 de agosto 2017

Horário

Das 16:00 às 18:00

Local

Arraial D'Ajuda Hostel

Rua do Campo, 94
Distrito de Arraial D'Ajuda
Porto Seguro - BA

ATIVIDADE GRATUITA

Apoio e parceria:



Roda de Conversa com a comunidade em Arraial D'Ajuda



EIXO SITUACIONAL

“Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes” (Paulo Freire).

Será apresentado aqui o eixo situacional que traz as características gerais do Parque Nacional do Pau Brasil e dos aspectos socioambientais dos territórios em que está inserido. O eixo situacional apresenta a Câmara Temática de Educação Ambiental do Conselho Consultivo do Parque e a problematização feita sobre a realidade vivida pela sociedade na região, em especial pelas comunidades do entorno da unidade de conservação. Além dos problemas e necessidades, o presente eixo aponta os aspectos positivos diagnosticados, com as ações e relações estabelecidas no território que indicam as potencialidades para este Projeto Político-Pedagógico de Educação Ambiental que se coloca como um projeto territorial.

O PARQUE NACIONAL DO PAU BRASIL E SUA CARACTERIZAÇÃO

O que é apresentado aqui neste tópico sobre o “Parque Nacional do Pau Brasil e sua caracterização” foi extraído do Plano de Manejo, documento orientador dessa unidade de conservação de proteção integral. Este tópico apresenta os aspectos gerais do Parque numa contextualização socioambiental abrangente e local. Portanto, a partir do Plano de Manejo do PNPB foram inseridos neste eixo situacional os aspectos considerados importantes e necessários para o desenvolvimento dos processos educadores ambientais e agroecológicos deste Projeto Político-Pedagógico de Educação Ambiental.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, instituído pela Lei Federal nº. 9.985/2000, determina que o objetivo básico das unidades de conservação de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.

Em relação aos planos de manejos, o SNUC os define como importantes instrumentos que orientam o planejamento e a gestão das unidades de conservação no Brasil, sendo um “documento técnico fundamentado nos objetivos gerais de uma UC, em que se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas

físicas necessárias à gestão da Unidade” (MMA, 2000)¹. O Plano de Manejo apresenta uma caracterização profunda sobre os aspectos físicos, bióticos, sociais, econômicos, culturais envolvendo a UC, visando o cumprimento dos objetivos estabelecidos na sua criação; além de definir objetivos, diretrizes e ações específicas de manejo; estabelecer o zoneamento e os tipos de uso na UC; orientar a aplicação financeira dos recursos e promover a integração socioeconômica das comunidades do entorno com a UC.

O Parque Nacional do Pau Brasil foi criado pelo Decreto s/nº de 20 de abril de 1999, com uma área de aproximadamente 11.538 ha, em comemoração aos 500 anos do Brasil. Posteriormente foi ampliado pelo Decreto Federal s/nº de 11 de junho de 2010, totalizando uma área de 18.934 ha. A área de ampliação possui regiões ocupadas por floresta ombrófila em estágio avançado de regeneração, formações geológicas singulares e fauna bastante diversificada, incluindo espécies ameaçadas de extinção. Em 2013, por meio dos processos de demarcação do Parque, ainda foram realizados alguns ajustes, deixando sua área atual em 19.025 ha.

O Parque Nacional do Pau Brasil recebeu este nome devido aos remanescentes da Árvore Nacional do Brasil (Lei nº 6.607/1978), o Pau Brasil, que se encontrava distribuído ao longo de toda costa atlântica brasileira. A espécie está na lista de espécies ameaçadas de extinção do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos



Figura 1: Mapa do PNPB

¹ Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília. 2000.

Naturais Renováveis (IBAMA).

O Plano de Manejo da PNPB² foi elaborado entre 2009 e 2014 por uma equipe multidisciplinar a partir de um consórcio de entidades e participação ativa do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, sendo definidos os seguintes objetivos para o Parque Nacional do Pau Brasil:

OBJETIVO GERAL

- Proteger, preservar e regenerar amostra dos ecossistemas ali existentes e possibilitar o desenvolvimento de atividades recreativas, pesquisa científica e programas de educação ambiental.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Colaborar com a preservação da biodiversidade da Mata Atlântica do sul da Bahia, importante remanescente florestal integrante do Corredor Central da Mata Atlântica;
- Preservar os maciços florestais sobre os tabuleiros costeiros, fitofisionomia da Mata Atlântica e organismos associados;
- Preservar o patrimônio genético, espécies raras, endêmicas e ameaçadas existentes no PNPB;
- As espécies bandeiras como o pau-brasil (*Paubrasilia echinata*), a perereca-verde (*Hylomantis aspera*), a perereca-folha (*Phyllomedusa burmeisteri*), o mutum-do-sudeste (*Crax blumembachii*), o gavião-real (*Harpia harpyja*) e a anta (*Tapirus terrestris*);
- Contribuir para a manutenção dos padrões climáticos da região;
- Proteger os recursos hídricos regionais, os ecossistemas fluviais e os mananciais das bacias hidrográficas dos rios Trancoso, Taípe e Barra;
- Proteger o patrimônio geológico e suas particularidades geomórficas;
- Promover a visitação, lazer e recreação de forma ordenada, voltados para a conscientização ambiental, a valorização e conservação do patrimônio natural, histórico e cultural bem como a educação ambiental, por meio da difusão de conceitos e práticas ambientalmente sustentáveis;
- Estimular a integração e o desenvolvimento sustentável junto às comunidades do entorno, visando à proteção e à minimização dos impactos ambientais sobre a paisagem na qual se insere o Parque;
- Incentivar e dar suporte a pesquisas que gerem conhecimento sobre a região, forneçam subsídios para a gestão da Unidade de Conservação e auxiliem na formulação e execução de estratégias de conservação e preservação.

² Disponível no endereço: <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/mata-atlantica/unidades-de-conservacao-mata-atlantica/2205-parna-do-pau-brasil>

Resumo das Características Gerais do Parque Nacional do Pau Brasil

Vínculo direto: Coordenação Regional do ICMBio – CR7
Vínculo direto: Coordenação Regional do ICMBio – CR7
Perímetro da UC (m): 93.268,99
Superfície da ZA (ha): 75.165,84 ha
Perímetro da ZA (km): 159,81 km
Município: Porto Seguro (100%)
Estado: Bahia
Coordenadas geográficas: 16°24' e 16°35' Latitude Sul e 39°07' e 39°22' Longitude Oeste
Marcos geográficos referenciais dos limites: Vale Verde (N), Rio dos Frades (S), Vila de Trancoso (L), BR101 (O)
Biomass e ecossistemas: Mata Atlântica - Floresta Ombrófila Densa sobre Tabuleiros Costeiros do Brasil
Conselho Consultivo: Portaria IBAMA nº 53 de 18 de agosto de 2005 (criação); Portaria ICMBio nº 18 de 27 de fevereiro de 2014 (renovação). Ativo, com reuniões periódicas

Quadro 1: Resumo das Características Gerais do Parque Nacional do Pau Brasil.

O Parque Nacional do Pau Brasil é reconhecido mundialmente pela UNESCO como Patrimônio Natural da Humanidade, a região onde está inserido é considerada uma das mais importantes para a conservação da biodiversidade do planeta e, por esta razão, está presente nos acordos e programas internacionais para a conservação da biodiversidade.

Uma das estratégias internacionais para priorizar as ações de conservação, é proteger áreas onde ocorrem maiores concentrações de biodiversidade e que estão sob maior ameaça, como é o caso da Mata Atlântica onde está localizado o Parque Nacional do Pau Brasil, compondo 2% deste bioma.

Destaca-se que o bioma da Mata Atlântica ocupava originalmente 1.290.000 km², em torno de 12% do território brasileiro e hoje está reduzido a cerca de 7,9% de sua ocupação original, além de estar muito fragmentado (VARJABEDIAN, 2010), por isso a importância das unidades de conservação do bioma.

O Bioma Mata Atlântica é formado pelas seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; e Floresta Estacional Decidual, bem como os manguezais, as vegetações de restingas, campos de altitude, brejos interioranos e encaves florestais do Nordeste.

A Mata Atlântica está localizada ao longo de 17 estados brasileiros do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul, responsável por cerca de 60% do PIB nacional, abriga

cerca de 70% da população brasileira e nela nascem diversos rios que abastecem as cidades e metrópoles brasileiras.

Na Bahia, das mais de 60 Unidades de Conservação, ha 27 Unidades de Conservação de Proteção Integral, sendo nove Parques Nacionais e quatro Parques Estaduais. A Mata Atlântica na Bahia está protegida por sete Parques, estando quatro na região costeira e três no interior, que somam aproximadamente 90.300 ha, sendo que o PNPB contribui com 21% desta área.

Localizado inteiramente no município de Porto Seguro (BA), o PNPB integra o território do extremo sul do Estado da Bahia por conta das políticas públicas de proteção ambiental e conservação da biodiversidade de esfera federal e relações internacionais. E integra o território de identidade da Costa do Descobrimento, que é oriundo da divisão político-administrativa do governo estadual.

O Parque Nacional do Pau Brasil está numa região que integra o Corredor Central da Mata Atlântica, criado como uma estratégia de conservação da biodiversidade do Programa de Proteção das Florestas Tropicais (PPG7) do Ministério do Meio Ambiente. Junto com o Parque Nacional do Descobrimento e o Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal forma uma rede de unidades de conservação do Sul da Bahia. Além disso, o PNPB compõe o Mosaico de Unidades de Conservação do Extremo Sul da Bahia, criado pela Portaria MMA nº 492 de 17/12/10. Abrange, sob a gestão do ICMBio, os Parques Nacionais do Pau Brasil, Histórico do Monte Pascoal, do Descobrimento, o RVS Rio dos Frades, a Reserva Extrativista (RESEX) Marinha do Corumbau. Sob a gestão da SEMA, estão as Áreas de Proteção Ambiental (APA) de Caraíva-Trancoso e Coroa Vermelha. Sob a gestão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Seguro, está o Parque Municipal Marinho do Recife de Fora. Sob a gestão dos proprietários de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), estão as RPPN Estação Veracel, Mamona, Carroula e Rio Jardim.

A seguir apresenta-se quadro com as unidades de conservação presentes no município de Porto Seguro.

Unidade de Conservação	Jurisdição	Restrição de Manejo	Propriedade
Parque Nacional do Pau Brasil	Federal	Proteção Integral	Pública
Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal	Federal	Proteção Integral	Pública
Parque Nacional do Descobrimento	Federal	Proteção Integral	Pública
Parque Nacional Marinho dos Abrolhos	Federal	Proteção Integral	Pública
Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades	Federal	Proteção Integral	Pública
Parque Municipal Marinho do Recife de Fora	Municipal	Proteção Integral	Pública
Área de Proteção Ambiental Coroa Vermelha	Estadual	Uso Sustentável	Pública
Área de Proteção Ambiental Caraíva Trancoso	Estadual	Uso Sustentável	Pública
Reserva Extrativista Marinha do Corumbau	Federal	Uso Sustentável	Pública
Horto Histórico Florestal Rio da Vila	Municipal	Uso Sustentável	Pública
RPPN Rio do Brasil I, II, III, IV, V	Federal	Uso Sustentável	Francônia Participações Ltda
RPPN Portal Curupira	Federal	Uso Sustentável	Bahia Beach Empr.Imob. e Hot.
RPPN Rio Jardim	Federal	Uso Sustentável	Marcos Robson S.Oliveira
RPPN Jacuba Velha	Federal	Uso Sustentável	Renato Alves do Valle
RPPN Bom Sossego II	Federal	Uso Sustentável	Renato de Araujo Doria
RPPN Manona	Federal	Uso Sustentável	Anne Claire Eldridge
RPPN Estação Veracel	Federal	Uso Sustentável	Veracel Celulose S.A.
RPPN Bom Sossego III	Federal	Uso Sustentável	Renato de Araujo Doria
RPPN Reserva Terravista I e II	Federal	Uso Sustentável	Terravista Empreendimento S.A
RPPN Rio da Barra	Federal	Uso Sustentável	Vale do Rio da Barra Empr.
RPPN Lembrança	Estadual	Uso Sustentável	Lindomar Antônio Lembranci
RPPN Reserva Renascer	Estadual	Uso Sustentável	Orozimbo Ferreira Sol
RPPN Paraíso I	Estadual	Uso Sustentável	Landerico Rampinelli

Quadro 2. Unidades de Conservação que estão no município de Porto Seguro. Fonte: Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Porto Seguro – Bahia (2014)

Também são reconhecidas quatro Terras Indígenas (TIs) homologadas ou declaradas – Barra Velha, Imbiriba, Aldeia Velha e Coroa Vermelha, que juntas somam uma população de mais de 12 mil pessoas e cobrindo uma área total de 65.465 hectares distribuídas nos municípios de Porto Seguro, Cruz Cabrália, Prado e Itamaraju³. Essas áreas protegidas ainda possuem importantes fragmentos de vegetação nativa e importantes recursos naturais, além do conhecimento tradicional e da rica cultura indígena.

3 Fonte: Sítio eletrônico da Associação Nacional de Ação Indigenista apud Porto Seguro, 2014, 37.

A caracterização biofísica do Parque Nacional do Pau Brasil, descrita em maior detalhe em seu Plano de Manejo, tem abaixo uma síntese de suas informações:

Vegetação predominante: O Parque está inserido nos domínios da Floresta Ombrófila Densa e semidecidual secundárias.

Principais ecossistemas: Matas Semidecíduas, tabuleiros costeiros (fitofisionomia que atualmente está praticamente restrita aos maciços florestais do extremo sul da Bahia e norte do Espírito Santos. Foram identificadas quatro fisionomias vegetais nas florestas de tabuleiro: floresta alta, floresta de muçununga, formações pioneiras e campos nativos), matas de restinga e manguezais.

Flora: Os maciços de tabuleiros costeiros apresentam composição e estrutura singulares, com presença marcante de elementos amazônicos e atlânticos. Além do pau-brasil, que dá nome ao Parque, conta com árvores como a gigante juerana, o paraju, a sapucaia, o pequi, o aderno a juçara e centenas de outras, e com uma grande quantidade de bromélias e orquídeas. Possui registros de espécies vegetais raras e endêmicas.

Fauna: Com uma área de mata contínua e bem preservada, há uma significativa riqueza de espécies da fauna, abriga espécies raras, ameaçadas e ameaçadas de extinção, e endêmicas da Mata Atlântica. Inclusive espécies que são sensíveis à fragmentação florestal, como gavião-real, *Habia harpyja*, espécie bandeira ameaçada e rara. Para exemplificar, foram registradas mais de 200 espécies de aves, o que equivale a 11% das espécies de aves do Brasil, valor bastante significativo, especialmente por conta da baixa heterogeneidade de habitats (dominado por florestas primárias, secundárias e muçunungas). Um total de 18 espécies registradas no PNPB está ameaçada de extinção, 13 espécies considerando a lista global (IUCN) e 16 considerando a lista nacional do IBAMA.

Outro exemplo é a importância do Parque para a manutenção de populações de mamíferos com a existência de espécies que não são encontradas em outras regiões da Mata Atlântica do sul da Bahia, como a queixada (*Tayassu pecari*), a anta (*Tapirus terrestris*) e a onça parda (*Puma concolor*).

Clima: clima tropical úmido e megatérmico (clima tropical cuja temperatura média do ar em todos os meses do ano é superior a 18 °C, ao nível do mar). Dois máximos pluviométricos ao longo do litoral: o primeiro máximo e mais importante ocorre no período de outubro a novembro e depois durante os meses de abril a maio.

Formação geológica: A maior parte do Parque Nacional do Pau Brasil está em

rochas cenozóicas terciárias (Formação Barreiras), sendo que uma pequena porção da sua área contém formações deposicionais quaternárias ou depósitos litorâneos. Além dessas rochas e formações citadas, a Zona de Amortecimento do PNPB engloba formações pré-cambrianas (Complexo Itapetinga e Formação Ribeirão da Folha) e Depósitos de Pântanos e Mangues Recentes (rochas Quaternárias).

Solos: argissolos, gleysolos, espodossolos

Hidrografia: O Parque está situado na bacia do Itanhém e bacias conjugadas, com uma grande expressividade hídrica com a ocorrência de bacias hidrográficas importantes como a do rio Buranhém, ao norte, e a do rio dos Frades ao sul, com inúmeras outras microbacias, pois ao longo dos tabuleiros litorâneos, existem pequenas depressões em forma bacia que são sazonais ou permanentemente alagadas e localmente denominadas muçunungas.

PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DO PAU BRASIL

Os programas e subprogramas do plano de manejo representam uma forma de organização da gestão no nível operacional e reúnem as ações necessárias para que a UC cumpra seus objetivos e normas. No caso da PNPB, são os seguintes:

1. Programa Pesquisa e Monitoramento
2. Programa de Uso Público
3. Programa de Integração com a Região da UC. Subprogramas: Divulgação e Comunicação, Sensibilização Ambiental, Gestão Participativa, Voluntariado, Incentivos a Alternativas de Desenvolvimento
4. Programa de Proteção
5. Programa de Operacionalização. Subprograma: Consolidação Territorial, Administração, Infraestrutura e Equipamentos

ASPECTOS GERAIS DO TERRITÓRIO DA COSTA DO DESCOBRIMENTO

Para efeitos deste Projeto Político-Pedagógico de Educação Ambiental, o eixo situacional, concentrou-se o olhar atento, principalmente para uma parte do território da Costa do Descobrimento, o município de Porto Seguro. Buscou-se focar na

realidade mais próxima ao Parque Nacional e conseqüentemente mais palpável para as intervenções educadoras propostas no eixo operacional deste documento. Porém, em alguns momentos as características da Costa do Descobrimento se inter-relacionam profundamente com o território do Extremo Sul, principalmente no que diz respeito a história, cultura e acesso às políticas públicas socioambientais.

“Com o objetivo de identificar prioridades temáticas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o Governo da Bahia reconheceu a existência de 27 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região” (SEPLAN-BA, 2016). A Costa do Descobrimento, é, portanto, um território de identidade formado pelos municípios de Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália.

De maneira geral, os processos de ocupação dessa região remetem ao início da colonização portuguesa. Durante este período, os diversos ciclos de desenvolvimento impuseram padrões e intensidades de ocupação do solo. O primeiro, no século XVI, caracteriza-se pela exploração de recursos naturais, como o pau brasil e formação de áreas para a agricultura. Em seguida ocorreu o ciclo da cana-de-açúcar com a chegada de mão de obra escrava. Até o século XIX a natureza extrativista e a policultura conferiram à região a função de fornecedora de suprimentos para mercados externo. Cenário que começou a se transformar com construção da BR-101 na década de 70, acentuando processos de interiorização da ocupação e de integração da produção do sul do Estado com o sudeste do país. A obra possibilitou a melhoria no escoamento da produção que, associada aos baixos preços das terras, proporcionaram a vinda de um contingente populacional e também de investidores produtivos, com destaque para a silvicultura.

Até meados da década de 50 a única forma de comunicação na Costa do Descobrimento era por via marítima e a construção da BR acarretou severas transformações no uso e ocupação das terras da Região, com aumento do desmatamento, expansão da pecuária extensiva e das atividades agrícolas (AMORIM, 2011) imprimindo um projeto territorial apoiado no setor privado de grande porte e capital intensivo, na monocultura e no latifúndio (MAGALHÃES, 2017). Além disso, na faixa costeira, concentrou-se a ampliação da área urbana, resultado da expansão imobiliária, principalmente vinculada à atividade turística.

A cidade histórica de Porto Seguro, o primeiro núcleo habitacional do Brasil, fundado em 1534, é considerada como monumento nacional desde 1973 e possui um conjunto arquitetônico tombado em 1968 pelo Patrimônio Histórico. Junto com outras cidades próximas, serviam de postos para o armazenamento da madeira extraída e de proteção dos portugueses contra os índios e outros povos europeus. No ano 2000, a região onde o município se insere foi elevada à condição Sítio do Patrimônio Natural Mundial da Humanidade, pela Unesco.

Com distância de 700 km da capital Salvador, um território de 2.287,085 km² e população de 126 mil pessoas (IBGE, 2010), Porto Seguro é um dos mais importantes pontos turísticos do Brasil com 85 km de praias e relevante importância histórica, cultural e turística. Além do turismo, desenvolve atividades como a agricultura (mamão, caju e coco), a pecuária, comércio e serviços e a extração mineral, que geram um PIB per capita de R\$ 15.801,29, mas com 74,6% das receitas oriundas de fontes externas (IBGE, 2010).

O município é cortado por 22 rios, inclusive o rio federal Buranhém que nasce em Minas Gerais e percorre 128 quilômetros na Bahia até a sua foz no Oceano Atlântico, em Porto Seguro. É o manancial de onde é captada a água que abastece cidades do extremo sul.

Segundo o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Porto Seguro – Bahia (2014)⁴ o município tem 46% (ou 110.141.78 hectares) de sua área coberta por vegetação florestal de Mata Atlântica, contando com restingas, manguezais e comunidades aluviais (brejos e várzeas). No entanto, as áreas antropizadas e sem vegetação natural ocupam mais da metade do território do município (53,97%, o equivalente a 129.110 hectares), com um elevado grau de urbanização, já que mais de 80% da população reside em áreas urbanas.

A região da Costa do Descobrimento e do Extremo Sul da Bahia sofreu transformações nas dinâmicas territoriais especialmente após a década de 1970, com a chegada da indústria de celulose, configurando um quadro de alta concentração fundiária, baixa diversidade produtiva e alta concentração de renda.

Houve muitos conflitos na região a partir da questão agrária que ainda carece de políticas públicas fortalecidas e consolidadas no país. A presença de movimentos sociais de luta pela terra e a maior concentração regional de assentamentos rurais de reforma agrária no campo baiano, sendo uma das áreas prioritárias para o INCRA (MAGALHÃES, 2017) e, por isso, merece ser destacado.

Os assentamentos e ocupações na região datam desde a década de 80, sendo um exemplo nesse sentido o Projeto Vale Verde no entorno do PNPB. Informações do Relatório Dataluta Brasil (2014), apontam que, entre 1988 e 2013, ocorreram: 301 ocupações pelo MST; 18 pela Contag; 2 pela CPT; 87 por movimentos indígenas; e 75 por outros grupos.

No entanto, no início dos anos 2000, após duas décadas de implantação de assentamentos na região, houve uma redução na criação de assentamentos e as ocupações passaram a crescer. Em 2010, havia 1.823 famílias assentadas e duas mil acampadas à beira das rodovias, num total de 41.396 hectares de terras, sem horizonte de alternativas por parte do Estado (ARAÚJO, 2010 apud MAGALHÃES, 2017).

Deste modo, o processo de luta pela reforma agrária voltou a crescer e envolveu outros

4 <https://www.conservation.org/global/brasil/publicacoes/Documents/PMMA-PORTO-SEGURO-TE-LA.pdf>

movimentos com atuação regional, como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia (Fetag BA), Movimento de Luta pela Terra (MLT), Movimento de Resistência Camponesa (MRC), Associação de Produtores Rurais Unidos Venceremos (Aprunve), Frente de Libertação da Terra (FTL).

Somente em 2015, após um longo processo de negociação e diálogo, com a mediação da equipe do professor Paulo Kageyama, Esalq/USP, o assentamento das famílias voltou a ocorrer na região. Destaca-se que em 2011 a negociação mediada pelo NACEPTECA/ESALQ/USP gerou, também, o Projeto Assentamentos Agroecológicos (PAA) nos territórios do Extremo Sul e Costa do Descobrimento, que está em desenvolvimento por meio de uma parceria entre governos estadual e federal; Movimentos Sociais, Esalq/USP e empresas do setor florestal (Fibria e Veracel).

No contexto econômico, salienta-se que as principais atividades da região giram em torno da agropecuária extensiva, agricultura familiar, pesca, extração intensiva de madeira (*Eucalyptus spp.*), a indústria de móveis, indústrias de papel e celulose e o turismo que é uma atividade econômica que tem relevância na transformação socioambiental do território.

O apelo histórico e paisagístico da região, aliado a infraestrutura hoteleira e a atividades de lazer e diversão durante todo o ano, bem como um aeroporto internacional com voos domésticos com conexões para quase todas grandes capitais brasileiras, são pontos fortes para a economia.

Trata-se de uma zona turística considerada prioritária para investimentos pelo Governo da Bahia, no âmbito do Prodetur - Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia. O investimento previsto pela Secretaria de Turismo do Estado para a região, no período de 1991 a 2020, é da ordem US\$ 325 milhões, que correspondem a 10% do investimento público para o turismo na Bahia (DIEESE, 2008).

No entanto, um desafio que permanece é a geração de emprego para as comunidades locais, pois, semelhante ao que acontece com empresas de papel e celulose, os pontos mais refinados do turismo no litoral do Extremo Sul da Bahia não utilizam mão de obra local na intensidade que se esperava (NETO, SILVA, 2015, p. 78).

Mais especificamente sobre os parques nacionais estes comportam a visitação pública com fins recreativos e educacionais, que deve ser regulamentada pelo Plano de Manejo da unidade e estar de acordo com as normas estabelecidas pelo ICMBio e órgão ambiental estadual responsável. Também devem ser elaborados um Projeto Básico, Plano de Uso Público e Estudo de Viabilidade Econômico Financeira, documentos que o PNPB já elaborou.

Está em discussão a elaboração de edital para concessão de serviços de apoio aos visitantes do PNPB, como: serviços de cobrança de ingressos; transporte interno, estacionamento de veículos; lanchonetes; loja de conveniência; espaço do ciclista; centro de visitantes, espaço de campismo, tirolesa e passarelas suspensas.

COMUNIDADES DO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DO PAU BRASIL

Este tópico que trata das comunidades do entorno do Parque foi extraído, também, do Plano de Manejo, mas, com elementos acrescentados pelas próprias comunidades e pela CTEA durante o processo de construção do PPPEA.



Figura 02: Mapa do entorno do PNPB

Distrito Vale Verde

Antiga missão jesuítica da etnia indígena Patatiba, tombado como patrimônio histórico que teve seu centro histórico restaurado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico – IPHAM. Localizada às margens do rio Buranhém, entre Arraial d’Ajuda e Trancoso, se configura como uma vila rural, com cerca de cinco mil habitantes e é formada pelas comunidades/povoados de Vale Verde, Santa Rita, Bom Jesus, Nossa Senhora da Aparecida, Engenho Velho, Cruz Velha e Projeto Vale Verde.

A pesca era a principal atividade econômica, mas que vem perdendo forças desde os anos 80 por conta da degradação do rio Buranhém. A economia local é formada pela produção de aguardente, de beiju e os cultivos de cana, mamão, café, cacau e hortaliças, além do funcionalismo público, que é um forte gerador de renda para o distrito.

Essas comunidades são responsáveis pelo abastecimento de produtos agrícolas e mão-de-obra para o setor turístico principalmente para Arraial D’Ajuda e Trancoso, mas que sofrem com a carência de infraestrutura e serviços. Vale Verde, por exemplo, conta apenas com um Posto de Saúde que recentemente passou por uma ampliação e estruturação em equipamentos, com médico, dentista, ambulância, etc.

Existem conflitos territoriais, por conta da indefinição das indenizações de 84 famílias que foram retiradas da área pela empresa Brasil-Holanda, que antes era proprietária de terras onde atualmente é o Parque Nacional do Pau Brasil. Isso gerou várias ações judiciais que até hoje não foram solucionadas. Existe também, uma percepção de falta de fiscalização e policiamento, bem como de um centro de atendimento ao turista que possa estimular o turismo local. No entanto, há um grande potencial para o desenvolvimento agroecológico e planejamento urbano, desenvolvimento turístico sustentável e revitalização do patrimônio histórico. Um exemplo é a existência de dois alambiques, um particular que é aberto para visitação e o da Casa de Farinha que se encontra em condições precárias por falta de apoio e de recursos.

A destinação dos resíduos também representa um desafio, especialmente as embalagens de agrotóxicos, pois embora haja coleta de lixo, não abrange todas as comunidades. Por isso, as comunidades Engenho Velho, Bom Jesus e Nossa Senhora Aparecida acabam queimando o lixo em seus quintais, causando riscos de contaminação do rio Peruípe que passa pelo Engenho Velho. Outra questão bastante presente na realidade local é a falta de abastecimento e tratamento de água e de saneamento, com o uso de fossa, sendo que várias estão a céu aberto.

Projeto Vale Verde

Assentamento formado em 1982, em uma área aproximada de 1500 hectares situada na antiga Fazenda Porto Seguro, localidade pertencente ao Distrito Vale Verde, onde estão localizadas as comunidades de São Miguel e Japar , a 11 km de Arraial

D´Ajuda e na margem da rodovia BA 001.

Inicialmente foram assentadas 110 famílias com o mesmo número de lotes, no entanto, com a abertura e pavimentação da rodovia BA 001, houve aumento populacional, em sua maioria irregular. Atualmente, cerca de 300 famílias vivem na área. Produz mandioca e seus derivados e fruticultura, em uma escala menor, além de culturas de subsistência, com irrigação irregular do rio Buranhém para as culturas de mamão, maracujá e banana e descarte de embalagens de agrotóxicos. B o a parte de seus habitantes serve de mão de obra para proprietários de médio e grande porte, apesar de possuir uma associação de pequenos proprietários rurais (MMA, 2005). Além disso, 60% dos seus moradores utilizam a lenha como principal fonte de energia, têm renda média mensal de um salário mínimo e cerca de 40% dos moradores não são alfabetizados (OLIVEIRA, FERNANDES, OLIVEIRA; 2011). Sobre a relação das comunidades com a UC, existem casos de abertura de novas áreas para agricultura (principalmente Projeto Vale Verde), extrativismo vegetal (orquídeas, cipós e outras plantas tropicais) e a caça a animais silvestres.

Fazenda Santa Maria

A fazenda produzia café e fruticultura e com bastante intensidade no uso dos recursos naturais. Depois, a empresa de papel e celulose Veracel comprou a propriedade – que era basicamente composta por áreas de café e de pastos abandonados e uma capoeira em processo de regeneração - recebendo autorização para realizar plantio no ano de 2010. No entanto, neste mesmo ano o local foi ocupado por famílias integrantes da Associação de Produtores Rurais Unidos Venceremos - APRUNVE.

Aos poucos as famílias se instalaram e dividiram os lotes de produção, ocupando quase toda área da fazenda e desenvolvendo uma produção agrícola diversificada, mas com o uso de maquinários agrícolas, instalação de sistemas de irrigação, utilização de insumos externos, etc. Além de produtos para o autoconsumo, as 78 famílias produzem hortaliças, frutas (mamão, café, coco, banana, maracujá, laranja, limão e abacaxi), mandioca, feijão, abóbora, diversas variedades de pimentas que são comercializados. Também existe um plantio de Teca (*Tectona grandis*) em um dos lotes, que é uma árvore de grande porte, nativa das florestas tropicais asiáticas. No manejo algumas famílias fazem uso do fogo no preparo do solo para plantio e manejo da braquiária, além de uso de agrotóxicos.

A fazenda Santa Maria faz divisa direta com o Parque Nacional do Pau Brasil (PNPB), estando em sua zona de amortecimento, com fragmentos secundários médios iniciais que ajudam a formar corredores ecológicos com elementos associados a proteção dos recursos hídricos da região. Tal fato traz para o processo de criação do assentamento uma proposta diferenciada com relação as possibilidades de modelos produtivos e requer a formulação de um projeto de desenvolvimento sustentável (PDS).

Atualmente, a fazenda faz parte do conjunto de áreas abarcadas pelo Projeto Assentamentos Agroecológicos na região do Extremo Sul da Bahia” (PAA- NACEPTECA/ ESALQ / USP).

Hoje a Fazenda Santa Maria, por meio da APRUNVE, vem se destacando no território a partir da sua produção agroecológica e orgânica com a participação em Feiras e Encontros locais e regionais de Agroecologia, além de terem algumas famílias certificadas com o selo de orgânicos pela Rede de Agroecologia Povos da Mata que é credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

A área de acampamento possui escola municipal de ensino fundamental I em prédio de alvenaria que está em fase de reforma e ampliação, mas não conta com posto de saúde nem energia elétrica, além de não ter o acesso aos serviços públicos de transporte o que prejudica o escoamento da produção dos agricultores.

Distrito de Vera Cruz

Com mais de 100 anos, é bastante urbanizado e possui aproximadamente 16.000 habitantes com um vínculo histórico alto com o Parque Nacional do Pau Brasil, já que muitos moradores trabalhavam na Fazenda Brasil-Holanda, onde hoje é a referida unidade de conservação. A maioria de seus moradores são trabalhadores rurais das propriedades da região ou trabalham no comércio local. Por questões de mobilidade e acesso a BR 367 a comunidade utiliza os serviços e comércio de Eunápolis. Também realizam o uso inadequado de agrotóxicos, bem como a construção de barragens mal geridas e com rupturas que alteram os cursos d’água e aumentam o risco de invasão por peixes exóticos. Além disso, há risco de contaminação de água e do lençol freático, pois Vera Cruz não possui tratamento de água, embora exista uma estação. Um dos problemas mais alarmantes de Vera Cruz é a violência e também a precariedade do saneamento ambiental.

Arraial D’Ajuda

Sua origem está ligada a construção do primeiro santuário do Brasil - a Igreja Nossa Senhora D’Ajuda - construída no século XVI e tombada pelo IPHAN. Possui 20 quilômetros de praias e cerca de 16 mil habitantes (IBGE, 2010), sendo um importante ponto turístico, com diversas opções de hospedagem, alimentação, compras e atividades voltadas para o turismo. Do final dos anos 60 e 70, quando foi redescoberta pela geração “hippie”, até os dias de hoje, sofreu muitas alterações com a vinda de migrantes de grandes centros urbanos e de estrangeiros, que a deixaram com um caráter mais cosmopolita, e com a ampliação do eixo de atrativos turísticos. Isso porque muitos desses migrantes e imigrantes se estabeleceram profissionalmente, abrindo negócios como pousadas, restaurantes, lojas, agências de turismo, ecoturismo e turismo de aventura, lojas, dentre outros. Outra consequência desse processo é o aumento do

poder aquisitivo dos turistas (mais alto que o de Porto Seguro, inclusive) e do turismo familiar.

Trancoso

Origina-se de uma aldeia jesuíta denominada São João Batista dos Índios, fundada em 1586. Possui um cenário formado por praias, falésias, foz de rios e coqueiral, a 26 quilômetros de Porto Seguro e com cerca de 11 mil habitantes (IBGE, 2010). Assim como Arraial, o povoado foi “redescoberto” no fim dos anos 70, quando jovens brasileiros e europeus começaram a fixar residência. Naquela época, havia só o conjunto de casas dispostas ao redor do Quadrado (hoje a Praça São João). Aos poucos, e com a construção de estradas e aeroportos, o turismo desenvolveu-se, tornando-se a principal atividade econômica local que fomentou o crescimento do distrito. Com acesso asfaltado que liga o distrito a Porto Seguro e Arraial D’Ajuda, também, possui um excelente e variado quadro hoteleiro e restaurantes de alto padrão. Trancoso se transformou num local de turismo luxuoso atraindo grandes empreendimentos que causam degradação na natureza e exclusão social.

Sapirara

Comunidade rural mais recente com cerca de 1.500 moradores, em que muitos trabalham com turismo em Trancoso, situado a 10 km de distância. Outra atividade econômica é a produção agrícola familiar, com cultivos de subsistência, destacando-se a produção de mamão, abacaxi, plantio de seringa em uma propriedade rural e pequenos plantios familiares de mandioca, feijão, milho. O abastecimento de água ainda está em fase de implantação, não há coleta de resíduos sólidos sendo realizada a queima dos mesmos, tampouco há postos de saúde. Destaca-se que existe, pela comunidade, um sentimento de baixa autoestima devido à desvalorização e descaso do poder público com o local.

Coqueiro Alto

A Prefeitura Municipal de Porto Seguro comprou a Fazenda Rio da Barra em 1992 com o objetivo de criar um assentamento rural, mas houve problemas de venda e destinação de forma irregular o que levou a um grupo de 300 famílias ocuparem a área. O processo demorou e a formalização do povoado só foi ocorrer em 1996, ano em que também foi criada uma associação de pequenos produtores com mais de 40 integrantes. A população é de 200 famílias de nativos e cidades próximas como Itabela e Eunápolis

Presença de agricultura de subsistência com escoamento da produção em Arraial D’Ajuda e Trancoso, que teve o escoamento facilitado com o asfaltamento da BA – 001. Alguns moradores já reconhecem a localidade de Coqueiro Alto como “cidade dormitório”

de Trancoso e do empreendimento hoteleiro Terra Vista. Assim como Sapirara sofre com a precariedade e ineficiência do sistema de saúde, em que os casos mais sérios têm que ser dirigidos para Porto Seguro e Eunápolis.

As duas comunidades apresentam precariedade quanto à educação, cultura, segurança, saúde, saneamento e infraestrutura. A problemática da caça também foi apontada até como consequência da falta de programas de educação ambiental que é uma demanda da região. A expansão urbana e o turismo também podem ser vistos como o fator de maior pressão por promover indiretamente a presença e o volume dos “lixões” nas épocas de alta estação, o desmatamento das restingas ao longo da estrada BA-001, a extração de plantas tropicais e de areia para a construção civil.

Aspectos gerais do entorno

Na área rural, as principais atividades produtivas no entorno do PNPB são a monocultura de eucalipto, café, pimenta, borracha, mamão, a agricultura familiar de subsistência, a pecuária extensiva, a produção de aguardente na região de Vale Verde e a produção em pequena escala de beiju, mas que é amplamente distribuída. São pelo menos 16 grandes propriedades rurais (IBAMA, 2005) confrontantes ao Parque e diversas comunidades rurais em seu entorno, com riscos ambientais oriundos de práticas agropecuárias ligadas à falta de conservação do solo e da água, a monocultura, ao uso de agrotóxicos e do fogo e de pressão sob os recursos florestais.

De maneira geral as demandas que as comunidades possuem e que também afetam a UC, são: infraestrutura pública, saneamento ambiental (tratamento de água, esgoto, resíduos e macrodrenagem), fiscalização, segurança e educação básica, manutenção das estradas, garantia da segurança alimentar, gestão dos resíduos sólidos, cultura, lazer, oportunidades de emprego e renda, atenção especial aos jovens e mulheres, além de políticas públicas socioambientais em geral.

O entorno do Parque conta com as seguintes escolas municipais:

Comunidade/Distrito	Escolas
Vera Cruz	Escola Municipal Chico Lage; Escola Municipal Santa Maria; Escola Municipal Tiradentes; Escola de Educação Infantil Cruz de Malta
Vale Verde e Projeto Vale Verde	Escola Municipal Manoel Ribeiro Carneiro; Escola Municipal São Miguel; Escola Municipal Joana Moura
Coqueiro Alto	Escola Municipal Mirante do Rio Verde; Escola Municipal Canta Galo
Sapirara	Escola Municipal de Sapirara
Fazenda Santa Maria	Escola Municipal Morro Alto

Outras escolas próximas: Escola Municipal Frutos da Terra; Escola Municipal Dois de Maio; Escola Municipal Archimedes Ernesto da Silva

Considerando o art. 29 da Lei nº 9.985 do SNUC foi criado o Conselho Consultivo do Parque Nacional do Pau Brasil em 2005, tendo a finalidade de contribuir com a implantação e implementação de ações destinadas à consecução dos objetivos da referida Unidade de Conservação. Destaca-se que as instituições conselheiras podem ser alteradas, de acordo com a dinâmica das relações institucionais do território. Dessa forma, a seguir está a relação de Conselheiros que ocupam as cadeiras pelo período de 2014 a 2018

0. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
1. Associação de Moradores de Vera Cruz
2. Associação de Horticultura de Vera Cruz
3. Associação dos Pequenos Produtores do Projeto Vale Verde – ACPROVEM
4. Associação de Amigos e Moradores de Vale Verde e Entorno - ASVALE
5. Associação Coqueiro Alto dos Pequenos Proprietários de Terra da região de Trancoso
6. Associação Rio da Barra dos Pequenos Proprietários do Vale Verde
7. Associação de Produtores Rurais Unidos Venceremos (APRUNVE)
8. Companhia Independente de Polícia de Proteção Ambiental - CIPPA
9. Instituto Federal da Bahia - IFBA
10. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz / Universidade de São Paulo – ESALQ/USP
11. Veracel Celulose S/A
12. Reserva Particular do Patrimônio Natural- RPPN Rio do Brasil
13. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
14. Secretaria Municipal de Pesca e Agricultura
15. Faculdades Integradas do Extremo Sul - UNESULBAHIA
16. Universidade do Estado da Bahia - UNEB CAMPUS XVIII

CÂMARA TEMÁTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NACIONAL DO PAU BRASIL

Após diálogos e articulações interinstitucionais, do Parque/ICMBio e seu Conselho Consultivo, para a construção do presente Projeto Político-Pedagógico de Educação Ambiental em reunião extraordinária do Conselho, foi instalada a sua Câmara Temática de Educação Ambiental.

De acordo com o ICMBio (2014), câmaras temáticas são instâncias de apoio ao Conselho para discutir assuntos específicos e apoiar as decisões e proposições do Conselho. Em geral, uma câmara temática tem caráter permanente e pode ser composta por instituições convidadas que não são integrantes do Conselho, mas que pela sua relevância na temática e no território poderão contribuir significativamente junto ao Conselho e a unidade de conservação.

Deste modo, a criação da CTEA do Conselho Consultivo do Parque Nacional do Pau Brasil foi um dos primeiros resultados alcançados pelo processo de construção do PPPEA. Ao mesmo tempo em que a CTEA contribuiu diretamente na construção do Projeto Político Pedagógico, ela passou por um processo de autoformação de 80 horas/atividades com vistas ao seu empoderamento para que assuma a gestão e governança democrática do PPPEA. Este processo de autoformação foi facilitado pelo PAA/NACEPTECA/ESALQ/USP o qual emitiu certificado aos participantes.

A Câmara Temática de Educação Ambiental do Conselho Consultivo do Parque Nacional do Pau Brasil foi instalada comungando princípios de um coletivo estruturante que se propõe a ser uma “comunidade de aprendizagem” para contribuir na construção, implementação, monitoramento e avaliação do PPPEA do Parque, que é também do território, como oportunidade de estabelecer a educação ambiental permanente e continuada na unidade de conservação e na região.

A CTEA é formada pelas seguintes instituições:

1. Associação Coqueiro Alto dos Pequenos Proprietários de Terra da região de Trancoso
2. Associação de Amigos e Moradores de Vale Verde e Entorno (ASVALE)
3. Associação de Moradores de Vera Cruz (AMVC)
4. Associação de Produtores Rurais Unidos Venceremos (APRUNVE)
5. Associação dos Pequenos Produtores do Projeto Vale Verde – ACPROVEM
6. Associação Rio da Barra dos Pequenos Proprietários do Vale Verde
7. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ)

8. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA)
9. Parque Nacional do Pau Brasil/ICMBio
10. Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)

Ampliada:

1. Associação Despertar Trancoso - ADT
2. Coordenação Regional 7 – CR7 /ICMBio
3. Faculdades Integradas do Extremo Sul da Bahia - UnesulBahia
4. Coordenação Geral de Gestão Socioambiental/ICMBio
5. Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Rio do Brasil
6. Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Estação Veracel
7. Universidade Estadual da Bahia - UNEB

A construção do PPPEA foi desenvolvida, principalmente, no âmbito da CTEA-ampliada com as 17 representações listadas acima, que são instituições do poder público, organizações da sociedade civil, instituições de educação superior, movimentos sociais e setor privado, sendo o território de atuação delas diversificados com algumas de abrangência nacional, estadual e outras regional e local.

O foco de atuação e ramo de atividades dessas representações da CTEA, também são plurais como: ensino, pesquisa e extensão; turismo sustentável; ecoturismo; lazer e cultura; educação ambiental; ação social e comunitária; voluntariado; gestão e conservação ambiental; agricultura familiar; produção de celulose; desenvolvimento rural e agroecologia; proteção ao patrimônio natural e desenvolvimento socioambiental.

Dialogou-se sobre o papel da CTEA, os critérios de participação de seus membros, bem como as possíveis ações que possam fortalecer o Conselho Consultivo, resultando nos apontamentos a seguir:

Critérios sugeridos para as representações da CTEA:

- Pessoa com um perfil adequado ao assunto para representar a instituição. que tenha, no mínimo, o desejo de atuar na educação ambiental e se possível formação e experiência nessa área;
- Compromisso e disponibilidade para os trabalhos da CTEA;
- Atuação em alguma atividade territorial (associação, movimento social, projetos socioambientais, etc.);
- Perfil sensível, solidário, cuidadoso, interessado e responsável;
- Trazer apoio institucional que contribua nos processos;
- Contribuir com saberes práticos e teóricos.

Como a CTEA apoiará o Conselho Consultivo:

- Cumprindo o seu papel de maneira articulada, cooperativa e dialógica;
- Levantando experiências de EA dentre os membros do Conselho e Câmara;
- Levantando e fornecendo dados relevantes para o Conselho tomar as decisões frente às questões socioambientais;
- Mapeando as instituições e potencialidades em educação ambiental na região;
- Estando conectada e contribuindo com a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental e da ENCEA – Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no âmbito das Unidades de Conservação;
- Facilitando a comunicação entre as comunidades e o Conselho no que se refere a ENCEA;
- Dialogando junto às comunidades do entorno as temáticas de interesse delas antecipando discussões ainda não levantadas pelo Conselho;
- Estabelecendo parcerias para realizar as atividades da Câmara, fazendo um elo entre o Conselho e grupos externos;
- Propondo estudos e pesquisas no campo socioambiental, fornecendo subsídios teóricos e práticos ao Conselho.

CTEA e o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global

Como parte da autoformação da CTEA foi dialogado e refletido o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, documento que é resultado do Fórum Global evento paralelo à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92). O Tratado é uma referência mundial de EA sendo adotado como fundamento da Política e Programa Nacional de Educação Ambiental, bem como, da Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA).

O exercício dialógico feito na autoformação demonstrou que muitas instituições da Câmara Temática estão, de algum modo, realizando ações referentes aos princípios do Tratado de Educação Ambiental. Porém, a problematização realizada pela CTEA apontou que isso não significa que a forma de trabalhar o princípio do Tratado é a mais adequada ou a ideal, além de que o trabalho pode ser inconsciente sem condições de gerar transformações. Os diálogos da CTEA indicaram que o PPPEA deve adotar o Tratado de EA como seus valores a serem seguidos e trabalhados no território em cada instituição e comunidade.

PRINCÍPIOS DO TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL

1. A educação é um direito de todos; somos todos aprendizes e educadores.
2. A educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seu modo formal, não-formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade.
3. A educação ambiental é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações.
4. A educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político.
5. A educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar.
6. A educação ambiental deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e da interação entre as culturas.
7. A educação ambiental deve tratar as questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico. Aspectos primordiais relacionados ao desenvolvimento e ao meio ambiente, tais como população, saúde, paz, direitos humanos, democracia, fome, degradação da flora e fauna, devem ser abordados dessa maneira.
8. A educação ambiental deve facilitar a cooperação mútua e equitativa nos processos de decisão, em todos os níveis e etapas.
9. A educação ambiental deve recuperar, reconhecer, respeitar, refletir e utilizar a história indígena e culturas locais, assim como promover a diversidade cultural, linguística e ecológica. Isto implica uma visão da história dos povos nativos para modificar os enfoques etnocêntricos, além de estimular a educação bilíngue.
10. A educação ambiental deve estimular e potencializar o poder das diversas populações, promovendo oportunidades para as mudanças democráticas de base que estimulem os setores populares da sociedade. Isto implica que as comunidades devem retomar a condução de seus próprios destinos.
11. A educação ambiental valoriza as diferentes formas de conhecimento. Este é diversificado, acumulado e produzido socialmente, não devendo ser patenteado ou monopolizado.
12. A educação ambiental deve ser planejada para capacitar as pessoas a trabalharem conflitos de maneira justa e humana.
13. A educação ambiental deve promover a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições, com a finalidade de criar novos modos de vida, baseados em atender às necessidades básicas de todos, sem distinções étnicas, físicas, de gênero, idade, religião ou classe.
14. A educação ambiental requer a democratização dos meios de comunicação de massa e seu comprometimento com os interesses de todos os setores da sociedade. A comunicação é um direito inalienável e os meios de comunicação de massa devem ser transformados em um canal privilegiado de educação, não somente disseminando informações em bases igualitárias, mas também promovendo intercâmbio de experiências, métodos e valores.
15. A educação ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Deve converter cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis.
16. A educação ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos.

Quadro 04: Princípios do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global

Este tópico do eixo situacional apresenta o diagnóstico das relações socioambientais existentes no território, a partir dos atores sociais, políticas públicas, programas, projetos e ações que vem sendo desenvolvidas que foram consideradas, com impactos diretos ou indiretos, positivas para a sociedade.

ATORES E POLÍTICAS PÚBLICAS

Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA):

Foi criada em 1991 e possui cerca de 35 milhões de hectares em 15 estados brasileiros. É a maior e uma das mais importantes unidades da Rede Mundial da Organização das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura - UNESCO, com 621 Reservas da Biosfera em 117 países. A Reserva coordena o Programa “Mosaicos e Corredores Ecológicos da Mata Atlântica” que possui o Projeto “Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica” com a iniciativa dos Mosaicos dos Minicorredores do Corredor Central da Mata Atlântica que se estende por todo o Estado do Espírito Santo e porção Sul da Bahia (MMA, 2006).

Patrimônio Mundial Natural da Costa do Descobrimento – Reservas da Mata Atlântica BA/ES – UNESCO

Abrangendo 12 municípios no sul da Bahia e quatro no norte do Espírito Santo. Inclui os Parques Nacionais de Monte Pascoal, do Descobrimento e do Pau Brasil, além de 23 Áreas de Proteção Ambiental. O status de Patrimônio Natural da Humanidade potencializa o poder de articulação de parcerias intergovernamentais e a captação de recursos internacionais.

Programas do Governo Federal

Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf: (incluindo os Pronaf Agroecologia, Eco e Floresta), Programa Luz para Todos (focada em levar energia elétrica para as comunidades rurais) (ICMBIO, 2016a).

Programas do Governo Estadual:

Programa “Água para todos”: com início em 2007 e investimentos do governo da estadual, Federal e Banco Mundial (Bird) com a meta de proporcionar água de qualidade e ampliar os serviços de esgotamento sanitário em todo o Estado.

Programa de Educação Ambiental para a Sustentabilidade – PEAS: da Coordenação de Educação Ambiental (Codea) do Instituto de Gestão das Águas e Clima (Ingá), atualmente INEMA – Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos que é uma Autarquia que executa as Políticas Estaduais de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, de Recursos Hídricos, sobre Mudança do Clima e Educação Ambiental. No período de 2007 a 2010, ainda como Ingá, houve um processo amplo de educação ambiental na gestão dos recursos hídricos junto ao Povo Indígena Pataxó e comunidades tradicionais da região.

Programa de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur: coordenado pela Secretaria de Turismo, voltado para a qualificação de mão-de-obra turística e hoteleira, recuperação e proteção da bacia do rio dos Mangues e gestão turística municipal

Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado da Bahia (CERBMA-BA) (Decreto nº 12.228/10) são as instâncias que coordenam a implantação da Reserva nos respectivos estados, mantendo os princípios e diretrizes delineadas pelo Conselho Nacional da RBMA⁵ e com a finalidade de promover políticas públicas, o diálogo entre os atores envolvidos e estimular projetos e atividades voltadas ao conhecimento, à conservação e ao desenvolvimento sustentável da Mata Atlântica. Os Comitês Estaduais são criados por Decreto do Governo Estadual ou por Resolução dos Secretários de Meio Ambiente.

Colegiado Territorial da Costa do Descobrimento: espaço de colaboração para o planejamento e a gestão de políticas públicas no âmbito das três esferas governamentais (Resolução Cedeter nº 02/11). Possui composição paritária, com 50% dos representantes do poder público (federal, estadual e municipal) e 50% da sociedade civil e atuação em 8 municípios do Extremo Sul (Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro), conforme a divisão dos territórios de identidade estabelecidos pelo Governo Estadual. Está vinculado ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (Cedeter), órgão de instância colegiada da Secretaria Estadual de Planejamento.

Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Frades, Buranhém e Santo Antônio, que abrangem uma área de 11.000Km² e os rios Santo Antônio, João de Tiba, Frades, Caraíva, Queimado, além de outros menores. Localizam-se nos municípios de: Porto Seguro, Eunápolis, Guaratinga, Itabela e Santa Cruz de Cabrália, Prado, Belmonte, Itagimirim, Itamaraju, Itapebi. Essa região concentra um grande número de aldeias indígenas Pataxó, etnia mais numerosa da Bahia.

5 http://www.rbma.org.br/rbma/rbma_2_organos_comites.asp

Programas Municipais

Projeto “Educando com Horta Escolar” iniciado pela secretaria municipal de educação em 2009 em oito escolas do município trabalha com a cultura alimentar e nutricional por meio das hortas escolares incorporando a alimentação nutritiva, saudável e ambientalmente sustentável como eixo gerador da prática pedagógica. A iniciativa tem apoio da FAO (Food and Agriculture Organization) e do Ministério da Educação (GAZETA BAHIA, 2011).

Projeto “Quintal produtivo”: objetiva desenvolver a agricultura familiar das comunidades rurais e, com isso, reduzir a condição de pobreza das populações de baixa renda. Também teve início em 2009, a partir de uma parceria da secretaria municipal de agricultura e pesca com a secretaria estadual de desenvolvimento e integração regional (ICMBIO, 2016a, p. 97).

Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Porto Seguro (Lei nº 11.428/06) é um instrumento orientador, previsto pela Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006 e Decreto nº 6.660/2008), com diretrizes ambientais para o planejamento e a gestão municipal, visando integrar projetos e ações em consonância com as leis e códigos ambientais vigentes. Também é pré-requisito para que o município tenha acesso aos recursos do Fundo de Restauração do Bioma Mata Atlântica, ainda a ser constituído. Sua construção deve ser participativa e feita em sintonia com outros planos e programas de gestão territorial existentes no município, como o Plano Diretor Municipal, os Planos de Gestão de Bacias Hidrográficas e os Planos de Manejo de Unidades de Conservação e serem aprovados pelo conselho municipal de meio ambiente. A elaboração do PMMA de Porto Seguro foi coordenada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) e Conservação Internacional (CI-Brasil), em parceria com o Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá), Movimento de Defesa de Porto Seguro (MDPS) e Fundação SOS Mata Atlântica, seguindo o roteiro metodológico proposto pelo Ministério do Meio Ambiente e Agência Alemã de Cooperação Técnica (Dutra et al., 2013).

Código Municipal de Meio Ambiente (Lei nº 0619/05) em vigência, é instrumento importante para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente na execução de suas atribuições e competências.

Lei 1167 de 14 de junho de 2014 que institui a Política Municipal de Educação Ambiental de Porto Seguro. Trata-se de um importante instrumento legal para desenvolver políticas públicas de educação ambiental de âmbito escolar e não escolar, em busca de envolver toda a população na construção de sociedades sustentáveis. Destaca-se que a lei ainda está desarticulada, com a necessidade de cumprimento.

Políticas públicas de agricultura familiar e agroecológicas fomentadas pela Secretaria Municipal de Porto Seguro e Rede de Agroecologia Povos da Mata. A Rede Povos

da Mata é uma articulação entre produtores da agricultura familiar, agricultores assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas, agricultores em geral e consumidores-coprodutores. Trata-se da primeira Organização Participativa de Avaliação da Conformidade (OPAC) do estado da Bahia, buscando certificação orgânica participativa dos produtos agrícolas e seus derivados. Em abril de 2017 teve início o Projeto Selo Orgânico fruto da parceria entre Secretaria Municipal e a Rede de Agroecologia com orientações, cursos, oficinas, acompanhamento dos agricultores familiares de Porto Seguro. No final de 2017 Porto Seguro se tornou o primeiro Núcleo de Certificação de Orgânicos e Agroecologia da região, com o nome de Núcleo Costa do Descobrimento. Em abril de 2018 foi realizada a I Feira de Agroecologia e Alimentação Saudável de Porto Seguro, sendo a primeira Feira de Troca de Sementes Crioulas. O trabalho, até agora, foi realizado com: Aldeias Juerana, Boca da Mata, Xandó, Pé do Monte, Trevo do Parque, Barra Velha e Aldeia Velha. Com associações do Ibiruçu, Extremo Sul, ACAUF, Brasil para o Futuro, Vale Verde, Santa Rita, Mulheres em Ação, grupos de agricultores de Vale Verde, Fazenda Santa Maria e Bom Jesus.

Sociedade Civil - Controle Social

Observatório Social de Porto Seguro (OSPS) – Criado em 2012 por iniciativa de um morador de Porto Seguro, o Observatório tem a função de realizar o controle social acompanhando ações do legislativo e executivo, bem como, políticas públicas. Além disso, realizam eventos, parcerias e outras ações em busca de contribuir para a melhoria dos problemas. Em 2015 o OSPS aderiu ao modelo de Franquia Social proposto pela Rede do Observatório Social do Brasil, passando a integrar um grupo de aproximadamente cem observatórios por todo o país. Além da parceria com o Observatório Social do Brasil, o Observatório Social de Porto Seguro efetivou recentemente uma parceria com o Fórum Social de Arraial D’Ajuda, além de possuir parcerias institucionais com a Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Tribunal de Contas dos Municípios - Bahia, Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB, Câmara dos Dirigentes Lojistas - CDL, entre outras.

Outras ações e atores identificados no entorno do Parque

O entorno do Parque Nacional do Pau Brasil e o território mais abrangente, no qual está inserido (Porto Seguro/Costa do Descobrimento), apresenta-se com um atuante conjunto de organizações da sociedade civil, movimentos sociais, instituições de ensino superior, poder público e setor privado que se destacam conforme lista a seguir:

AÇÃO/PROJETO/PROGRAMA EM EXECUÇÃO OU JÁ EXECUTADO RECENTEMENTE NO TERRITÓRIO	INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS PELA REALIZAÇÃO
Projeto de pesquisa e monitoramento do macaco prego nas matas da RPPN Rio do Brasil	RPPN Rio do Brasil
Projeto Vizinhos do Parque	Associação Despertar Trancoso, CI-Brasil, PNPB
Projeto de Observação de Aves da Costa do Descobrimento	Parna Pau Brasil, RPPN Estação Veracel, Associação Despertar Trancoso, CI-Brasil, RVS Rio dos Frades e RPPN Rio do Brasil
Corredor Ecológico Pau Brasil-Estação Veracel	Parna Pau Brasil, TNC, IBio e Veracel Celulose
Projeto Harpia da Mata Atlântica	Parna Pau Brasil, RPPN Estação Veracel, INPA
Projeto de Estudo Populacional e Conservação de Onças-Pintadas da Porção Norte da Mata Atlântica: RPPN Estação Veracel-PARNA do Pau-Brasil	Parna Pau Brasil, Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros – CENAP/ICMBio e RPPN Estação Veracel
Projeto Assentamentos Agroecológicos - Diagnóstico socioambiental, planejamento ambiental e produtivo, bancos de germoplasma, agroecologia recuperação de áreas degradadas - Educação ambiental popular - Alfabetização Agroecológica Ambientalista - Formação de Formadores permeando: educação ambiental popular, reforma agrária, meio ambiente e agroecologia no território do Extremo Sul da Bahia e entorno do Parque	NACEPTECA/ESALQ/USP; Movimentos Sociais; Governo Federal e Estadual, Empresas do Setor Florestal
- Projeto de Pesquisa no Estudo Comportamental e Reprodutivo da Ordem Lepidoptera - Projeto de Pesquisa: Estudo da Ecologia, Fenologia e Cronobiologia de Borboletas do Sul da Bahia - Programa de educação ambiental, focado na proteção do meio ambiente, usando como meio a beleza das borboletas. - Turismo ecológico	Borboletário
- Projeto de Pesquisa: Pesquisando atividades Educadoras Ambientalistas no município de Porto Seguro e adjacências” - Projeto de Pesquisa: Pesquisando atividades Educadoras Ambientalistas no município de Porto Seguro e adjacências”. - Projeto de Pesquisa: “Educação Ambiental Agroecológica como Instrumento para a promoção da saúde no território do Extremo Sul Baiano: uma experiência no Complexo Integrado de Educação de Porto Seguro (CIEPS)”. Iniciação Científica – bolsa PIBIPICI CNPq - Projeto de Pesquisa: “Desafios da educação ambiental e sustentabilidade na gestão pública municipal de Santa Cruz Cabrália/Bahia”. Trabalho de Conclusão de Curso. - Projeto de Pesquisa: “Sensibilização dos usuários do Parque Marinho Municipal de Coroa Alta em Santa Cruz Cabrália/Bahia, visando sua valorização e a conservação”. Trabalho de Conclusão de Curso. - Projeto de Pesquisa: “Percepção e manejo ambiental na comunidade Arara em Teixeira de Freitas – Ba: a questão das nascentes”. Dissertação de mestrado. - Projeto de Pesquisa: “Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde: entraves, desafios e riscos ao meio ambiente”. Dissertação de mestrado. - Projeto “Despertar” – Juventude, Unidades de Conservação e Educação Ambiental. Parceria com o Parque Nacional do Alto Cariri/Ba. - Atividades concluídas: Projeto “Juventude e meio ambiente”. Parceria com IFBA/Porto Seguro. Setembro a novembro de 2017.	Núcleo de Pesquisa e Extensão Universitária em Educação Ambiental (NUPEEA) da UFSB
Projeto de Pesquisa: “Fabricação e Consumo da cachaça na construção identitária no Vale Verde”	UFSB
Projeto de pesquisa (proposta a ser submetida para editais da DPCI 2017 e demais fontes de financiamento): “Poema, experiência, comunidade - a bio-grafia como método e modos da literatura incomparável” e será “habitado” em Vale Verde, com um espaço de ateliê coletivo para artes da oralidade e da grafia.	UFSB

<p>- Projeto de Pesquisa (CNPq): “Segurança Alimentar e Nutricional em Populações Indígenas e Comunidades Rurais do Sul da Bahia com foco na Agroecologia e na Conservação da Biodiversidade”</p> <p>- Projeto de pesquisa: “Impactos socioambientais decorrentes da atividade agropecuária na zona de amortecimento do Parque Nacional do Pau Brasil, Porto Seguro - BA”.</p> <p>- Projetos encerrados: Análise comparativa entre sistemas produtivos agrícolas convencionais e orgânicos aplicada à fruticultura. Adequação ambiental no manejo do solo e da água com enfoque na geração de serviços ecossistêmicos em áreas de fruticultura no extremo sul da Bahia.</p>	Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica Pau Brasil (NEA-PB) / UFSB
<p>Projeto de Pesquisa “Ruptura e continuidade nas dinâmicas sociais de comunidades rurais no entorno do Parque Nacional do Pau Brasil, Sul da Bahia - Um levantamento antropológico” Levantamento Socioambiental de comunidades rurais no entorno do Parque Nacional do Pau Brasil O Ciclo das Festas Camponesas no Vale Verde e Comunidades Adjacentes Levantamento Patrimonial - De acordo com o sistema do IPHAN - Na comunidade Vale Verde.</p>	UFSB
<p>- Projeto de Pesquisa: Biodiversidade de abelhas indígenas sem-ferrão em fragmentos na região do Corredor Central da Mata Atlântica (Proposta em curso registrada na DPCI).</p> <p>- Plano de Trabalho em curso com bolsa PIBIPCI UFSB: Levantamento de espécies de abelhas sem ferrão de um fragmento do Corredor Central da Mata Atlântica e um Sistema Agroflorestal</p> <p>- Proposta em Planejamento: Incentivo a Meliponicultura: Uma estratégia de manejo e conservação das abelhas sem ferrão na região.</p>	UFSB
<p>- Projeto de Pesquisa: Biodiversidade de abelhas indígenas sem-ferrão em fragmentos na região do Corredor Central da Mata Atlântica (Proposta em curso registrada na DPCI).</p> <p>- Plano de Trabalho em curso com bolsa PIBIPCI UFSB: Levantamento de espécies de abelhas sem ferrão de um fragmento do Corredor Central da Mata Atlântica e um Sistema Agroflorestal</p>	UFSB
<p>- UPT – Universidade para todos - UATI – Universidade Aberta à Terceira Idade - PARFOR -Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - Oferece suporte às demandas referentes aos Conselhos Municipais a qual faz parte e auxilia no Projeto das Margaridas (Associação parte do Conselho do Território de Identidade Costa do Descobrimento</p>	UNEB
Ações agroecológicas e produção orgânica	APRUNVE
Ações diversas de turismo sustentável e empoderamento de mulheres e jovens nas comunidades de Sapirara e Coqueiro Alto	ADT, RPPN Rio Brasil; Associação comunitária
Ações de educação ambiental voluntárias	AMVC
Cursos de capacitação para brigadistas (a cada 6 meses)	PNPB
<p>- Formação continuada de Jovens para participação ativa na conservação e sustentabilidade socioambiental costeira e marinha, com a articulação e realização de encontros do Coletivo Jovem da Costa do Descobrimento;</p> <p>- Fóruns de debate (Diálogos com a Sociedade) com comunidades pesqueiras da região da Costa do Descobrimento sobre a cadeia socioeconômica da pesca;</p> <p>- Formação de grupos atuantes no turismo costeiro-marinho sobre melhores práticas de turismo, atendendo escuneiros, mergulhadores e guias de turismo do Extremo Sul da Bahia.</p> <p>- Parceria com sistemas públicos de ensino formal para inserção de projetos pedagógicos de educação ambiental na Costa do Descobrimento. Esta ação está vinculada a Rede de Educação Coral Vivo, vertente Ensino Formal, com a proposição de formalizar parcerias com três Unidades de Ensino (UE) do Sistema Público da Costa do Descobrimento</p>	Coral Vivo
Trabalho voluntário e não oficial de acompanhamento, orientação e supervisão em serviços de jardinagem, especialmente no combate a pragas e ervas daninhas	UNESULBahia
Apoio a todas as ações realizadas por outras instituições quanto a proteção ambiental, monitoramento, educação ambiental, fortalecimento do PNPB, empoderamento das mulheres, turismo sustentável, etc.	RPPN Rio Brasil
Ações para contribuir no desenvolvimento econômico e social, através do uso de recursos naturais e com projetos de geração de renda, desenvolvendo, incentivando a participação dos jovens, mulheres e idosos.	ASVALE

Este tópico do eixo situacional apresenta a problematização realizada no decorrer da construção do PPPEA, ou seja, foi diagnosticado um conjunto de problemas a partir de um processo que propiciou uma leitura crítica da realidade com objetivos de transformação pela prática educadora ambiental e agroecologia. Deste modo, os problemas elencados foram analisados e inter-relacionados, possibilitando a compreensão de que não existem problemas isolados, pois um problema pode desencadear vários outros, existindo problemas que são causas e outros que são consequências.

A fim de classificar a problematização com seu grau de importância para o PPPEA e também, para torná-la visível, focada e um pouco mais didática, foram priorizados seis problemas socioambientais.



Figura 03: 6 problemas socioambientais priorizados

Os seis problemas são articulados e integrados de alguma forma, por isso, para cada problema prioritário existem outros problemas que podem ser as causas ou as consequências, sendo que alguns destes problemas podem aparecer repetidamente nos seis problemas prioritários.

A seguir os problemas socioambientais prioritários com seus respectivos problemas relacionados e uma breve reflexão para cada um deles:

PROBLEMA PRIORITÁRIO: LIXO (RESÍDUOS SÓLIDOS)

PROBLEMAS ASSOCIADOS

Lixo (Resíduos Sólidos): a sociedade de forma geral e o território em específico produz muito lixo e não sabe o que fazer com ele, não sabe como separar, reciclar, etc. Porto Seguro não tem coleta seletiva e um destino correto e adequado para a disposição final dos resíduos. O caminhão de coleta dos resíduos domiciliares não passa em diversos lugares, principalmente na zona rural. População queima os resíduos.

Deficiências ou ausência de políticas públicas em geral: saúde, educação, saneamento básico, transporte, moradia, educação ambiental, etc. Falta de informações ambientais. Não existe acesso fácil às informações e nem mesmo capacitação sobre estes assuntos. Falta de cursos sobre meio ambiente, etc.

Quadro 06: Problema prioritário resíduo sólido e seus problemas associados

Durante a construção do PPPEA do Parque Nacional do Pau Brasil um dos temas que se destacou foi o “lixo”, ou seja, a gestão dos resíduos sólidos. Existe uma consciência perceptiva que se produz um volume muito grande de lixo no território, mas faltam políticas públicas para a gestão destes resíduos, além de não existir o acesso à informação, já que muitos não sabem nem mesmo como realizar a separação e o reaproveitamento dos resíduos.

Entre os anos de 2015 e 2016, constatou-se que no Brasil “houve um aumento dos resíduos sólidos urbanos em 1,7%, de 78,6 milhões de toneladas para 79,9 milhões de toneladas, em um período em que a população brasileira cresceu 0,8%” (ABELPRE, 2016).

Um ponto a ser destacado neste problema priorizado é que a coleta dos resíduos, de responsabilidade da Prefeitura Municipal, ainda não atende todas as áreas, o que leva a população a queimar os seus resíduos ou depositá-los de maneira irregular. Cenário que se reflete na zona urbana, mas principalmente na rural com o agravante do descarte ilegal de embalagens de agrotóxicos que são altamente contaminantes, trazendo consequências danosas à saúde pública e ao meio ambiente. O uso dos agrotóxicos que é feito por desconhecimento de outras práticas agrícolas, como as agroecológicas, mas, também pelo agronegócio instalado na região.

Estudos revelam que no Brasil cerca de 1/3 de todo lixo gerado (30 milhões de toneladas) são descartados em lixões a céu aberto, colocando em risco população e meio ambiente (ABRELPE, 2016).

Foi evidenciado fortemente a necessidade de políticas públicas específicas de saneamento ambiental, que envolve o tratamento da água, resíduos sólidos, esgoto e drenagem no território. Neste sentido, destaca-se que Porto Seguro aprovou a Lei nº 1358/17 de 25/05/2017 que institui a Política Municipal de Saneamento Básico, tratando

justamente destas áreas indicadas. Em sua seção IV que trata dos Resíduos Sólidos Urbanos o artigo 16 diz:

O sistema público de manejo de resíduos sólidos urbanos é composto pelo conjunto de infraestruturas, obras civis, materiais, máquinas, equipamentos, veículos e demais componentes, destinado à coleta, transbordo, transporte, triagem, tratamento, inclusive por compostagem, e disposição final dos resíduos caracterizados neste artigo, sob a responsabilidade do Poder Público (PORTO SEGURO, 2017).

Cabe ressaltar que, a Lei Municipal de Saneamento Básico de Porto Seguro prevê instrumentos de controle social para o envolvimento da população com debates e audiências públicas, conferências de políticas públicas e participação em órgãos colegiados consultivos ou deliberativos. Além disso a lei afirma que deve existir acesso à informação e formação da população em educação ambiental.

É importante lembrar que o Brasil tem a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305/10, que traz a questão do consumo sustentável, da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e apresenta instrumentos diversos para estimular a reciclagem e reutilização dos resíduos sólidos e realizar a destinação adequada ao meio ambiente e qualidade de vida da população.

A PNRS condiciona o acesso aos recursos federais à sua implementação nos Estados e Municípios, que devem elaborar os planos municipais e estaduais de gerenciamento de resíduos. No entanto, a previsão era que Estados e Municípios elaborassem seus planos até 2012, que foi prorrogado para 2014 a 2017, e recentemente foi aprovado um Projeto de Lei no Senado que ampliou ainda mais este prazo, variando de 2018 a 2021.

PROBLEMA PRIORITÁRIO: DEFICIÊNCIA E/OU AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROBLEMAS ASSOCIADOS

- Falta de conectividade entre as ações, entre as políticas públicas
- Vários acessos ao Parque, por meio de propriedades particulares, utilizados para retiradas de madeira, caça e outros crimes ambientais
- Crimes ambientais diversos na região
- Uso indiscriminado de agrotóxicos. Alimentação com veneno, agrotóxicos. Desconhecimento de como produzir sem veneno/sem agrotóxico
- Pouca assistência técnica rural
- Lacuna na cadeia produtiva dos agricultores familiares agroecológicos – não tem para quem vender
- escoamento da produção da agricultura familiar (falta de transporte e estradas boas na zona rural, etc.)
- Lixo (Resíduos Sólidos): a sociedade de forma geral e o território em específico produz muito lixo e não sabe o que fazer com ele, não sabe como separar, reciclar, etc. Porto Seguro não tem coleta seletiva e um destino correto e adequado para a disposição final dos resíduos. O caminhão de coleta dos resíduos domiciliares não passa em diversos lugares, principalmente na zona rural. População queima os resíduos
- Falta de saneamento ambiental geral (água, esgoto, resíduos sólidos e macrodrenagem)
- Zoneamento Ecológico Econômico do município, instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, não está de fato considerando áreas que precisam ser protegidas e preservadas
- Veracel: a monocultura de eucalipto que trouxe muito desmatamento e violência para a região. Uso de agrotóxicos, utilização indevida dos recursos naturais como as represas que estão secando (não há uma proteção dos lençóis freáticos). Embora faça bons trabalhos nas escolas, isso é apenas para propaganda e isenção de impostos e para se fortalecer no mercado. Tira muito mais do que deixa para a população
- Não existe oportunidade de trabalho para as comunidades do entorno
- Não existe opção de trabalho e lazer para as juventudes
- Grandes fazendas e empresas que tiram água das pequenas propriedades
- Barramentos de cursos d'água; draga do rio dos Frades. Assoreamento do rio Buranhem
- Ocupação desordenada
- Especulação imobiliária
- Violência (falta de segurança)
- Precariedade na acessibilidade para promover mobilidade às pessoas com deficiência e inclusão social
- Estradas ruins
- Exclusão indígena
- Descaso político

Quadro 07: Problema prioritário deficiência e/ou ausência de políticas públicas e seus problemas associados

De acordo, com Sorrentino (2015, p. 16) “o campo das políticas públicas é essencial para a sustentabilidade socioambiental local e planetária e merece atenção minuciosa dos governantes e de toda a sociedade, para que juntos possam formular e executar ações que atendam às necessidades e expectativas da diversidade de atores de cada território.”

Uma política pública não pode ser vista apenas como um instrumento jurídico, é preciso ir além de leis, decretos e instruções normativas, que sozinhos não efetivam as demandas, é necessário reunir condições e instrumentos financeiros, educadores, mobilizadores, logísticos, articuladores e de infraestrutura para que juntos possam consolidar uma política pública.

O conjunto de problemas detectados e expressos nas reflexões sinalizam a importância de se analisar criticamente as ações governamentais e de outros atores sociais do território em foco, para se compreender se há ausência ou precariedade das políticas públicas ou uma ação política deliberada de não priorização de demandas como as que foram identificadas.

Se política pública é compreendida como tudo que um governo faz ou deixa de fazer sobre um determinado assunto (DYE, 1984), pode-se afirmar que a política pública existente não se compromete com o enfrentamento destas questões.

Se a compreensão sobre o conceito for ampliada para o ciclo de diagnóstico e sistematização dos problemas sociais e as potencialidades dos atores locais para o seu enfrentamento, bem como, o processo dialógico de pactuação de soluções compartilhadas entre todos os envolvidos, é possível interpretar o conjunto dos problemas acima listado como um importante passo para o processo de formulação e implantação de política pública.

O passo seguinte consiste na definição de uma estratégia para o encaminhamento das mesmas, visando seu enfrentamento compartilhado pelos diferentes atores sociais.

A elaboração de propostas de políticas públicas municipais, regional e institucionais, como por exemplo o Projeto Político-Pedagógico do Parque e outros instrumentos participativos de planejamento político-pedagógico para a busca de soluções às demandas acima citadas.

PROBLEMA PRIORITÁRIO: AGROTÓXICOS

PROBLEMAS ASSOCIADOS
<ul style="list-style-type: none">• Uso indiscriminado de agrotóxicos• Descartes ilegais de produtos e resíduos no meio ambiente• Desconhecimento de como produzir sem veneno/sem agrotóxico• Alimentação com veneno• Êxodo rural que foi acentuado no Brasil nas décadas de 60 e 80 deixou sequelas até hoje na região• Mamão, café e eucalipto são as piores culturas da região, são prejudiciais por serem monoculturas e por utilizarem agrotóxicos intensivamente• Veracel: a monocultura de eucalipto que trouxe muito desmatamento e violência para a região. Uso de agrotóxicos, utilização indevida dos recursos naturais como as represas que estão secando (não há uma proteção dos lençóis freáticos).• Questão fundiária ainda não resolvida, com políticas precárias de reforma agrária que geram conflitos de terra, insegurança, mortes e uma vida no campo sem qualidade e dignidade• Agronegócio, que só traz benefícios aos grandes latifundiários está avançando na região• Fazendas e empresas grandes utilizam recursos naturais indevidamente, como a água por exemplo, causando destruição da natureza e deixando apenas o ônus para os pequenos proprietários e população em geral• Pouca assistência técnica rural• Lacuna na cadeia produtiva dos agricultores familiares agroecológicos. Não há trabalhos para estimular o consumo sustentável, o consumo agroecológico, a formação crítica sobre a temática que aumente a demanda dos produtos agroecológicos• Políticas públicas agroecológicas são muito frágeis ou inexistentes no território• Dificuldades para o escoamento da produção da agricultura familiar (falta de transporte e a existem atravessadores nas vendas, enfraquecendo os produtores• Falta de cursos sobre meio ambiente, educação ambiental, agricultura familiar, agroecologia, etc.• Contaminação dos rios e lençol freático com agrotóxicos.

Quadro 08: Problema prioritário agrotóxico e seus problemas associados.

Na última década o mercado de agrotóxicos em termos mundiais cresceu 93%, enquanto no Brasil cresceu 190%. Essa condição colocou o Brasil como o maior mercado mundial de Agrotóxicos, que em 2010 representou 19% do mercado global de agrotóxicos (ANVISA; UFPR citado por ABRASCO, 2015). Dados recentes apontam o crescente consumo de agrotóxicos pela agricultura brasileira como ver ser verificado no quadro a seguir.

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Agrotóxicos (Milhões L)	599,5	643,5	693,0	706,2	687,5	686,4	673,9	725,0	827,8	852,8

Quadro 09 – Consumo de Agrotóxicos no Brasil, de 2002 a 2011
 Fonte: ABRASCO (2015, p. 52). Org.: Araújo Lopes, 2016.

Com relação aos estados brasileiros, entre 2009 a 2012 dez estados apresentaram maior comercialização como: São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia e Maranhão. Os Estados de São Paulo e Mato Grosso lideraram a comercialização nacional. Para a Região Nordeste, Bahia e Maranhão foram os estados que tiveram as maiores vendas.

Deste modo, em 2008 o Brasil assumiu a posição de maior consumidor de agrotóxicos no mundo, fator este que impulsionou organizações e movimentos ligados ao tema, e que culminou em 2011 no lançamento da Campanha Nacional Contra os Agrotóxicos e pela Vida (TYGEL et al. 2014).

A Campanha Nacional Contra os Agrotóxicos e pela Vida visa combater além dos agrotóxicos a ação das empresas produtoras e comercializadoras, uma vez que apresentam contradições geradas pelo modelo de produção do agronegócio. Deste modo, os objetivos da Campanha Nacional Contra os Agrotóxicos e pela Vida visam (CPAPV, 2016).

- Construir um processo de conscientização na sociedade sobre a ameaça que representam os agrotóxicos, denunciando os seus efeitos degradantes à saúde (tanto dos trabalhadores rurais como dos consumidores nas cidades) e ao meio ambiente (contaminação dos solos e das águas);
- Fazer da campanha um espaço de construção de unidade entre ambientalistas, camponeses, trabalhadores urbanos, estudantes, consumidores e todos aqueles que prezam pela produção de um alimento saudável que respeite ao meio ambiente;
- Denunciar e responsabilizar as empresas que produzem e comercializam agrotóxicos. Criar formas de restringir o uso de venenos e de impedir sua expansão, propondo projetos de lei, portarias e outras iniciativas legais;
- Pautar na sociedade a necessidade de mudança do atual modelo agrícola que produz comida envenenada para um modelo baseado na agricultura camponesa e agroecológica.

No estado da Bahia, em particular, o Fórum Baiano de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos (FBCA) foi criado no dia 31 de julho de 2012 no auditório do Ministério Público do Trabalho, em Salvador, Bahia. O grupo é formado por representantes de instituições públicas, entidades não governamentais, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do Estado e sociedade civil. O objetivo principal do Fórum Baiano de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos consiste (CEAS, 2012).

Proporcionar o debate de questões relacionadas aos agrotóxicos e produtos afins e transgênicos, de modo a promover ações integradas de proteção à saúde do trabalhador, do consumidor, da população e do ambiente perante os males causados pelo uso dos agrotóxicos.

De acordo com a Lei 7802 de 11 de julho de 1989, em seu artigo 2º os agrotóxicos podem ser definidos como:

- a) Produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos;
- b) substâncias e produtos, empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento.

O Sistema Nacional de Informações Tóxico Farmacológicas (Ministério da Saúde/FIOCRUZ) notificou entre 1999 a 2009 cerca de 62 mil intoxicações por agrotóxicos de uso agrícola. Isso significa que em média houve 5600 intoxicações anuais no Brasil, sendo 15,5 a média diária (BOMBARDI, 2016).

Dados do Programa de Avaliação de Resíduos de Agrotóxicos, realizado em 2012, mostraram que um terço dos alimentos analisados apresentava presença de agrotóxico acima do limite permitido, e em outras situações, o agrotóxico não tinha registro para ser utilizado na cultura. Ressalta-se que foram analisados 20 diferentes tipos de alimentos (PIGNATI, 2016).

Portanto, como a zona de amortecimento do Parque Nacional do Pau Brasil é composta basicamente por silvicultura e agricultura, a utilização de agrotóxicos é considerada um dos problemas prioritários neste Projeto Político-Pedagógico de Educação Ambiental. Isso por ser de conhecimento que o uso dos agrotóxicos acarreta na contaminação dos recursos naturais, podendo influenciar na manutenção dos ecossistemas locais, na vida de espécies vegetais e animais que a unidade de conservação tem a função de conservar e proteger, e é claro, na vida das comunidades ali inseridas e de todas as pessoas que consomem os alimentos produzidos com o uso de agrotóxicos.

Como impactos sociais, o uso de agrotóxicos gera a dependência mercadológica da indústria química, isso é facilmente observado nos supermercados da cidade de Porto Seguro, que recebem prioritariamente alimentos cultivados no sistema convencional provindos do CEASA, de Vitória/ES, deixando de apostar no mercado local, e interferindo na soberania alimentar das pessoas, que não possuem outra opção. Além disso, os agrotóxicos também interferem na saúde e segurança alimentar, tanto dos produtores expostos durante a aplicação dos produtos, quanto dos consumidores, que ao adquirir pequenas quantidades diárias, podem, a longo prazo, desenvolver algum tipo de doença.

O uso dos agrotóxicos também está associado à problemática da relação do Parque com o entorno. Esta região possui vastas produções de café, coco, mamão, pimenta do reino e outras monoculturas, onde o uso de agrotóxicos predomina.

Os agrotóxicos prometem uma produção intensiva e mais rentável, mas isso, quando se fala em monocultura. Há inclusive, situações em que o produtor está tentando obter crédito para começar um ciclo de produção e deixa claro aos credores que utilizará algum tipo de agrotóxico para garantir a produtividade, sendo assim o crédito liberado mais facilmente.

Existem alternativas agroecológicas que vem sendo adotadas na região, em especial no Assentamento da Fazenda Santa Maria, a partir dos produtores associados da APRUNVE, que inseridos no Projeto Assentamentos Agroecológicos - NACEPTECA/ESALQ/USP, vem trabalhando para a transição agroecológica. Salienta-se que alguns produtores da APRUNVE receberam recentemente o certificado do Selo Orgânico pela Rede de Agroecologia Povos da Mata da Bahia.

PROBLEMA PRIORITÁRIO: AUSÊNCIA DE PERTENCIMENTO

PROBLEMAS ASSOCIADOS

- Uso excessivo de álcool e drogas
- Violência, criminalidade (principalmente roubo)
- Falta de afinidade das comunidades para com o Parque
- Ausência de políticas afirmativas
- População que cresce muito rápido
- Falta de consciência ambiental da população em geral
- Comunidades desorganizadas
- Falta de informações ambientais. Não existe acesso fácil às informações e nem mesmo capacitação sobre estes assuntos. Falta de cursos sobre meio ambiente, educação ambiental, agricultura familiar, agroecologia, etc.
- Muitas pessoas desconhecem o Parque
- Especulação imobiliária
- Injustiça com os posseiros antigos das terras do Parque, que foram expulsos, sem cuidados e reparação, antes da criação da unidade de conservação, pela empresa Brasil Holanda Indústria S/A (Bralanda) na década de 70. O caso está na justiça com vários processos abertos e até hoje os posseiros não tiveram retorno sobre seus direitos.
- Sapirara é desconsiderada, é como se não existisse. Não consta nos documentos oficiais da prefeitura, nem mesmo nos mapas, etc.
- Povo desmobilizado e desacreditado
- Precariedade ou ausência de serviços públicos e infraestrutura geral nas comunidades do entorno, como: asfalto, água, equipamentos públicos, energia elétrica, etc

Quadro 10: Problema prioritário ausência de pertencimento e seus problemas associados.

A ausência do sentimento de pertencimento ao local onde se vive pode levar moradores/as das comunidades do entorno do Parque Nacional do Pau Brasil ao uso abusivo de álcool e drogas. Índices importantes de analfabetismo, a falta de oportunidades de trabalho e lazer, em especial para juventude, pode induzir o aumento de violência (principalmente roubo), fragilizando a ideia de pertencimento ao lugar.

O uso indiscriminado de agrotóxico acirra conflitos existentes entre as comunidades e o Parque. O acirramento desses conflitos pode vir a reforçar ou a estimular a perda do sentimento de pertencimento dos moradores.

O relativo abandono, por parte do Estado, e invisibilidade de comunidades do entorno do Parque, tem uma de suas expressões na ausência de políticas afirmativas. O que pode atuar com agente de diminuição do sentimento de pertencimento e autoestima dos moradores, os quais reclamam da falta infraestrutura geral nas comunidades do entorno, como asfalto, água, equipamentos públicos, energia elétrica, etc.

O rápido crescimento populacional nas comunidades, que já vem enfrentando situações conflituosas em relação a sua permanência, dentre outros fatores, pela ausência de oportunidade de trabalho e lazer e baixo sentimento de pertencimento,

estimula o abandono da terra (êxodo rural), contribuindo para o crescimento e precarização da qualidade de vida nas periferias dos centros urbanos da região. Os conflitos vividos pelos moradores das comunidades do entorno do Parque, tem, em boa parte, sua origem no tipo de relação exploratória e predatória que as sociedades ocidentais construíram com a natureza, enxergando-a como fonte infinita de recursos.

Na região do Parque há uma grande diversidade de grupos sociais que tem, portanto, interesses distintos que estão em disputa. A especulação imobiliária é um deles e, em função da qual, muitos moradores, que já tem o sentimento de pertencimento fragilizado em função de muitos anos de conflitos vividos, são pressionados a deixar suas terras, abalando ainda mais sua autoestima.

A falta de consciência ambiental da população em geral, que é fomentada pelos meios de comunicação de massas em prol da lógica do mercado capitalista, estimula, muitas vezes, a adoção, por parte das comunidades, de práticas de manejo da terra incongruentes com a existência do Parque, o que gera conflitos importantes, podendo diminuir ainda mais o sentimento de pertencimento dos moradores. Em especial quando possuem uma organização interna/comunitária frágil para defender seus direitos e repensar, em alguns casos, os sistemas de manejos adotados.

PROBLEMA PRIORITÁRIO: RELAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO PAU BRASIL E SEU ENTORNO

PROBLEMAS ASSOCIADOS

- Povo desmobilizado e desacreditado
- Carência de informações ambientais. Não existe acesso fácil às informações e nem mesmo capacitação sobre estes assuntos. Falta de cursos sobre meio ambiente, educação ambiental, agricultura familiar, agroecologia, etc.
- Deficiências ou ausência de políticas públicas em geral: saúde, educação, saneamento básico, transporte, moradia, etc.
- Falta de afinidade das comunidades para com o Parque
- Normalmente uma unidade de conservação de proteção integral não tem como um dos seus principais objetivos a interação com as comunidades do entorno. Isso dificulta as relações e a unidade acaba não cumprindo a função social como poderia.
- Muitas pessoas ainda não sabem da existência da unidade de conservação
- Sapirara é desconsiderada, é como se não existisse. Não consta nos documentos oficiais da prefeitura, nem mesmo nos mapas, etc.
- Analfabetismo
- Empresários que adquiriram muitas áreas/terras em todo o território destruindo não só a natureza, como muitos aspectos histórico-culturais e tiveram os órgãos ambientais se curvando para eles
- Precariedade ou ausência de serviços públicos e infraestrutura geral nas comunidades do entorno: asfalto, água, equipamentos públicos, energia elétrica, etc
- Não existem oportunidades de trabalho para as comunidades do entorno
- Não existe opção de trabalho e lazer para as juventudes
- Ausência de sensibilização socioambiental comunitária

Quadro 11: Problema prioritário relação do Parque Nacional do Pau Brasil e seu entorno e seus problemas associados.

Salienta-se que “a presença de uma unidade de conservação (UC) no território representa um polo catalisador de novas oportunidades para mudar o rumo dos problemas socioambientais que agredem a natureza e a sociedade” (BRASIL, 2015, p. 11).

O Parque Nacional do Pau Brasil, pode ser visto como um importante equipamento social e potencial instrumento de política pública comprometida com a conservação ambiental e melhoria das condições existenciais da população, desde que se envolva com as comunidades de seu entorno.

Tal envolvimento vai do convite a representantes destas comunidades para participarem do seu conselho gestor o que já vem ocorrendo há anos, mas, também passa pela geração de trabalho e renda relacionados à conservação da biodiversidade, acessíveis a população do entorno, passando por programas de visitação pública e de educação ambiental, bem como, de incentivo à inclusão do elemento arbóreo e da

biodiversidade em geral nas propriedades rurais da região.

Fato relevante é que muitas comunidades que estão localizadas no entorno do Parque e vivem conflitos socioambientais, desconhecem a existência do mesmo, muitos ainda não ouviram falar do Parque. Portanto, em certa medida não compreendem a origem de parte dos conflitos vividos que minam sua autoestima e sentimento/prazer de pertencer ao local.

É importante ressaltar a liderança que pode ser exercida pelo dirigente e técnicos da Unidade de Conservação, no incentivo à formulação e implantação de políticas públicas municipais, institucionais e regional, alinhadas com a educação ambiental e o enfrentamento dos problemas prioritários definidos participativamente com estas populações.

PROBLEMA PRIORITÁRIO: CRIMES AMBIENTAIS

PROBLEMAS ASSOCIADOS
<ul style="list-style-type: none">• Desmatamento e queimadas na região• Caça• Vários acessos ao Parque, por meio de propriedades particulares, utilizados para retiradas de madeira, caça e outros crimes ambientais• Roubo de Madeira. Existência de madeiras nobres ou raras na UC levam à extração ilegal pelo seu valor comercial• Fontes legalizadas de madeira, principalmente para o uso do pequeno proprietário e produtor rural são de acesso restrito, fomentando a extração ilegal de madeira• Pouca ação de fiscalização ambiental

Quadro 12: Problema prioritário crimes ambientais e seus problemas associados..

É importante registrar que o meio ambiente é um bem comum e um direito humano assegurado pela Constituição Federal de 1988 que expressa em seu artigo 225 que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”

A Constituição é explícita ao definir que todos nós temos responsabilidade em proteger este meio ambiente e para tanto define vários mecanismos, entre eles destaca-se a “educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. Segundo o jurista Paulo Bessa Antunes, a forma mais eficiente e economicamente viável para evitar os danos ao meio ambiente é a implementação de amplos processos de educação ambiental (ANTUNES, 1999).

Para tanto, foi instituída em 1999 a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei Federal nº 9795/99) com os seguintes objetivos:

- I – o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- II – a garantia de democratização das informações ambientais;
- III – o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- IV – o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- V – o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade sustentabilidade;
- VI – o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;
- VII – o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade

Estes destaques dados para a educação ambiental foram com objetivo de ressaltar que embora exista uma Política Nacional de Educação Ambiental a mesma necessita ser implementada pelos estados, municípios, regiões e diversidade de atores, o que preveniria os danos ambientais.

E não havendo a prevenção é preciso aplicar a Lei n.º 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, conhecida como a Lei de Crimes Ambientais que determina as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades que lesam o meio ambiente. A lei de Crimes Ambientais define que um crime ambiental envolve todo e qualquer prejuízo causado aos elementos que compõem o ambiente (fauna, flora, recursos hídricos, patrimônio cultural, etc.).

Portanto, o problema “crimes ambientais” colocado neste PPPEA como prioritário, diz respeito aos casos dentro do Parque Nacional ou fora dele, em áreas rurais ou urbanas. Destacam-se alguns tipos de crimes ambientais: desmatamentos, queimadas, caça, extração de madeira, pesca em quantidade superior à permitida ou espécies proibidas, provocar poluição hídrica e atmosférica que causem danos diretos a saúde da população, etc.

Embora a punição de crimes ambientais seja uma das opções para a proteção das unidades de conservação, garantida por lei federal, ela não é muito eficiente no sentido de reduzir as pressões antrópicas que levam aos crimes, sendo mais importante investir na prevenção dos mesmos.

O eixo situacional do PPPEA do Parque Nacional do Pau Brasil e seu território demonstra neste tópico que existem, também, muitas coisas boas na realidade analisada que precisam ser registradas e valorizadas, pois são potencialidades para a transformação dos problemas encontrados.

De forma resumida as coisas boas começam com a própria abertura do Parque para a visitação pública, apontada como positiva, pensando-se na importância da proteção dos recursos naturais, das condições ambientais favoráveis e em sua beleza, tendo o mesmo um papel crucial na conservação e proteção ambiental. O Centro de Visitantes, a instalação da Câmara Temática de Educação Ambiental do Conselho Consultivo e a elaboração deste Projeto Político Pedagógico, demonstram que o Parque vem se estruturando positivamente. Outro ponto importante é o potencial do Parque para fomentar e fortalecer o desenvolvimento regional e local, em especial das comunidades rurais ao seu entorno, podendo ser pelo turismo, educação ambiental e pela articulação com os atores que estão presentes no território. Nesse sentido, a presença de universidades públicas que vêm dando suporte para muitas ações, estando engajadas no processo de fortalecimento comunitário, também foi avaliada muito positivamente, pois demonstra uma valorização da região.

A questão do turismo destacou-se, principalmente no sentido do rico patrimônio cultural e histórico com a presença de populações tradicionais e comunidades rurais históricas, que devem ser enaltecidas nas ações direta e indiretamente relacionadas à UC. Associado ao processo de visitação há muita expectativa de geração de empregos e de renda, com a criação de novas oportunidades.

A agricultura, em especial a familiar, a presença e o crescimento da agroecologia, com a realização do Projeto Assentamentos Agroecológicos na região e o valor inestimável do homem e da mulher do campo e das comunidades agrícolas históricas da região, que já contam com uma produção variada, também são considerados elementos fundamentais.

Finalmente, é preciso lembrar que o Parque está inserido no contexto do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia e no Corredor Central da Mata Atlântica, que podem atrair recursos nacionais e internacionais. Inclusive, há uma diversidade de organizações e instituições da área ambiental atuantes na região, com alto potencial de investimento em projetos e que podem gerar não só mais atividades econômicas, como também o envolvimento e fortalecimento comunitário nas ações socioambientais.

A seguir a lista de apontamentos das coisas boas existentes na região, por meio de categorias criadas na sistematização deste PPPEA:

RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

- Diversidade de organizações/instituições da área socioambiental (internacional, nacional e regional) atuantes na região com alto potencial de investimento em projetos
- Envolvimento comunitário nas ações socioambientais
- Instituições públicas de Educação Superior na região que vêm dando suporte para muitas ações
- Instituições engajadas no processo de fortalecimento comunitário
- Apoio do Parque, ESALQ e Veracel na região em geral
- Participação social, de instituições e comunidades do entorno, no Conselho Consultivo do Parque Nacional do Pau Brasil
- Oportunidades de fortalecer e desenvolver políticas públicas sustentáveis a partir das relações estabelecidas entre as instituições
- Alto potencial científico pelas relações estabelecidas entre as instituições diversas
- Formação e debate sobre a importância das comunidades para a conservação do Parque e da reforma agrária para públicos que não estão apropriados sobre estes assuntos
- Cooperativa de reciclagem Porto-Limpo

ASPECTOS NATURAIS

- A importância e beleza do espaço territorial com seus recursos naturais
- Atributos naturais de grande relevância
- Alta biodiversidade
- Árvore Pau Brasil
- Ar puro
- Pôr do sol
- Praia
- Boa topografia
- Clima favorável o ano todo
- Mata Atlântica
- O próprio Parque Nacional do Pau Brasil

AÇÕES DO PARQUE NACIONAL DO PAU BRASIL / ICMBIO

- Abertura do Parque para a visitação pública
- Estruturação do Centro de Visitantes
- Instalação da Câmara Temática de Educação Ambiental do Conselho Consultivo do Parque
- A construção do Projeto Político Pedagógico do Parque
- Exploração do potencial turístico do Parque

- Potencialidade de desenvolvimento local a partir do turismo do Parque e da elaboração do PPPEA
- Abrangência espacial de sua área de entorno, possibilitando maior alcance a diversas comunidades locais
- Potencial para geração de emprego a partir do Parque

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA / PROTEÇÃO AMBIENTAL

- Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia
- Preservação da Mata Atlântica com o Plano Municipal de Mata Atlântica
- Corredor Ecológico da Mata Atlântica
- Todas as áreas protegidas, em especial as Unidades de Conservação da região (municipais, estaduais, federais e as particulares – RPPN)
- A presença de duas Áreas de Alto Valor de Conservação que junto com o Parque ajudam a proteger mais de 20 mil há de áreas naturais.
- Preservação das espécies nativas
- Controle da caça
- Limites ao avanço da atividade madeireira
- Os estudos e diagnósticos ambientais que foram feitos para a conservação da natureza

AGRICULTURA E AGROECOLOGIA

- Agricultura familiar presente no território
- Pequenos agricultores com disposição para fazer agroecologia
- Agroecologia que vem sendo trabalhada e divulgada na região
- Cursos de agroecologia que aconteceram no território
- Sementes de qualidade
- Presença de comunidades agrícolas históricas
- Difusão de tecnologia agrícola sem impacto ambiental
- O valor inestimável do homem e mulher do campo

TURISMO

- Região toda como um destino turístico muito conhecido e procurado
- Comunidades locais bastante receptivas
- Ecoturismo
- Trilhas ecológicas
- Safari fotográfico
- Oportunidade especial de incluir a área rural no cenário turístico

HISTÓRIA/CULTURA

- Rico patrimônio cultural e histórico devido à presença de populações tradicionais e comunidades rurais no território;
- Povo Pataxó
- Multiculturalidade
- Valorização do tradicional rural

UNIVERSIDADE PARA TODOS

- Instituto Federal da Bahia - IFBA
- Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB
- Valorização do território a partir da presença das universidades públicas no território
- Oportunidades para o povo com a instalação da UFSB e IFBA

ASPECTOS ECONÔMICOS

- Porto Seguro é uma grande produtora de café
- Instalação da fábrica de cacau
- Capacidade de desenvolver a região economicamente de forma sustentável

INFRAESTRUTURA

- Malha viária e acessibilidade
- Escada “colorida” da Santa em Arraial D’Ajuda, que é um trabalho da sociedade civil

OUTROS

- População com elevado número de jovens
- Paz

DEMANDAS DO TERRITÓRIO

Por fim, o eixo situacional traz de forma sintética as demandas colocadas no território para a formação, articulação e estruturação de ações, projetos e políticas públicas que atendam às necessidades, expectativas e minimizem ou na melhor das hipóteses resolvam os problemas encontrados.

As demandas foram categorizadas nos seguintes itens: educação ambiental; meio ambiente; agroecologia e agricultura; turismo sustentável; políticas públicas; outros temas para cursos e demandas diversas.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- Educação Ambiental
- Sensibilização ambiental
- Sociedades sustentáveis e sustentabilidade
- Motivação das comunidades a participar de processos educadores
- Motivação do conhecimento e o relacionamento com o Parque
- Resgatar a confiança e a credibilidade da comunidade perante aos projetos a serem implantados
- Trabalhar a união da comunidade
- Ambientalismo
- Formação de formadores na área socioambiental
- Educomunicação / comunicação ambiental
- Organização comunitária
- Mobilização social
- Consumo e produção sustentável
- Elaboração de projetos e captação de recursos financeiros
- Cidadania
- Diálogo dos saberes (ênfase em agroecologia)
- Sentimento de pertencimento
- Informações sobre as unidades de conservação da região
- Popularização da legislação ambiental
- Repensar o modo de vida, de ser e estar no Planeta
- Valorização da cultura local (indígena/pescador)

MEIO AMBIENTE

- Resíduos Sólidos (coleta e destinação final; aterro sanitário, reciclagem, 5 Rs)
- Recuperação/restauração de áreas degradadas e nascentes
- Gestão de recursos hídricos
- Florestas/Mata Atlântica
- SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
- Áreas Protegidas
- Biodiversidade
- Monitoramento de fauna
- Animais peçonhentos
- Preservação ambiental, em especial da fauna e flora
- Sustentabilidade ambiental na região
- Legislação Ambiental

AGROECOLOGIA E AGRICULTURA

- Agricultura ecológica, produção orgânica e agroecologia
- Agrofloresta
- Graduação em agronomia
- Técnico agrícola
- Industrialização dos produtos agroecológicos/orgânicos
- Horticultura, horta comunitária
- Relações entre agroecologia e biodiversidade
- Floricultura
- Reforma Agrária e agricultura familiar
- Alfabetização Agroecológica Ambientalista
- Práticas agroecológicas
- Sociobiodiversidade
- Economia solidária/envolver a cadeia produtiva sustentável local

TURISMO SUSTENTÁVEL

- Turismo sustentável/alternativo/de base comunitária/ecoturismo
- Hotelaria e sustentabilidade

POLÍTICAS PÚBLICAS

- O que são políticas públicas?
- Como articular, fortalecer e incidir em políticas públicas?
- Políticas públicas socioambientais
- Políticas que fortaleçam o índice de desenvolvimento humano
- Políticas públicas e planejamento urbano
- Garantir a acessibilidade por meio de políticas públicas
- Monitoramento de políticas públicas e controle social

OUTROS TEMAS PARA CURSOS

- Primeiros socorros
- Culinária
- Línguas
- Informática: equipamentos, computadores
- Artesanato
- Costura
- Combate ao tráfico de crianças e mulheres

DEMANDAS DIVERSAS

- Escola aberta para se relacionar com o Parque
- Incidir em Políticas Públicas
- Ter a responsabilidade da Prefeitura quanto a resolução de problemas de sua competência, como o saneamento e etc
- Trazer apoio de investidores internacionais
- A formação de professores necessita de profissionais de fora da secretaria de educação da prefeitura. Estes profissionais já estão desanimados, desmotivados
- Integrar políticas e ações
- Criar o observatório social
- Que os brigadistas fiquem num contrato de 2 anos (e não 6 meses) para gerar melhores resultados.



EIXO CONCEITUAL

*“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática.”
(Paulo Freire)*

O eixo conceitual deste Projeto Político-Pedagógico de Educação Ambiental apresenta os fundamentos, as concepções, as políticas públicas e os referenciais teóricos que devem inspirar e provocar as práticas educativas e agroecológicas apresentadas no eixo operacional deste próprio documento. Aqui vamos falar dos nossos sonhos, sobre a sociedade que desejamos construir, as opções político-pedagógicas dos processos de ensino-aprendizagem, os sujeitos que necessitamos formar para construir um território biodiverso, agroecológico, feliz e sustentável.

De acordo com Gerner e Gandin (2002, p. 18), o eixo conceitual de um projeto político-pedagógico (PPP) “revela para onde queremos ir. É o posicionamento sobre o tipo de sociedade e de ser humano pelos quais as pessoas e as instituições se propõem a lutar. É a nossa proposta de sociedade, aquela que nós queremos ajudar a transformar ou aquela que nós queremos construir.”

Deste modo, é reforçado que um eixo conceitual deve ser refletido no eixo operacional e dialogado com o eixo situacional. Portanto, um eixo conceitual não é simplesmente teoria, ele deve ser também uma prática. Tudo deve estar interligado dando sentido e realidade às nossas reflexões, ações, expectativas e objetivos neste Projeto Político-Pedagógico de Educação Ambiental.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Este tópico apresenta alguns aspectos considerados fundamentais para que tenhamos a compreensão do que é um Projeto Político-Pedagógico, dos seus significados, das suas origens e suas relações com a Educação Ambiental (EA).

Projeto Político-Pedagógico tem origem nas escolas, sendo que a partir de 1996 ganhou um caráter legal com a Lei nº 9394-96, conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que permitiu às escolas a elaboração de seus projetos de acordo com suas necessidades e realidade em que estão inseridas, garantindo autonomia às mesmas.

Na educação ambiental o Projeto Político-Pedagógico teve seu destaque a partir de 2004 quando o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), representados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ministério da Educação (MEC), lançou o Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais (ProFEA).

Uma das estratégias metodológicas do ProFEA é a elaboração de projetos político-pedagógicos para estruturar Coletivos Educadores nos diversos territórios como municípios, bacias hidrográficas, comunidades em geral e etc.

A seguir, no quadro 13, destacam-se os marcos que trazem o “Projeto Político-Pedagógico” para as políticas públicas de educação ambiental no Brasil.

ANO	ALGUNS MARCOS QUE TRAZEM PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP) PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL
2004	Lançamento do ProFEA - Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais pelo Órgão Gestor (MMA/MEC) da Política Nacional de Educação Ambiental. O ProFEA indica a estratégia metodológica de elaboração de projetos político-pedagógicos nas instituições diversas, nos coletivos educadores e seus territórios.
2005	Lançamento da publicação do DEA/MMA sobre Projeto Político-Pedagógico aplicado a Centros de Educação Ambiental e Salas Verdes.
2005	MMA lança o Edital do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) para a formação de “Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis”, sendo uma das estratégias dos Coletivos Educadores a elaboração de projetos político-pedagógicos nos territórios.
2007	MMA e ICMBio lançam a ENCEA – Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no âmbito das Unidades de Conservação, apontando a importância da UC como espaço educador com a realização de planejamento e projetos político-pedagógicos.
2012	Lançamento oficial do PEAAF - Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar – PEAAF (MMA), que traz entre suas estratégias metodológicas a elaboração de PPP nos territórios, como unidades de conservação por exemplo.
2011	Início da construção do Projeto Político-Pedagógico do ICMBio. Conclusão em 2016.
2014	Construção do PPP do Ministério do Meio Ambiente e instituições vinculadas.
2016	MMA e ICMBio elaboraram os primeiros Projetos Político-Pedagógicos de Unidades de Conservação Floresta Nacional (Flona) de Tefé / AM Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Itatupã Baquiá /PA
2016	ICMBio apresenta o texto: “O PPPEA em Unidades de Conservação Federais e na Gestão da Biodiversidade”. Este texto do ICMBio é a busca por estimular e fortalecer a realização de processos de construção de Projetos Político-Pedagógicos em suas Unidades de Conservação e Centros de Pesquisa.

Quadro 13: Marcos que trazem o PPP para as políticas públicas de EA. Fonte: pesquisa realizada por Raymundo, 2017

Este quadro revela que a adoção da construção de Projeto Político-Pedagógico como estratégia de educação ambiental vem ganhando força na Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei Federal 9795/99 em 27 de abril de 1999.

É necessário ressaltar algumas características essenciais de um projeto político-pedagógico que dialogam intimamente com as características da educação ambiental a fim de tornar mais compreensível a importância desta estratégia metodológica que contribui para fortalecer as políticas públicas.

Dessa forma, com a intenção de demonstrar algumas características que unem um PPP e a Educação Ambiental, aponta-se que segundo Veiga (2010) e com base na LDB “os sustentáculos de um projeto político-pedagógico são os seguintes”:

- a) Liberdade que é um princípio constitucional.
- b) Solidariedade, também um princípio constitucional.
- c) Pluralismo de ideias entendido como o respeito ao outro, às diferentes opiniões, à diversidade do pensar e agir.
- d) Igualdade de condições para acesso e permanência à educação.
- e) Qualidade, que não pode ser privilégio de minorias econômicas e sociais.
- f) Transparência do projeto político-pedagógico com envolvimento dos diferentes segmentos nas discussões e na socialização das informações, o que gera o sentimento de pertença, de confiança e de clareza das intencionalidades.
- g) Participação, que implica criação e ampliação de canais e espaços públicos para o diálogo, a discussão e o debate a serviço de um projeto político-pedagógico de qualidade assentado no pilar da educação emancipatória. (VEIGA, 2010, p.4).

Enquanto isso, o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) traz os seguintes princípios básicos da educação ambiental:

- Concepção de ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência sistêmica entre o meio natural e o construído, o socioeconômico e o cultural, o físico e o espiritual, sob o enfoque da sustentabilidade.
- Abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais, transfronteiriças e globais.
- Respeito à liberdade e à equidade de gênero.
- Reconhecimento da diversidade cultural, étnica, racial, genética, de espécies e de ecossistemas.
- Enfoque humanista, histórico, crítico, político, democrático, participativo, inclusivo, dialógico, cooperativo e emancipatório.
- Compromisso com a cidadania ambiental.
- Vinculação entre as diferentes dimensões do conhecimento; entre os valores éticos e estéticos; entre a educação, o trabalho, a cultura e as práticas sociais.
- Democratização na produção e divulgação do conhecimento e fomento à interatividade na informação.
- Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas.
- Garantia de continuidade e permanência do processo educativo.
- Permanente avaliação crítica e construtiva do processo educativo.
- Coerência entre o pensar, o falar, o sentir e o fazer.
- Transparência (BRASIL, 2014).

Os princípios da EA e os sustentáculos de um PPP demonstram nitidamente a relação e as afinidades que existem entre um e o outro, o que permite várias conexões entre eles, como por exemplo, o fato de que um PPP deve ser algo dinâmico e vivo que se estabelece num processo continuado e permanente assim como requer a educação ambiental.

“Um projeto político-pedagógico consiste na formulação e enunciação de uma proposta educacional, de suas diretrizes filosóficas, suas bases conceituais e políticas até a sua operacionalização” (BRASIL, 2006).

A educação ambiental construiu suas bases filosóficas e conceituais a partir da década de 1970, num crescente fortalecimento que em 1992 uniu mais de 150 países na elaboração e pacto pelo “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”. Esse Tratado foi pactuado no Fórum Global durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável realizado no Rio de Janeiro em 1992, evento popularmente chamado de Rio-92.

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global considera que a

educação ambiental é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva em nível local, nacional e planetário (Tratado de EA, 1992).

Pensando, especialmente, a partir das unidades de conservação, é importante visitarmos o Sistema Nacional de Unidades de Conservação que tem como parte de suas responsabilidades a execução da educação ambiental.

Artigo 4º apresenta entre seus treze objetivos, o de “favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico”.

Artigo 5º traz as diretrizes e entre elas, buscar apoio para o desenvolvimento de ações, como práticas de educação ambiental e outras atividades de gestão das unidades de conservação (SNUC, 2000).

Em 2007 foi lançada a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental (ENCEA), no âmbito das Unidades de Conservação, pelo Ministério do Meio Ambiente em conjunto com o ICMBio, apontando diretrizes, princípios, objetivos, propostas de ação necessárias ao desenvolvimento de políticas públicas e programas de EA e Comunicação. A ENCEA tem o objetivo geral de fortalecer e estimular a implementação de ações de Comunicação e EA em UC, Corredores Ecológicos, Mosaicos, Reservas da Biosfera, em seu entorno e nas zonas de amortecimento, promovendo a participação e o controle social nos processos de criação, implantação e gestão destes territórios, além do diálogo entre os diferentes sujeitos e instituições.

Em 2014 o MMA construiu o seu Projeto Político-Pedagógico e no marco operacional do documento trouxe como um dos seus eixos estruturantes os “Espaços Educadores” no qual se inserem as Unidades de Conservação. Neste eixo estruturante do PPP do MMA estão indicados que os objetivos dos Espaços Educadores são os seguintes:

Dar o exemplo de comprometimento, com a adesão às alternativas sustentáveis, minimização de impactos ambientais, otimização dos recursos naturais; harmonizando os espaços e o convívio da sociedade; Incorporar e expressar a intencionalidade educacional dentro dos princípios da educação ambiental de características democrática, crítica, emancipatória e transformadora; Promover a interação dialogada e construtiva do espaço e/ou estrutura junto aos públicos que se envolvem no mesmo; Estimular a reflexão crítica sobre seu contexto local e global inserido nas dimensões históricas, políticas, ecológicas, econômicas e educativas; Construir, junto aos seus públicos, projeto político-pedagógico de caráter participativo, democrático, reflexivo e educador no contexto do território em que está inserido (PPP do MMA, 2014).

Assim, a utilização da estratégia de construir PPP para desenvolver educação ambiental enquanto uma política pública vem se consolidando no decorrer do tempo

por meio de vários instrumentos normativos e pedagógicos pautados pelos princípios e valores da EA. Os princípios que fundamentam a EA, sejam pela PNEA, ProNEA ou pelo Tratado de EA orientam para a necessidade de potencializar as ações dos diversos grupos sociais, para criar estratégias de participação, envolvimento, mobilização social, comunicação, formação e sensibilização tanto afetiva como cognitiva a partir de uma compreensão da complexidade ambiental.

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (1992) traz entre seus princípios que “a EA deve estimular e potencializar o poder das diversas populações, promovendo oportunidades para as mudanças democráticas de base, isto significa que as comunidades devem retomar a condução de seus próprios destinos”.

Estes fundamentos e conceitos da EA, além das bases de um PPP foram adotados aqui no Projeto Político-Pedagógico de Educação Ambiental do Parque Nacional do Pau Brasil e seu território, sabendo que um PPP “nunca é um produto acabado e definitivo ou uma cartilha normatizadora, e sim um processo de gestão contínua orientada pelos princípios e objetivos educacionais de um grupo. Um PPP, em linhas gerais, é constituído de três eixos, o situacional, o conceitual e o operacional” (BRASIL, 2006).

Eixo Conceitual contém a idealização, o sonho de futuro, a concepção de sociedade e de ser humano partilhada pelo grupo. Nesta idealização estão definidos princípios, valores, ética que o grupo reconhece como bases para este futuro. Deve ser construído com a máxima profundidade possível. As proposições para o Eixo Conceitual devem ser refletidas, significadas, apropriadas profundamente pelos participantes. A construção do Eixo Conceitual pede uma reflexão crítica sobre a sociedade em que vivemos, sobre como queremos que a sociedade seja, que qualidades humanas queremos promover.

Eixo Situacional refere-se às características presentes do contexto, um diagnóstico da realidade local. Um diagnóstico que deve ser pensado como ponto de partida para a realização de planos de trabalho não apenas no sentido “curativo”, mas também “preventivo”.

Eixo Operacional deve ser o planejamento objetivo das estratégias e ações a serem desenvolvidas, decorre de uma análise que contempla Eixo Situacional e Conceitual ao mesmo tempo.

(BRASIL, 2006)

Quadro 14: Eixos de um Projeto Político-Pedagógico

O Projeto Político-Pedagógico de Educação Ambiental do Parque Nacional do Pau Brasil e seu território ressalta que a política é parte do pedagógico e isso significa a responsabilidade e o compromisso com o coletivo, devendo ser o PPPEA contínuo e internalizado por todos envolvidos.

Um projeto político-pedagógico requer mudanças de posturas individuais e coletivas, “por um lado, um PPP é um meio que permite potencializar o trabalho colaborativo e o compromisso com objetivos comuns; por outro, sua concretização exige rupturas com a atual organização do trabalho e o funcionamento das instituições” (VEIGA, 2003, p. 279).

Em reflexões e construção dos eixos conceitual, situacional e operacional afirmou-se que os eixos partem da realidade local articulada com os contextos regionais, nacional e global num processo de ensino-aprendizagem que deve ser levado para dentro de cada instituição da CTEA, do Conselho Consultivo e comunidade do território em que se insere o Parque Nacional do Pau Brasil. Dessa forma, o significado “político” do PPP estaria de fato sendo assumido por todos e dentro de uma visão abrangente de meio ambiente que compreende os aspectos sociais, políticos, econômicos, históricos, psicológicos, filosóficos, culturais e naturais.

Na concepção dos envolvidos na construção deste PPPEA as finalidades dele são organizar, nortear e potencializar as ações no território, envolver as comunidades nos processos educacionais e de gestão socioambiental, definir um planejamento a partir da realidade, da história e das comunidades. Acredita-se, também, que este PPPEA servirá para fortalecer e dar visibilidade ao Parque e seu território, bem como, poderá ser uma bússola para a transformação da realidade sem perder o rumo desejado. Por isso, é importante a constante avaliação, para corrigir a rota, quando necessário e estar atento às mudanças.

POLÍTICAS PÚBLICAS: AGRICULTURA FAMILIAR, AGROECOLOGIA, BIODIVERSIDADE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Neste tópico vamos abordar brevemente alguns aspectos das políticas públicas, em especial, de agroecologia, agricultura familiar e biodiversidade que são, juntamente com a educação ambiental, as principais temáticas dialogadas, pensadas e vivenciadas neste PPPEA.

Vamos começar o assunto a partir das políticas públicas de forma geral, que embora tenham várias definições, podemos dizer aqui que se tratam basicamente de um conjunto de ações e programas desenvolvidos pelo Estado, sob a responsabilidade

principal do poder público, mas, devendo ter a participação e apoio da sociedade civil, a fim de garantir o atendimento às necessidades, aos direitos e as expectativas da população.

As políticas públicas podem ser garantidas por instrumentos normativos, como as leis, mas, necessitam de outros elementos que as viabilizem e as coloquem em prática como os recursos financeiros, as equipes de profissionais especializados, infraestrutura, conteúdo programático e metodologias específicas, articulações político-institucionais, entre outros.

Deste modo, nem sempre ter uma lei que institui uma política, significa que a política está funcionando, muitas vezes a lei não passa de uma formalidade colocada no papel que nunca saiu da gaveta. Portanto, é preciso que a sociedade esteja atenta e acompanhe desde a formulação até a execução das políticas públicas, é preciso que exista o controle social com a participação da população no monitoramento e avaliação das ações governamentais. É fundamental que o poder público dê transparência às suas ações criando estratégias diversas de comunicação, acesso facilitado às informações, bem como, espaços de diálogos e tomada de decisão com a diversidade de grupos sociais e comunidades.

Feita essa introdução sobre políticas públicas apresentam-se agora algumas políticas públicas federais e estaduais que estão em processo recente de estruturação, com alto grau de demanda da sociedade e muitos desafios para que sejam de fato executadas.

Em 2006, foi instituída a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais por meio da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 que define em seu Art. 2º que “a formulação, gestão e execução dessa Política Nacional serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação, com a política agrícola e com as políticas voltadas para a reforma agrária”. A Lei define também que o agricultor familiar é “aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos”:

- I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Conforme informações descritas no eixo situacional deste PPPEA relacionadas ao problema prioritário do agrotóxico, sabe-se que em 2008, o Brasil se destacou como o maior consumidor de agrotóxicos no mundo o que levou a organização e lançamento da Campanha Nacional Contra os Agrotóxicos e pela Vida em 2011 (TYGEL et al. 2014). Enquanto na Bahia foi criado o Fórum Baiano de Combate aos Impactos dos

Agrotóxicos (FBCA) em 2012. No Extremo Sul da Bahia foi lançada, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 2014, a campanha “Extremo Sul pela Vida, Agrotóxicos Zero” com os compromissos centrais de defender a soberania alimentar e fortalecer a agroecologia. Além disso, uma grande conquista do MST, neste mesmo território, é a Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto.

Em 2012 o governo federal num amplo processo participativo lançou a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – (PNAPO), instituída pelo Decreto nº 7.794, em busca de promover e consolidar os processos de transição agroecológica que é definida como um “processo gradual de mudança de práticas e de manejo de agroecossistemas, transformando as bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, que levem a sistemas de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica” (BRASIL, 2012).

O sistema de produção agrícola no Brasil, além de contribuir para os excessos e desequilíbrios na alimentação brasileira, exerce impactos negativos sobre a distribuição de renda, a autonomia dos agricultores, o acesso físico e financeiro da população a alimentos frescos e a proteção dos recursos naturais e da biodiversidade. Para superar os desafios da produção agrícola vem sendo promovido no país uma transição agroecológica (FAO, 2013 p.55 e 83).

A partir dos apontamentos sobre as políticas de agricultura familiar e agroecologia, surgem temas que podem ser novos para muitos de nós, como transição agroecológica, segurança e soberania alimentar, além da agrobiodiversidade, sendo, portanto, necessário nos apropriarmos dos seus conceitos para que tenhamos melhores condições de contribuirmos na execução do eixo operacional deste PPPEA e conseqüentemente na construção de um território sustentável.

A agroecologia vem fazendo um contraponto à agricultura convencional e principalmente, ao agronegócio que tem um modelo de agricultura vinculada fortemente ao agrotóxico, à exclusão social e à produção/exportação de commodities.

O modelo agroecológico une a conservação da biodiversidade à produção de alimento, as práticas agrícolas à qualidade ambiental, as mudanças culturais ao bem-estar social coletivo num processo dialógico que visa a transformação socioambiental.

No que se refere à conservação da biodiversidade, destaca-se a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), que é um acordo internacional da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovado durante a Rio-92, sendo um marco importante para conquistas de políticas públicas de biodiversidade no Brasil.

Segundo a CDB (2000) diversidade biológica “significa a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; além da diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas”.

A CDB reconheceu, tempos depois, a agrobiodiversidade como parte da biodiversidade que se apresenta significativa para a alimentação e agricultura. De

acordo com Lopes et al. (2017), “agrobiodiversidade, além de ser a base da alimentação humana e animal, é importante na produção de remédios e serviços ecossistêmicos, é imensurável aos povos indígenas e não-indígenas com valores nas relações socioculturais”.

Num olhar abrangente e conectado é possível verificar as relações entre a biodiversidade, agrobiodiversidade, agroecologia e a alimentação que é base para os seres humanos e animais sobreviverem. Ressalte-se que existe uma insegurança alimentar, que coloca a vida de milhões de pessoas em risco por não terem acesso ao alimento, ou seja, o problema maior está na forma de produção e no seu acesso. Por isso, foi criada a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) nº 11.346, de 15 de julho de 2006, que define segurança alimentar e nutricional (SAN) como “a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis”.

Para demarcar criticamente o conceito de segurança alimentar colocado pela FAO na década de 90, surgiu a partir dos movimentos sociais e camponeses o conceito de Soberania Alimentar que diz respeito ao direito constitucional da liberdade de um povo que deve ser soberano e sendo assim deve decidir sobre o alimento que vai à sua mesa, envolvendo a produção, a comercialização, o consumo, e suas respectivas políticas e estratégias.

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), assim como a Via Campesina Internacional, compreende que Soberania Alimentar é o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental (STEDILE e CARVALHO, 2011).

Embora o conceito de segurança alimentar e nutricional tenha sido importante para iniciar políticas públicas de combate à fome e desnutrição no mundo, a definição de soberania alimentar trouxe um avanço destacando que “o alimento não é uma mercadoria e sim um direito humano, tornando-se um conceito que rompe com a organização dos mercados agrícolas imposta pelas empresas transnacionais e governos neoliberais no âmbito da OMC e da FAO” (STEDILE e CARVALHO, 2011).

Cabe destacar que os conceitos, tanto de segurança alimentar nutricional como de soberania alimentar vem sendo debatidos no Brasil, principalmente, por meio das Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional. Durante a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional realizada em 2015 foi apresentado um manifesto à sociedade brasileira sobre “comida de verdade no campo e na cidade, por direitos e soberania alimentar” que expressa algumas expectativas e necessidades do povo

brasileiro quanto ao assunto, sendo fundamental para o nosso conhecimento:

Em 2014, o Brasil saiu do Mapa da Fome. Essa importante conquista é resultado de intensos debates e mobilização da sociedade civil na construção de políticas públicas, criação e fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) por meio de programas como: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); acesso à água (Projeto 1 Milhão de Cisternas); e promoção da agricultura agroecológica. Apesar das lutas e conquistas, ainda persistem elevada concentração fundiária, crescimento da monocultura, liberação de transgênicos e incentivo ao uso de agrotóxicos. Enfrentamos uma grave crise hídrica, bem como a expansão do consumo de produtos alimentícios ultra processados nas dinâmicas alimentares da população brasileira.

Para comer uma comida de verdade, conheça a verdade sobre a comida! Conclamamos toda a população brasileira a tomar conhecimento sobre Comida de Verdade e Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)! E a envolver as instituições de ensino, pesquisa e extensão, organizações da sociedade civil, escolas públicas e privadas como parceiros na orientação para uma produção, comercialização e consumo de uma alimentação adequada e saudável, participando e exercendo controle, cobrança e fiscalização social das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. Inspirados por uma ética alimentar, reafirmamos o valor da diversidade alimentar e cultural do país. Que as três esferas de governo garantam políticas públicas de acesso à terra, à água potável, ao saneamento ambiental urbano e rural, às sementes crioulas e assistência técnica de qualidade e à regularização fundiária dos territórios indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, bem como dos assentamentos e territórios de identidade de cidadania; que fortaleçam a agricultura familiar e camponesa e os povos e comunidades tradicionais para a produção, o consumo e a comercialização socialmente justa e sustentável de alimentos livres de agrotóxicos e aditivos químicos e transgênicos. Além disso, é necessário que sejam fortalecidas e ampliadas as ações de promoção e proteção da saúde, especialmente a regulamentação da publicidade de alimentos, a rotulagem e o acesso à informação para as pessoas com deficiência e necessidades alimentares especiais. Chamamos a sociedade civil e o poder público a celebrar os avanços no âmbito da segurança alimentar e nutricional e a revitalizar a comida de verdade do Brasil para conquistar a soberania alimentar e consolidar a segurança alimentar e nutricional. Brasília, 06 de novembro de 2015

Como podemos notar a agroecologia, a agricultura familiar, a biodiversidade, a agrobiodiversidade, a segurança e soberania alimentar estão intimamente relacionadas e todas as políticas públicas que tratam destes temas necessitam de ações e estratégias amplas, continuadas e permanentes para que sejam efetivadas com sucesso gerando resultados que promovam a sustentabilidade socioambiental.

Uma das ações que todas as políticas públicas mencionadas demandam é justamente a articulação de esforços, de conteúdo, de recursos, de equipes, de olhares, entre outras coisas. Neste momento destacamos a Educação Ambiental que tem entre suas inúmeras atribuições, o papel de dialogar, articular e integrar áreas do conhecimento, atores, ações e políticas. A educação ambiental se dá a partir de processos de formação, diagnósticos, mobilização social, articulação, intervenções pedagógicas socioambientais, comunicação, pesquisa, inclusão social, monitoramento e avaliação.

A educação ambiental enquanto uma política pública instalada desde 1999 no

Brasil vem se consolidando e avançando com diversos programas de âmbito nacional como é o caso do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar- PEAAF, instituído em 2012 sob a coordenação do DEA/MMA, tendo entre seus objetivos gerais “fomentar processos educacionais críticos e participativos que promovam a formação, comunicação e mobilização social” (BRASIL, 2012).

O PEAAF é destinado às pessoas envolvidas com a agricultura familiar, como os agricultores e agricultoras, além de agentes que trabalham diretamente com este segmento da população. O Programa visa ao desenvolvimento de ações educativas que busquem a construção coletiva de estratégias para o enfrentamento da problemática socioambiental rural (MMA, 2015, p.7).

A criação do PEAAF surge em decorrência dos graves problemas agrícolas como o uso de agrotóxicos, violência no campo, conflitos de terra, perda da biodiversidade, analfabetismo, limitação no acesso às informações, entre outros problemas que carecem de ações para o fortalecimento da reforma agrária, conservação da biodiversidade, busca pela segurança e soberania alimentar, qualidade da educação e acesso às políticas públicas em especial a saúde da população.

A ENCEA que já vem sendo implementada, pelo INEMA no estado da Bahia, com várias ações em suas unidades de conservação, tem os objetivos de intensificar os processos educadores ambientais a partir da comunicação como forma de democratizar as informações às populações que vivem no entorno das UC de proteção integral ou dentro das unidades de uso sustentável.

Por meio da ENCEA é possível fomentar e articular as políticas públicas federal, estaduais e municipais, assim como, levar para perto do povo as unidades de conservação que têm entre seus objetivos conservar a biodiversidade, mas que de maneira geral é desconhecida e por isso, não valorizada.

De acordo, com Sorrentino et al. (2017, p.119),

conservar a biodiversidade e utilizá-la como propulsora de uma agricultura sustentável exige a inclusão radical de todos os seres humanos e de todas as demais espécies e sistemas naturais, por meio do incremento de nossa capacidade de dialogar, ouvir e expressar nossos sentimentos, desejos e conhecimentos, além de efetivar políticas públicas, especialmente as municipais pactuadas com a sociedade.

Uma política pública de EA forte e consolidada vai popularizar a legislação ambiental, facilitar o acesso às informações, trazer à tona a diversidade de saberes e culturas, promover o controle social da EA e de outras políticas, problematizar a realidade numa leitura de mundo contextualizada, criar laços e vínculos nos territórios que propiciem o sentimento de pertença, estimular a potência de ação dos sujeitos para que sejam donos de seus destinos e contribuam na qualidade de vida de todos os seres vivos do Planeta.

Portanto, o presente Projeto Político-Pedagógico de Educação Ambiental

configura-se na materialização de uma política pública de educação ambiental, que se estabelece a partir da parceria entre governo e universidade, entre o poder público e comunidades, entre a diversidade de atores que se encontra no território de histórias, de culturas, de biodiversidade, de agroecologia, de agricultura familiar, de sonhos e ações para a construção de um mundo melhor para viver.

Afirma-se que este PPPEA - a partir do diagnóstico e problematização feita sobre o território, por meio do plano de ação do eixo operacional e a partir dos conceitos aqui expressos e que devem ser vivenciados por todos -, tem condições de contribuir para incidir nas políticas públicas de agricultura familiar, reforma agrária, segurança alimentar e nutricional, agroecologia e conservação da biodiversidade, destacando-se que de acordo com o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO):

É preciso considerar que a conservação dos ecossistemas naturais e a recomposição ou incremento da diversidade biológica dos ambientes modificados e a conservação da agrobiodiversidade são fundamentais para manter a autonomia e a sustentabilidade da produção. Essa visão nos remete à necessidade de entender a dinâmica do conjunto dos recursos naturais, não só da unidade de produção, mas também no contexto do território onde está inserida. Para avançar nesse caminho, é necessário empoderar as comunidades para que sejam protagonistas de suas próprias histórias e tenham a capacidade de gerar processos sustentáveis com a mediação, quando necessária, de agentes externos. As instâncias de participação e controle sociais já constituídas, na forma de redes, fóruns e organizações, terão importante papel na implementação e acompanhamento do Plano (CIAPO, 2013, p. 45).

A SOCIEDADE E OS SUJEITOS QUE QUEREMOS

Um Projeto Político-Pedagógico reflete e aponta qual a sociedade desejada para viver, que tipo de sujeitos precisam ser formados na sociedade. Mas, antes de tudo, se faz necessário compreender melhor o conceito por trás de sociedade e Carlos Brandão – um grande educador ambiental popular – nos ajuda a pensar a respeito ao definir sociedade como “um vivermos juntos em comunidades em que compartilmos conhecimentos e valores, princípios de vida e visões de mundo, regras de convivência, poemas e preces, cantos e culinárias” (BRANDÃO, 2005, p. 27).

Tendo isso em mente, podemos expressar aqui qual sociedade queremos para viver e como isso se relaciona com o Parque Nacional do Pau Brasil, comunidades do entorno, CTEA e o território mais abrangente, para que sirva de base para o eixo operacional deste PPPEA e apropriado em todas ações que serão desenvolvidas.

Expressando os nossos valores, conhecimentos, regras e sonhos queremos uma sociedade que acredita em seu potencial político local no sentido de se tornar protagonista da própria história. Isso significa a “possibilidade de envolver mais pessoas em seus espaços de realização cotidiana da vida nas transformações em direção à

sustentabilidade” (OLIVEIRA et al, 2015, p. 49) e na construção dessas sociedades.

Para isso, é fundamental que exista uma valorização da sua história e de seu território, a partir de uma leitura crítica da realidade local. Pois, é o passado que nos lança bases e elementos para a construção do futuro e há uma riqueza histórico-cultural que, associada às belezas naturais da região, deve ser resgatada e mantida.

As qualidades para caracterizar a sociedade que queremos viver são:

- Equânime, equitativa, ética, justa, de direitos
 - Democrática, horizontalizada, cooperativa, solidária, flexível
 - Participativa, ativa, inclusiva, libertária
- Motivada, consciente, educativa e educada, multidisciplinar, transformadora
- Humanitária e humanizada
- Sustentável, saudável e agroecológica
 - Essencialmente feliz com pessoas unidas, interativas, críticas, solidárias e proativas.

Outra característica da sociedade sonhada é a democracia participativa e justa em que todos sejam diferentes, mas iguais perante as regras e leis. Que as responsabilidades sejam diferenciadas, que os sujeitos tenham oportunidades de atuar na construção das sociedades sonhadas pensando no bem comum, ou seja, “aquilo que não sendo propriedade de ninguém e nem do poder público, é uma posse e é um benefício de todos, por igual” (BRANDÃO, 2005, p. 47).

A sociedade desejada deve ser essencialmente humanitária, pensando no bem-estar da humanidade, e humanizada, no sentido de proporcionar melhores condições para uma vida digna e com qualidade, a partir do aprimoramento ético das relações. E, por isso, os laços comunitários, as relações horizontais, cooperativas e solidárias e também a abertura e o cuidado com o Outro são fundamentais para esse processo.

A “cola” ou eixo transversal que une tudo isso e que possibilita o caminhar rumo a essa sociedade sonhada é a perspectiva educadora. A educação é uma prática social que envolve a produção de saberes que consideram a importância da existência de cada ser humano e não humano, valorizando o ambiente e os vínculos entre os sujeitos e os cuidados com a Terra e com o Bem Comum e que retomem a qualidade das relações humanas (OCA, 2016).

Lembrando que no próprio ato de conviver com outros e com o mundo, de uma maneira ou de outra, estamos ensinando e aprendendo a partir das mútuas trocas de vivências e de saberes entre pessoas.

Não estamos, portanto, falando de qualquer educação, mas de uma educação libertária “que ajuda homens e mulheres a pensar criticamente, colocando-lhes desafios, dando espaço para mostrar suas curiosidades e suas indagações” (BRIGHENTE, MESQUISA, 2016).

O objetivo é desenvolver uma sociedade que seja saudável, mas, não só para os seres humanos, como também para os outros seres vivos e para os ecossistemas. Uma sociedade sustentável e agroecológica, como um horizonte a ser constantemente perseguido.

Assim como a educação ambiental, a agroecologia entra como um caminho e eixo transversal fundamental neste PPPEA. A agroecologia representa a aplicação de conceitos e princípios ecológicos para gestão de agroecossistemas mais sustentáveis (GLIESSMAN, 2002). Muito mais que produzir alimentos saudáveis pensando na conservação ambiental, a agroecologia é um modo de vida, é uma proposta de sociedade, de humanidade e de futuro. Por isso, a “agroecologia será o arado para o cultivo de um futuro sustentável e haverá de articular-se a processos de transformação social que permitam passar da resistência à globalização e construção de um novo mundo” (LEFF, 2002, p. 96).

Sobre quais sujeitos queremos formar e, portanto, queremos ter nessa sociedade, o primeiro ponto a ser destacado é que não sejam acomodados e tenham abertura constante para a busca de novos saberes, conhecimentos e sonhos, acreditando e atuando na construção do futuro. Devem ser visionários e empreendedores que buscam inovação e eficiência, atuando de maneira ética e crítica, mas sem perder a sensibilidade, a afetividade, a solidariedade e a empatia com o outro.

São pessoas com ideias próprias, que pensem por si mesmas, que sejam capazes de escolher entre alternativas, decidam o caminho a ser seguido, implementem ações e tenham argumentos para defender suas escolhas e ações. Ao exercer sua autonomia, essas pessoas vão se sentir cada vez mais livres das amarras do poder político e econômico (ANDRÉ, 2016, p. 20).

Outras características destacadas sobre os sujeitos que precisamos formar são: devem ser honestos, empoderados, proativos, criativos, conciliadores, articuladores, comprometidos com o bem-estar individual e coletivo, respeitosos e pacientes, felizes, amorosos e esperançosos, otimistas, responsáveis, colaborativos, que sejam tolerantes e saibam perdoar, além de consumidores responsáveis.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL QUE QUEREMOS E PRECISAMOS NO TERRITÓRIO

Este tópico aborda alguns conceitos, fundamentos e princípios da educação ambiental que desejamos que seja realizada no e pelo Parque Nacional do Brasil, na e pela CTEA, nas e pelas comunidades do entorno, enfim em todo território já contextualizado neste PPPEA. Porém, é preciso reforçar que essa educação ambiental desejada deve ser executada a partir de cada instituição e comunidade que integra a

CTEA e o Conselho Consultivo do PNPB, que seja de dentro para fora, e assim tenhamos uma prática coerente com o discurso.

Desde o início da construção deste Projeto Político-Pedagógico de Educação Ambiental, o qual teve como primeiro resultado a criação da Câmara Temática de Educação Ambiental, foi compreendido que a CTEA deveria atuar e se fortalecer como uma “comunidade de aprendizagem, comunidade interpretativa ou comunidade aprendente”, portanto, registramos aqui alguns significados sobre isso.

Segundo Avanzi e Malagodi (2005, p. 98) “os trabalhos na perspectiva de comunidades interpretativas exigem o desenvolvimento do potencial de comunicação e de entendimento do outro, a habilidade para o uso interativo e dialógico da linguagem”. Quando Avanzi e Malagodi dizem do “entendimento do outro” precisamos refletir que este outro é um parceiro, um companheiro de jornada que está em interação conosco no ensino-aprendizagem nos espaços de trocas e diálogos construindo conhecimentos.

Podemos compreender a CTEA, também, como uma “comunidade aprendente” a partir de Brandão (2005) que diz sobre os aprendizados para além das escolas ou outros espaços formais da educação, pois aprendemos em todos os momentos nos espaços cotidianos da vida, em nossas casas, nossas comunidades ou nos grupos que frequentamos.

Qualquer que seja o contexto em que se esteja vivendo uma experiência de educação ambiental, as pessoas que se reúnem em “círculos de experiências e de saberes”, possuem de qualquer maneira algo de seu, de próprio e de originalmente importante. E o trabalho é mais fecundo quando em uma comunidade aprendente, todos têm algo a ouvir e algo a dizer. Algo a aprender e algo a ensinar. Lugares de trocas e de reciprocidades de saberes, mas também de vidas e de afetos, onde a aula expositiva pode ser cada vez mais convertida no círculo de diálogos (BRANDÃO, 2005, p.90).

E assim, no decorrer da construção do PPPEA é que a CTEA vem se constituindo como um grupo que aprende-ensina, um grupo que dialoga com o outro trazendo seus afetos, seus conhecimentos, suas experiências que são da roça, da universidade, da empresa, do governo, da comunidade, dos movimentos sociais, da casa e do livro, todos eles construídos na vida e compartilhados na roda viva que nos faz pensar e sonhar um mundo melhor para todos.

Deste modo, a CTEA como uma comunidade de aprendizagem, comunidade interpretativa ou aprendente tem o caráter continuado e permanente, assim como a educação ambiental. É uma Câmara instalada pelo Conselho Consultivo do Parque Nacional do Pau Brasil com vistas a apoiar o Conselho numa proposta de fortalecer as políticas públicas existentes no território, que de forma integrada e articulada poderão contribuir para a conservação da biodiversidade.

A CTEA está colocada como a gestora responsável pela implementação do PPPEA no território, isso significa que a CTEA necessita ser cada vez mais fortalecida para cumprir o seu papel na governança das ações que envolvem o monitoramento, a

avaliação e a revisão periódica deste projeto político-pedagógico que deve ser dinâmico num processo educador que nunca se acaba, apenas se transforma num aprimoramento continuado.

Neste caminhar a CTEA terá papel fundamental para fazer a educação ambiental desejada e necessária, a partir dela própria se estendendo para cada instituição e comunidade que a integra, se estendendo para o Conselho Consultivo e assim contribuindo para enraizar no território uma educação ambiental crítica, emancipatória, dialógica e transformadora como é o sonho apontado durante a construção deste PPPEA.

Porém, precisamos deixar mais explícito o que significa uma educação ambiental com todos estes adjetivos (crítica, emancipatória, transformadora) para não ficarmos apenas repetindo palavras bonitas que não estão sendo praticadas, vivenciadas nas ações que realizarmos a partir deste PPPEA ou em qualquer outra atividade que façamos.

Podemos começar pensando a partir da origem da palavra “crítico” que vem do grego e significa a capacidade de fazer uma argumentação, portanto, para ser crítico é necessário ter a curiosidade de investigar, questionar, estudar, buscar informações que tragam elementos teóricos e práticos que permitam o argumentar com ética e seriedade. “O direito de criticar e o dever, ao criticar, de não faltar à verdade para apoiar nossa crítica é um imperativo ético da mais alta importância no processo de aprendizagem de nossa democracia” (FREIRE, 1997, p. 31).

Segundo Carvalho (2004, p. 17), a educação ambiental crítica propõe uma prática educativa voltada para a “formação de indivíduos e grupos sociais capazes de identificar, problematizar e agir em relação às questões socioambientais, tendo como horizonte uma ética preocupada com a justiça ambiental”.

Neste sentido, estamos falando de uma educação ambiental que se propõe a intervir na realidade, que se consolida nas ações numa perspectiva progressista, nas relações entre o sujeito e a sociedade, numa relação com o outro, assumindo-se responsabilidades que vão desde o indivíduo até o planeta.

Freire (1997, p. 34) reforça que pensar numa ação educativa crítica “nos obriga ter coerência, a planejar, a estimular, a favorecer na própria prática educativa o exercício do direito à participação por parte de quem esteja direta ou indiretamente ligado ao fazer educativo”.

A educação ambiental que queremos e necessitamos que aconteça no território é também, emancipatória por trazer os valores de liberdade, o direito às escolhas, a busca da autonomia e fortalecimento dos sujeitos, dos oprimidos, a inclusão dos excluídos.

Lembrando que a CTEA tem o importante papel de desenvolver a educação ambiental e agroecologia no território e essa Câmara sendo uma comunidade de aprendizagem, “o que se busca é a construção de um conhecimento-emancipação (Santos, 2002), tendo a solidariedade como forma de saber em contraposição ao

colonialismo que nos oprime, ao colonialismo que é incapaz de aceitar o outro” (AVANZI e MALAGODI, 2005).

Espera-se que a educação ambiental desenvolvida no território a partir deste PPPEA, da CTEA, do Conselho, das Comunidades, do Parque seja pluralista, abrindo-se ao outro, acolhendo o diferente, dialogando na democracia participativa, pacifista e inspiradora, articulando e incidindo em políticas públicas socioambientais que atendam às necessidades e expectativas da população.

Portanto, queremos uma educação ambiental que contribua para a transformação do território que, conforme apontado no eixo situacional, está repleto de problemas socioambientais, como o uso do agrotóxico, o desmatamento, a ausência de pertencimento, a deficiência de políticas públicas entre outros, mas, também um território que se apresenta com um leque de oportunidades e potencialidades para fazermos a diferença.

Se desejamos, de fato, construir a sociedade que sonhamos e apontamos neste eixo conceitual, precisamos trabalhar uma educação ambiental que formule, execute, articule e fortaleça as políticas públicas necessárias para

o acesso de todos à terra, para dela sobreviver e nela habitar e trabalhar, expresso por meio de lutas como as desenvolvidas pelos movimentos sociais, pela reforma agrária popular e agroecológica, que é uma bandeira que demonstra o quanto é inseparável os campos da agroecologia, reforma agrária, ecologia, biodiversidade, conservação e educação ambiental. Com essa bandeira e com o desenvolvimento de processos educadores dialógicos com ela comprometidos, renovam-se as propostas de uma educação ambiental emancipatória, enunciadas pelo Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (SORRENTINO, et al., 2017, p. 119).



EIXO OPERACIONAL

*“O ser humano aprende a ser humano aprendendo as significações que os outros humanos dão à vida, à terra, ao amor, à opressão e à libertação”
(Paulo Freire).*

Serão apresentados aqui os objetivos, os aspectos metodológicos, as linhas de ação e suas respectivas atividades pactuadas para serem desenvolvidas neste eixo operacional do PPPEA.

O eixo operacional traz ações específicas pensadas e construídas a partir deste PPPEA, mas, também apresenta algumas ações que já estavam previstas independentes, porém, agora inseridas neste documento demonstrando o seu caráter articulador e contextualizado no território. Deste modo o eixo operacional aqui descrito é um meio de potencializar resultados, fortalecer e ampliar as parcerias, dialogar e organizar ações plurais, além de propiciar sinergias entre atores, projetos e políticas públicas socioambientais no território.

OBJETIVOS GERAIS DO PPPEA

- Contribuir para a implementação de políticas públicas de educação ambiental, conservação da biodiversidade, proteção ambiental, agricultura familiar e agroecologia no território da Costa do Descobrimento, ampliando a cidadania e a qualidade de vida.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PPPEA

- Promover a articulação e sinergia entre atores sociais, ações, projetos e políticas públicas no entorno do Parque Nacional Pau Brasil e território de abrangência;
- Propiciar intercâmbio da diversidade de experiências e saberes, espaços de diálogos, reflexões, interação e construção de conhecimentos com as comunidades do entorno do Parque e atores sociais do território da Costa do Descobrimento;
- Estimular e propiciar condições favoráveis para a realização de pesquisas com foco em educação ambiental, agroecologia, conservação da biodiversidade e outras a considerar no entorno do Parque Nacional;
- Promover processos de formação de formadores em educação ambiental, agroecologia, políticas públicas e a capilarização das ações socioambientais no território;
- Fortalecer a gestão do Parque Nacional Pau Brasil, por meio de seu Conselho Consultivo e Câmara Temática de Educação Ambiental.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

O eixo operacional está fundamentado por metodologias qualitativas e participativas de ensino-aprendizagem, educação ambiental popular, pesquisas e planejamento em processos democráticos e pluralistas que permitem o diálogo da diversidade de saberes, a integração do político-pedagógico e da prática-teoria.

Trazemos aqui um conjunto de técnicas, ferramentas, estratégias a serem utilizadas neste eixo operacional que está e esperamos que continue em permanente diálogo com o eixo situacional e principalmente com o eixo conceitual, que nos inspira a realizar sonhos, a praticar valores e princípios em busca de sociedades sustentáveis.

Sendo este um Projeto Político-Pedagógico de Educação Ambiental estamos falando acima de tudo de educação e de acordo com Freire (2001, p. 35) “toda situação educativa implica em métodos, processos, técnicas de ensino, materiais didáticos que devem ser coerentes com os objetivos, com a opção política, com a utopia, com o sonho de que o projeto pedagógico está impregnado.”

A seguir destacamos algumas metodologias consideradas relevantes para o desenvolvimento deste eixo operacional.

Pedagogia da Alternância:

Adotamos neste PPPEA, a partir do seu eixo operacional, os fundamentos teórico-práticos da pedagogia da alternância, trazendo o tempo-escola com atividades presenciais ofertadas pelos realizadores de processos formativos. E o tempo-comunidade considerando a relevância da aprendizagem que existe no ambiente da família e comunidade. Dessa forma, a pedagogia da alternância será utilizada por alguns processos educadores que terão a construção de conhecimentos no ensino-aprendizagem orientados por formadores em momentos presenciais e também em ações individuais e coletivas junto às comunidades do entorno do Parque Nacional do Pau Brasil.

Segundo Jesus (2011, p. 11) a pedagogia da alternância é

um processo metodológico, é um método dinâmico e complexo que vai desencadear dentro de um contexto a integração de tempos em diferentes espaços a partir de uma problematização que exigirá do corpo docente uma preparação/formação para intermediar a reflexão provocada pela problemática vivenciada pelos trabalhadores camponeses. Isso requer uma teorização e um conhecimento de causa para desenvolver os conteúdos técnicos e humanísticos (JESUS, 2011, p. 11).

Pedagogia da Práxis

A pedagogia da práxis envolve a reflexão-ação-reflexão de forma permanente com diálogos e leitura problematizada da realidade. É necessário que toda ação seja fruto de uma reflexão, aprofundando o nosso fazer e nossas condições de transformar

o território.

Espera-se que as ações deste eixo operacional propiciem o protagonismo dos sujeitos, articulem a diversidade de saberes como os tradicionais, populares, científicos, artísticos, políticos, técnicos em continuados processos educadores que conectam o local ao global, na perspectiva ambiental abrangente.

De acordo com Freire (1996) “os processos educadores que tem a práxis como constante utiliza-se do diálogo para provocar as reflexões sobre a realidade e suas possibilidades de transformação”.

Alfabetização Agroecológica Ambientalista (AAA)

A Alfabetização Agroecológica Ambientalista vem sendo desenvolvida pelo Laboratório de Educação e Política Ambiental – Oca/ESALQ/USP desde o início dos anos de 2000 como uma concepção teórica e fundamentos metodológicos de processos educadores que buscam enraizar a agroecologia e o ambientalismo no cotidiano de um território. Segundo (Raymundo et al., 2017, p. 297), a

AAA se apoia em quatro processos formativos sincrônicos, sendo eles: temáticas problematizadoras; círculos de cultura; educomunicação; e reforço da leitura e escrita. Além disso, a AAA tem os seguintes eixos transversais: diagnóstico socioambiental participativo; planejamento, intervenção e estruturas/espços educadores sustentáveis; avaliação permanente e continuada.

Intervenção socioambiental

Trazer para a metodologia a dimensão de intervenção educadora socioambiental significa o compromisso com a transformação que não fica apenas no discurso. Uma intervenção educadora socioambiental parte de um diagnóstico participativo, da identificação dos sonhos e expectativas dos sujeitos e contextualização crítica da realidade.

Guimarães (2005, p. 194) coloca que “uma intervenção educadora crítica e emancipatória assume sua dimensão política e se dá na vivência com o outro e com o mundo. É uma Educação Ambiental comprometida com a transformação da realidade rumo a sustentabilidade socioambiental e percebe o ambiente educativo como movimento.”

Planejamento incremental articulado

Considera-se aqui as técnicas e ferramentas de planejamento participativo integrada às concepções do incrementalismo articulado, que reconhece a importância do produto, porém com devidos cuidados e respeito às características naturais de um processo que deve ser flexível.

Neste sentido, a Oca (2017, p. 83) diz que “a concepção de planejamento participativo incremental e articulada, considera que o processo educador não é rígido

e estaque e pode modificar-se ao caminhar, revisitando as atividades e reflexões realizadas, articulando cada novo passo aos anteriores e incrementando-os a partir da avaliação crítica dos aprendizados por eles propiciados”

LINHAS DE AÇÃO ESTRUTURANTES DO EIXO OPERACIONAL

- 1. Formação:** ações estruturantes para promover formação, mobilização social, intervenções educadoras socioambientais;
- 2. Articulação institucional:** estratégias para fortalecer e incidir em políticas públicas socioambientais, além de estratégias para a busca de financiamento a fim de executar as ações do PPPEA;
- 3. Comunicação:** ações para promover a comunicação e educomunicação democratizando informações;
- 4. Monitoramento e Avaliação:** estratégias de continuidade do PPPEA, acompanhamento e avaliação do PPPEA.

LINHA DE AÇÃO - FORMAÇÃO

1. PROJETO “PPPEA EM PERMANENTE MOVIMENTO” - FORMAÇÃO CONTINUADA DA CTEA

Objetivo

Fortalecer a Câmara Temática de Educação Ambiental (CTEA) do Conselho Consultivo do Parque para atuação no território como formadora em educação ambiental;

Estimular e aprimorar as habilidades e competências dos membros CTEA para o desenvolvimento de ações educativas socioambientais comunitárias junto a cinco comunidades do entorno da UC.

Público a ser envolvido

Representantes da Câmara Temática de Educação Ambiental (CTEA) do Conselho Consultivo do Parque Nacional do Pau Brasil. Comunidades de Sapirara, Coqueiro Alto, Vale Verde, Vera Cruz e Fazenda Santa Maria

Carga horária

160 horas, sendo 80 horas presenciais no tempo-parque e 80 de atividades de tempo-comunidade.

Aspectos Gerais da Formação:

Este projeto se inspira em fundamentos metodológicos de abordagem qualitativa de ensino-aprendizagem, associados às teorias e práticas do planejamento participativo incremental e articulado, além de intervenções educadoras da práxis que geram aprendizados e construção de novos conhecimentos a partir da problematização da realidade cotidiana do território e dos públicos específicos envolvidos.

Trata-se de um processo educador de intervenção socioambiental voltado a contribuir na solução de problemas por meio do fortalecimento da Câmara Temática de Educação Ambiental como uma comunidade interpretativa e de aprendizagem, que auxilia o Conselho Consultivo do Parque Nacional do Pau Brasil, contribuindo na gestão ambiental e transformação do território.

As atividades formativas serão desenvolvidas prioritariamente com o uso de metodologias participativas de ensino-aprendizagem, num processo continuado e com estímulos e instrumentos para torná-lo permanente.

A formação da CTEA será realizada em 4 encontros presenciais com 80 horas no total, o qual intitula-se de tempo-parque, pois será realizado no Parque Nacional do Pau Brasil. Além disso, a formação tem outras 80 horas de ação educadora junto às comunidades, o qual é intitulado de tempo-comunidade.

Deste modo, o projeto “PPPEA do Parna em Permanente Movimento” adota, também princípios e concepções da pedagogia da alternância, que considera a vida no campo, no trabalho, na comunidade como espaços importantes de aprendizagem.

Este projeto foi apresentado e aprovado num edital interno do ICMBio em novembro de 2017.

Conteúdo programático

Educação ambiental e políticas públicas socioambientais, diagnóstico, mobilização social, articulação institucional e comunitária, planejamento participativo, intervenção educadora socioambiental, realidade contextualizada do território, monitoramento, avaliação e indicadores.

Quando

Abril a novembro de 2018.

Encontros presenciais em datas a combinar nos meses de abril, junho, julho e outubro. O tempo-comunidade será realizado entre um encontro presencial e outro, cumprindo as demais 80 horas.

Local da realização

Parque Nacional do Pau Brasil e comunidades de Vale Verde, Vera Cruz, Fazenda Santa Maria, Sapirara e Coqueiro Alto

O que será necessário para realizar o projeto de formação

Formadores especializados em educação ambiental e todo o conteúdo programático, o espaço do Parque Nacional do Pau Brasil, refeições para os

dias dos encontros presenciais, auxiliar técnico para acompanhamento das atividades do tempo-comunidade, materiais audiovisuais, materiais de apoio didático-pedagógico, lista de presença, emissão de certificados, deslocamento local dos formadores, passagens e hospedagem dos formadores que não residem no território.

Responsáveis pela realização da ação

Parque Nacional do Pau Brasil

Parceiros

PAA/ESALQ e DIRUC/INEMA

2. FORMAÇÃO EM SEGURANÇA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA COM AGRICULTORES DO ENTORNO DO PARQUE

Objetivo

O Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica Pau Brasil (NEA-PB) da UFSB tem como objetivo o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão que buscam a promoção da segurança alimentar, da agroecologia e da conservação da biodiversidade junto às comunidades rurais localizadas na zona de amortecimento do Parque Nacional do Pau Brasil. .

Público a ser envolvido

As ações deverão ser direcionadas, prioritariamente para os grupos de jovens, grupo de mulheres e de produtores orgânicos das comunidades: Fazenda Santa Maria - APRUNVE, Coqueiro Alto e Sapirara, podendo envolver também representantes das comunidades de Vale Verde e Vera Cruz (a depender da capacidade logística).

Carga horária

Curso de extensão em segurança alimentar e agroecologia (60h) e no mínimo quatro oficinas práticas (que podem variar de 4 a 16h).

Aspectos Gerais da Formação:

O curso e as oficinas previstas são parte do projeto de pesquisa e extensão elaborado e coordenado pelo NEA-PB, que conta com a participação de diversos docentes da UFSB e de demais instituições parceiras em âmbito regional, nacional e internacional. O projeto tem recursos aprovados pelo CNPq. Deverá ser desenvolvido um curso de extensão em segurança alimentar e agroecologia para um público específico, envolvendo técnicos extensionistas, lideranças comunitárias, professores das escolas rurais e agentes de saúde. Além disso, são previstas oficinas práticas envolvendo os principais temas de interesse de cada comunidade envolvida.

Conteúdo programático

Agroecologia, segurança alimentar e nutricional, segurança hídrica, proteção e recuperação de nascentes; recuperação de áreas degradadas; conservação da agrobiodiversidade; sistemas agroflorestais; produção animal; horticultura

orgânica; beneficiamento de alimentos; meliponicultura; produção de mudas de espécies nativas; adequação ambiental da propriedade rural

Quando

O curso e as oficinas apontadas, ainda não tem data específica prevista, podendo ocorrer entre abril de 2018 e outubro de 2019.

Local da realização

Centro de Visitantes do Parque Nacional do Pau Brasil, nas áreas das comunidades envolvidas e no campus da UFSB.

O que será necessário para realizar o projeto de formação

as ações previstas contam com os recursos dos projetos aprovados pelo CNPq no âmbito do NEA-PB e, para que sejam amplificados em números de beneficiários e tempo de execução, devem ser consideradas novas possibilidades de financiamentos públicos e privados.

Responsáveis pela realização da ação

NEA-PB/UFSB

Parceiros

IFBA; PAA-ESALQ-USP; ADT; CI; PNPB

3. FORMAÇÃO PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA – PROJETO VIZINHOS DO PARQUE

Objetivo Geral

Promover o desenvolvimento de habilidades e competências dos moradores das comunidades ao entorno do Parque Nacional do Pau Brasil, iniciando por Sapirara e Coqueiro Alto e em seguida no Vale Verde em prol do fortalecimento do turismo do Parque Nacional do Pau Brasil.

Objetivos específicos

Reconhecer e valorizar os talentos das comunidades;
Capacitar, principalmente, jovens e mulheres para criação e/ou comercialização de produtos turísticos;
Contribuir para a criação de um plano de desenvolvimento turístico local, considerando as potencialidades e limitações das comunidades.

Público

Mulheres e Jovens

Carga horária

Curso de capacitação em turismo e atendimento ao turista (40 horas)
Capacitação e aperfeiçoamento de condutor de Turismo (40 horas)
Inglês - comunicação básica com turista (60 horas)
Corte e Costura (160 horas)

Crochet, path work e path applique (160 horas)

Gastronomia (180 horas)

Aspectos gerais da Formação

Os cursos e oficinas, que são parte do Projeto Vizinhos do Parque, foram definidos a partir de uma pesquisa realizada nas comunidades (Fase 1 do projeto) para levantar o potencial e as necessidades de cada uma.

Seguindo o resultado das pesquisas, o projeto desenvolve e oferece cursos gratuitos para a comunidade de acordo com a demanda e necessidades levantadas nas pesquisas pela própria comunidade.

As mulheres demonstram grande aptidão para o artesanato de forma geral, como uma forma de ocupação de seu tempo livre ou mesmo como uma forma de sair de sua rotina doméstica e também como uma forma de aumentar a renda familiar a partir do que aprenderem nas oficinas.

As mulheres participarão de oficinas voltadas para o artesanato, nas quais vão descobrir seus talentos por meio da pintura, macramê, tricô, crochê, corte e costura, etc. Espera-se que identifiquem sua vocação e definam juntas um produto a ser confeccionado para venda.

Os jovens serão envolvidos nos cursos de turismo focados na capacitação de condutores, além do curso de inglês destinado ao atendimento turístico.

Todos os cursos e oficinas, tem suas aulas permeadas pelos conceitos de sustentabilidade e preservação ambiental.

O percurso metodológico criado exclusivamente para o Projeto Vizinhos do Parque, que é um projeto de Turismo de Base Comunitária, visa a médio e longo prazo o desenvolvimento de atividades turísticas que prezem pela sustentabilidade das comunidades envolvidas. Este percurso metodológico envolveu os seguintes elementos:

- Base e fundamentos
- Aprender a se fortalecer
- Saber fazer para si e para o grupo
- Saber fazer para si e para a comunidade

Conteúdo Programático

O conteúdo programático de todas as oficinas é voltado para o turismo de base comunitária e a sustentabilidade, tanto econômica quanto social do desenvolvimento do projeto nas comunidades, como uma forma de resgatar a história local valorizando sua cultura independente do curso que seja feito.

Quando

Março a novembro de 2018

Local da realização

As oficinas e cursos são realizados na sede da Associação Despertar Trancoso em cada comunidade.

O que será necessário para realizar

Fundamental a contratação de alguns educadores e também voluntários para a realização das oficinas e cursos. A parceria com a Conservação Internacional no projeto Parques para Prosperar nos trouxe recursos financeiros para a

compra de materiais, logística e a contratação de alguns profissionais da área de turismo, pedagogia, costura, etc.

Responsável pela Realização

Associação Despertar Trancoso

Parceiros

Conservação Internacional, Parque Nacional do Pau Brasil e RPPN Rio do Brasil

4) FORMAÇÃO DO PROJETO SELO ORGÂNICO

Objetivo

Capacitar e acompanhar os agricultores para obter o Selo Orgânico por meio da Certificação Participativa da Rede de Agroecologia Povos da Mata da Bahia

Aspectos gerais

Neste modelo de certificação é necessário um grande envolvimento e organização dos agricultores em reuniões, visitas mensais as propriedades, sendo que todos se visitam e se monitoram.

O Projeto Selo Orgânico contribui na capacitação com a discussão, em basicamente, três frentes de trabalho: produção orgânica, normas e procedimentos da certificação e fiscalização da produção. Para a comprovação das práticas estabelecidas e produtos utilizados, existe a necessidade de registro de todas as operações, notas fiscais, livro de atas, a comprovação de visitas, reuniões e etc.

Este processo não é costumeiro no dia-a-dia dos agricultores e deve haver capacitação e o estabelecimento de rotinas diárias de trabalho que contribuam para os agricultores se apropriarem dos novos procedimentos.

O desenvolvimento das atividades se dá por meio do acompanhamento das reuniões e visitas técnicas, organização de capacitações nas questões burocráticas e nas técnicas agrícolas.

É necessário um acompanhamento semanal das propriedades no que se refere ao manejo dentro das especificações exigidas pelo MAPA. Além da orientação continua no processo de plantio e planejamento de produção.

Hoje estas ações são realizadas pela Secretaria de Agricultura de Porto Seguro e do Núcleo Costa do Descobrimento de Porto Seguro, que é o primeiro Núcleo do Extremo Sul da Rede de Agroecologia Povos da Mata.

Quando

Abril de 2018 a dezembro de 2019 - total 250 horas

Local da realização

Propriedades do Assentamento Santa Maria que aderiram a Certificação Participativa da Rede Povos da Mata

O que será necessário para realizar

Os recursos atuais se restringem a uma visita a cada 2 meses, portanto, é preciso articular novas parcerias para obtermos o seguinte apoio:

- Transporte semanal até o Assentamento Santa Maria
- Sementes e mudas adaptadas a região e a agricultura familiar
- Alimentação da equipe técnica

Material de trabalho

Sementes, impressão dos documentos, materiais técnicos

Conteúdo programático

Agroecologia, agricultura orgânica, manejo de animais, integração das atividades agrícolas, recuperação de solos, controle alternativo de pragas e doenças, legislação de produtos orgânicos, preenchimento correto da documentação – plano de manejo, caderno de campo, atas, plano de verificação mensal.

Responsável pela ação

Secretaria de Agricultura e Pesca de Porto Seguro

Parceiros

Os atuais parceiros são - Rede de Agroecologia Povos da Mata da Bahia, PAA/ESALQ e Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica Pau Brasil da UFSB

5. TRÊS CURSOS A PARTIR DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Serão realizados três cursos semipresenciais, são eles:

1. Educação Ambiental e Comunicação nas Unidades de Conservação: Estratégias que Fazem a Diferença;
2. Conflitos em Unidades de Conservação: Estratégias de Enfrentamento e Mediação
3. Tornar a Unidade de Conservação Visível: Estratégia para promover articulações e Captar Recursos

Objetivo da ação

Mobilizar e empoderar o público definido para a realização de práticas de educação ambiental e comunicação que contribuam com o fortalecimento da Gestão Ambiental de Unidades de Conservação e com a conservação da Biodiversidade.

Público

Formuladores e executores das políticas governamentais relacionadas a unidades de conservação, em âmbitos federal, estadual e municipal, nos quais se enquadram gestores públicos, integrantes de organizações da sociedade civil – sejam elas públicas e privadas, nacionais ou internacionais–, integrantes de Conselhos Consultivos e Deliberativos de UC, como Câmara Temáticas ou, ainda, integrantes de redes, fóruns, comitês e conselhos que atuam com o assunto.

Aspectos gerais da ação e conteúdo programático

Desde 2012 o Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente vem investindo num ambiente virtual de aprendizagem e na elaboração de cursos de educação a distância. O objetivo é permitir o acesso a conteúdo socioambientais e materiais pedagógicos para utilização online e off-line. Até agora, mais de 100 mil usuários já utilizaram a plataforma de aprendizagem virtual.

Alguns cursos foram disponibilizados para recortes específicos de público e outros para ser ofertados de maneira semipresencial, com apoio de instituições parceiras, a distância.

Para este PPPEA serão realizados 3 cursos do MMA de forma semipresencial. Serão realizados encontros presenciais com objetivos de acompanhar os cursistas com vistas a elucidar dúvidas, promover diálogos entre os participantes e potencializar a construção de conhecimentos e as práticas educativas no território. Deste modo, para cada um dos cursos serão realizados 2 encontros presenciais, um de abertura do curso e outro no decorrer do mesmo em espaços e datas a combinar com os cursistas.

Curso 1: Educação Ambiental e Comunicação nas Unidades de Conservação: Estratégias que Fazem a Diferença

MÓDULO 1 – A unidade de conservação e o território: reconhecendo o contexto socioambiental e geopolítico

- Contexto socioambiental e geopolítico da unidade de conservação;
- Educação ambiental e comunicação na criação, implementação e gestão de UC;
- Iniciativas de educação ambiental e comunicação na articulação territorial;
- Aprimorar a prática.

MÓDULO 2 – A participação social e a ação pedagógica na implementação da unidade de conservação

- O enfoque participativo e a defesa da sociobiodiversidade;
- A comunicação e a educação ambiental no fomento da participação;
- Experiências que revigoram o senso de participação;
- Critérios para avaliar o fomento à participação.

MÓDULO 3 – o desafio de garantir participação no complexo universo da Gestão

- Desafios da gestão nas unidades de conservação;
- A participação na gestão como espaço de aprendizagem;
- Experiências pedagógicas que facilitam o diálogo e a participação;
- Indicadores para gestão participativa.

Curso 2: Conflitos em Unidades de Conservação: Estratégias de Enfrentamento e Mediação

MÓDULO 1 – Conflitos em UC: manifestações do modelo global no contexto local

MÓDULO 2 – Comunicação e educação ambiental na mediação de conflitos

socioambientais

MÓDULO 3 – O conflito como caminho e oportunidade de mudança

MÓDULO 4 – Indicadores e a gestão de conflitos socioambientais

Curso 3: Tornar a Unidade de Conservação Visível: Estratégia para Promover Articulações e Captar Recursos

MÓDULO 1 – Em rede no território

MÓDULO 2 – Comunicação e educação ambiental a serviço da articulação territorial

MÓDULO 3 – Tecendo redes e mobilizando recursos

MÓDULO 4 - Indicadores para programa de comunicação e educação ambiental

Carga horária

Curso 1: 70h

Curso 2: 25h

Curso 3: 25h

Período de realização

Os três cursos serão ofertados a partir de novembro de 2018, sendo que o curso 1 tem sugestão de 3 meses de duração e os outros dois de 2 meses cada.

Necessidades para realização da ação

Definir especificamente junto a CTEA e Conselho Consultivo do Parque os participantes de cada um dos três cursos ofertados.

Realizar ampla divulgação para a inscrição dos cursistas. Organizar os dois encontros presenciais de cada curso.

É necessário que o participante acesse a internet com um Navegador atualizado; e Plugin do Flash Player devidamente instalado e atualizado a partir da versão 9.0.1 em seu navegador.

Responsáveis pela ação

Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Parque Nacional do Pau Brasil e NUPEEA/UFSB

6. PNC-Terramar: CURSO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE GESTORES AMBIENTAIS (PNC)

Apoio à realização do Curso de Capacitação em Gestão Ambiental Municipal (PNC TERRAMAR) na região de Abrolhos.

Objetivos

- Capacitar os atores envolvidos na gestão ambiental da região para atuarem de forma sinérgica na leitura e intervenção sobre a realidade ambiental no seu território.
- Estimular processos de gestão ambiental territorial integrada e participativa que contribuam para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade

nas zonas costeiras e marinhas, na região de Abrolhos

- Possibilitar a ampliação de conhecimentos e a troca de experiências entre atores da gestão ambiental municipal.
- Subsidiar processos de planejamento, gestão e atuação dos órgãos ambientais municipais.
- Animar atores da gestão ambiental municipal, contribuindo para que cada um assuma o seu papel na gestão do meio ambiente em âmbito local.

Aspectos gerais da ação:

O projeto “Proteção e Gestão Integrada da Biodiversidade Marinha e Costeira – Projeto TerraMar” - busca apoiar processos de gestão ambiental territorial integrada e participativa que contribuam para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade nas zonas costeiras e marinhas, nas regiões da Costa dos Corais e dos Abrolhos.

Para efeitos do Projeto TerraMar considera-se, preliminarmente, na Região da Costa do Corais os seguintes municípios defrontantes ao mar: Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré, Barreiros e São José da Coroa Grande (no Estado de Pernambuco); e Maragogi, Porto Calvo, Japaratinga, Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres, São Luis do Quitunde, Passo de Camaragibe, Barra de Santo Antônio, Paripueira e Maceió (nos Estado de Alagoas).

Para efeitos do Projeto TerraMar considera-se, preliminarmente, na Região dos Abrolhos os seguintes municípios defrontantes ao mar: Una, Canaveiras, Belmonte, Santa Cruz Cabralia, Porto Seguro, Prado, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri (no Estado da Bahia); e Conceição da Barra, São Mateus, Jaguaré, Sooretama e Linhares (no Estado do Espírito Santo).

Com o objetivo de promover a formação de atores-chave, como os gestores e servidores municipais, o Projeto TerraMar está promovendo o **Curso de Capacitação em Gestão Ambiental Municipal** na região de Abrolhos, em consonância com o Programa Nacional de Formação e Capacitação de Gestores Ambientais – PNC do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

O curso será ofertado na modalidade semipresencial, com carga horária de 80 horas à distância e 48 horas presenciais. Possui conteúdo que visa apoiar o gestor público no exercício cotidiano da gestão ambiental em seu município, bem como conteúdo específico para trabalhar a temática de integração continente-mar no âmbito da gestão ambiental municipal.

A formação de atores-chave, como os gestores e servidores municipais, tem um papel importante para a gestão ambiental e, por isso, busca-se o apoio e a participação dos gestores e conselheiros do Parque Nacional do Pau Brasil nesse processo formativo, apoiando a mobilização dos atores chaves na região, realizando a formação, participando dos momentos presenciais, etc.

Ações

- Divulgação do curso e mobilização de atores-chaves (gestores, técnicos, conselheiros, membros de comitê, etc) do território para realização do Curso;
- Participação e apoio na realização do curso e nos momentos presenciais, em especial, o 2º momento, que está previsto para ocorrer em Porto Seguro;
- Participação e apoio em ações locais envolvendo os gestores do território participantes do curso.

Carga horária

80 horas (EaD) + 48 horas (momentos presenciais)

Conteúdos

1. SISNAMA: descentralizar e qualificar a gestão ambiental
2. Estruturação do SISNAMA em âmbito municipal
3. Planejando a transição do município para a sustentabilidade
4. Temas emergentes para a gestão integrada da sustentabilidade municipal
 - Desenvolvimento rural sustentável
 - Gestão integrada de recursos hídricos
 - Conservação da biodiversidade
 - Resíduos sólidos
 - Mudança do clima e seu enfrentamento no município

Público

Gestores públicos ambientais, servidores e membros de comitês que atuam nos municípios da Região dos Abrolhos

Quando

14 de maio/2018 a 31 de outubro de 2018

Cronograma

Ambientação	14/05/2018 a 20/05
1º Encontro Presencial - Abrolhos (80 pessoas)	28, 29 e 30/05/2018
Abertura Módulo 1	22/05/2018 até 1/7/18
Abertura Módulo 2	22/05/2018 até 1/7/18
2º Encontro Presencial - Abrolhos (80 pessoas)	13, 14 e 15/08/2018
Abertura Módulo 3	06/08 a 09/09/18
Abertura Módulo 4	10/09 a 12/10/18
Prorrogação	Até 19/10
3º Encontro Presencial - Abrolhos (80 pessoas)	29, 30 e 31/10/2018

Quadro 15: Cronograma Curso de Capacitação em Gestão Ambiental Municipal (PNC TERRAMAR) na região de Abrolhos.

Responsáveis

ProjetoTerraMAR, GIZ, DEA/MMA

7. OFICINA DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Objetivos

- Inserir ações do território na Plataforma Brasileira de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental;

- Contribuir para a construção de conhecimentos sobre monitoramento, avaliação e indicadores de projetos e políticas públicas de educação ambiental;
- Contribuir para a formação de formadores em políticas públicas de educação ambiental.

Aspectos Gerais

Esta oficina é parte do Projeto “Construindo uma Plataforma de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental” da ANPPEA - Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental, a partir do Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (FunBEA) com apoio do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, do Centro de Ciências do Sistema Terrestre do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (CCST/INPE) e do Laboratório de Educação e Política Ambiental – Oca/ESALQ/USP.

O referido projeto de âmbito nacional é voltado à produção de conhecimentos sistematizados, tecnologias de informação e comunicação, e à formação de formadoras/es que atuem no fortalecimento de políticas públicas de educação ambiental a partir do monitoramento, avaliação e indicadores.

Deste modo, será realizada uma oficina em Porto Seguro, com a carga horária total de 32 horas, sendo 16 h distribuídas em 2 dias presenciais e as demais 16h serão de atividades orientadas à distância. As técnicas metodológicas utilizadas serão do ensino-aprendizagem calcadas pela práxis com a teoria-prática-teoria, possibilitando aos participantes problematizarem as suas realidades.

Carga horária

32 horas

Público

Representantes de colegiados ambientais, como conselhos, comitês de bacia hidrográfica, câmaras temáticas de educação ambiental, redes de EA, Coletivos Educadores, coletivos jovens, gestores públicos, analistas ambientais, lideranças comunitárias, universidades, Ongs, etc.

Conteúdo programático

Políticas públicas de educação ambiental, monitoramento, avaliação, indicadores e ferramentas tecnológicas de monitoramento de projetos e políticas públicas.

Quando

Entre julho e setembro de 2018

Responsáveis

FunBEA; DEA/MMA; Oca/ESALQ e CCST/INPE

Parceiros

NUPEEA/UFESB e PNPB

8) PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA VERACEL - PEAV

O Programa de Educação Ambiental da Veracel - PEAV é uma das ações da empresa junto aos municípios sob sua influência: Eunápolis, Canavieiras, Belmonte, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Mascote, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. Sua característica principal é o compartilhamento com outros segmentos da sociedade formando uma equipe técnico-pedagógica integrada pelos colaboradores próprios e terceiros da empresa e comunidades locais na realização de ações pedagógicas sistematizadas e periódicas, valorizando a cultura das comunidades e interagindo com o maior número de pessoas.

O programa executa ações de educação ambiental de acordo com as particularidades da região, contemplando as áreas de influência da empresa e buscando uma metodologia própria baseada e construída na participação efetiva do público. A metodologia está baseada em um sistema que visa a aprendizagem, empreendendo propostas transdisciplinares em uma relação de interdependência que caracteriza a educação ambiental.

Uma das estratégias do PEAV é a Educação Ambiental Itinerante, na qual as atividades ocorrem por demanda, ou seja, a comunidade nos solicita uma atividade e construímos com ela uma proposta de acordo com a sua necessidade. Nesse caso, são realizadas palestras, seminários, dinâmicas de grupos, oficinas, exposições itinerantes, jogos, etc.

Para atender o território contamos também com visitas à RPPN Estação Veracel que, assim como a Educação Ambiental Itinerante, deve ser agendada previamente e com o Programa de Educação Ambiental das Aves (PEAVES), que surgiu com o Projeto de Observação de Aves da Costa do Descobrimento, que trabalha quatro Unidades de Conservação (UC) do território: a RPPN Estação Veracel, a RPPN Rio do Brasil, o Parque Nacional do Pau Brasil e o Refúgio da Vida Silvestre Rio dos Frades. Nesse contexto, são desenvolvidas atividades nas escolas e comunidades do entorno das Unidades de Conservação envolvidas no projeto, através de abordagens participativas de educação ambiental como passarinhadas, palestras e oficinas desenvolvidas a partir de um estudo de percepção ambiental sempre com o tema AVES.

Objetivo Geral

O Programa de Educação Ambiental da Veracel visa difundir uma educação ambiental voltada para a cidadania e conservação ambiental. Através do Educação Ambiental Itinerante, o objetivo é levar ao público atividades que sensibilizem para a questão ambiental e estimule a busca por hábitos mais sustentáveis, contextualizando a realidade local. Nas Visitas à RPPN Estação Veracel, o principal objetivo é sensibilizar os visitantes sobre os temas ambientais, estimulando a consciência crítica e fortalecendo valores e atitudes que colaborem com o processo de conservação do meio ambiente. Por fim,

o PEAVES tem como objetivo envolver as escolas e comunidades do entorno das Unidades de Conservação participantes do projeto em atividades que contribuam com a sensibilização e encantamento para a conservação das aves.

Público

Espera-se oferecer atividades para os moradores do Assentamento Fazenda Santa Maria

Aspectos gerais da Formação

As ações de educação ambiental da Veracel são feitas a partir de demandas da própria comunidade. Entre as atividades que podem ser desenvolvidas estão: palestras, seminários, dinâmicas de grupo, oficinas de reaproveitamento, passarinhadas, jogos, visitas à RPPN Estação Veracel, etc.

Conteúdo Programático

Serão definidos em conjunto com a comunidade a partir de reuniões que serão realizadas com as lideranças da APRUNVE.

Quando

Maior a agosto de 2018.

Local da realização

APRUNVE, Parque Nacional do Pau Brasil ou RPPN Estação Veracel.

O que será necessário para realizar

Articular as ações com as lideranças da APRUNVE para diagnosticar as demandas e desejos da comunidade e a partir disso definir quais ações específicas serão realizadas, pensando que é importante desenvolver um conjunto de atividades articuladas e integradas para não termos ações pontuais e isoladas.

Responsáveis pela Realização

PEAV/Veracel

Parceiros

APRUNVE

9) FORMAÇÃO CONTINUADA DE BRIGADISTAS

Objetivos

- Fortalecer as ações dos brigadistas do Parque Nacional do Pau Brasil;
- Instrumentalizar os brigadistas para atuação educadora ambiental no território.

Público

Brigadistas do Parque Nacional do Pau Brasil

Carga horária

Permanente e continuada

Aspectos gerais da Formação

Desenvolver uma formação cidadã, preparando o brigadista para atuar, também, como educador ambiental, o que exige a instrumentalização destes profissionais com vistas a atuação deles junto às comunidades. Deste modo, é necessário um cuidado especial com o tempo pedagógico que deverá refletir em ações educativas com as comunidades.

O processo de formação do brigadista deve ser dialógico, permanente e continuado. Para tanto, serão feitas articulações institucionais que possibilitem o intercâmbio entre brigadistas da região, do estado e talvez do Brasil.

Conteúdo Programático

O conteúdo programático deve contemplar o SNUC; histórico do movimento ambientalista; políticas públicas de educação ambiental; técnicas de estratégias de educação ambiental; comunicação e educomunicação, políticas públicas socioambientais, contextualização do território, agroecologia.

Quando

Iniciar as articulações institucionais a partir de maio/2018 para construir a proposta específica da formação até dezembro de 2018 e iniciar a formação no primeiro semestre de 2019.

O que será necessário para realizar

Articulações institucionais para elaborar uma estratégia robusta de formação para este público.

Responsáveis pela Realização

Parque Nacional do Pau Brasil/ICMBio

Parceiros

A identificar

LINHA DE AÇÃO - ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

1. IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE PORTO SEGURO

Objetivos

Contribuir para a implementação da Política Municipal de Educação Ambiental de Porto Seguro;

Fortalecer processos estruturantes, amplos, permanentes e continuados de educação ambiental no território.

Aspectos gerais

Dado que o município de Porto Seguro possui a Lei nº 1167 de 14 de junho de 2014, que institui a Política Municipal de Educação Ambiental (PMEA), é

importante que a mesma seja implementada. O município carece de ações dialógicas para tratar dos aspectos socioambientais específicos e conectados ao regional, nacional e global. O diagnóstico realizado durante a construção do PPPEA do Parque identificou a urgência de formação continuada dos professores para que estes sejam os principais formadores junto aos seus alunos e comunidades escolares como um todo. Identificou-se a urgência de processos educadores ambientais nas comunidades não apenas no entorno do Parque Nacional, mas, em todo o território de Porto Seguro. Identificou a urgência de educação ambiental para combater as gravíssimas problemáticas dos resíduos sólidos, dos agrotóxicos, do desmatamento, das águas, das mudanças do clima, as problemáticas da desigualdade social, das injustiças socioambientais, da ausência de informações, do utilitarismo dos recursos naturais, da insegurança alimentar, entre muitos outros.

Deste modo, a proposta deste PPPEA é desenvolver uma ação de articulação institucional junto à Prefeitura Municipal para tirar da gaveta a lei municipal e construir um processo educador ambiental de abrangência e envergadura necessária para atender às necessidades colocadas.

Para tanto, o passo inicial será o diálogo estreito entre os responsáveis e parceiros apontados aqui e outros possíveis parceiros para que seja feita a articulação com secretarias de educação, meio ambiente, agricultura e outras para a efetivação do Grupo de Trabalho de EA do Município, buscando incorporar os aspectos democráticos e participativos.

Quando

A partir de agosto de 2018

Responsáveis pela Realização

NUPEEA/UFSB

Parceiros

IFBA, INEMA; PAA/ESALQ/USP

2. ELABORAÇÃO DE PROJETOS COLETIVOS

Objetivos

Fortalecer a CTEA e a implementação do PPPEA do Parque e território;
Planejar e dar continuidade na execução do PPPEA.

Aspectos gerais

É importante que todas as ações previstas neste eixo operacional sejam, de fato, executadas, assim como novas propostas sejam incorporadas ao final de um ano deste documento, prazo que terá uma revisão. Portanto a presente ação de elaboração de projetos coletivos tem um olhar especial para a o fortalecimento das ações já incorporadas neste eixo, mas, também pensando na continuidade deste PPPEA.

Deste modo, é proposto aqui algumas ações para captar recursos financeiros que possam contribuir na execução deste eixo operacional, ampliar as parcerias do PPPEA, mobilizar outras instituições e segmentos comunitários e

consequentemente potencializar as ações com alcance maior de envolvidos.

Para tanto, as ações básicas a serem realizadas são:

- Levantamento de editais e possíveis patrocinadores para identificar as potenciais fontes de financiamento de projetos que atendam as demandas, expectativas, necessidades postas neste PPPEA.
- Verificar as possibilidades de algum projeto de pequeno porte do PPPEA que seja atraente para captação a partir de uma plataforma de crowdfunding (financiamento coletivo) com objetivos de receber doações em todo o mundo de doadores que se sensibilizam com a causa apresentada.
- Fazer articulações institucionais para a elaboração coletiva de projetos de educação ambiental, agroecologia, conservação da biodiversidade, etc. ou a inserção de ações em projetos já existentes que dialoguem dos mesmos princípios e valores deste PPPEA.

Quando

Permanente

Responsáveis pela Realização

PNPB e CTEA

Parceiros

Mapear possíveis parceiros

LINHA DE AÇÃO - COMUNICAÇÃO E EDUCOMUNICAÇÃO

A Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), destaca que “todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras”

A Constituição Federal Brasileira de 1988 apresenta a comunicação como um direito humano, sendo, portanto, um dos pilares da sociedade democrática. As ações previstas de comunicação fundamentam-se neste direito básico e trazemos aqui a educomunicação que amplia o diálogo e a capacidade de expressão dos sujeitos que são potencializados para se colocarem como protagonistas das ações comunicadoras.

1. CIRCUITO TELA VERDE - CTV

Objetivo da ação

O Circuito Tela Verde - CTV é uma iniciativa do Departamento de Educação Ambiental, da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente - MMA. O CTV promove regularmente a Mostra

Nacional de Produção Audiovisual Independente, que reúne vídeos com conteúdo socioambiental para serem exibidos em todo território nacional e em algumas localidades fora do país. O objetivo da mostra é discutir desafios e propostas para as questões socioambientais do país, bem como divulgar e estimular atividades de Educação Ambiental, por meio da linguagem audiovisual, contribuindo com a construção de valores culturais voltados à sustentabilidade e visa atender os princípios básicos da Política Nacional de Educação Ambiental como a vinculação entre ética, educação, trabalho e as práticas sociais e o reconhecimento e respeito a pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Público

No guia, na parte onde estão as especificações da ficha técnica e sinopses, existe a descrição do público alvo de cada filme. Podendo ser avaliada pela equipe responsável pela mostra.

Aspectos gerais da ação

O circuito tela verde é disponibilizado para os espaços exibidores que a partir do diagnóstico da sua realidade pode selecionar os temas que são mais urgentes e carentes de debate, para realizar a exibição.

É importante frisar que, após a exibição, deve-se promover um debate entre os presentes. A programação fica a critério do organizador da mostra e podem ser convidados educadores, ambientalistas, cineastas, produtores, documentaristas e pessoas que possam contribuir para o aprofundamento dos temas discussão e reflexão a partir do relato de suas experiências pessoais e profissionais. A organização deverá estimular a participação do público com perguntas e depoimentos visando enriquecer o debate.

Período de realização

As mostras poderão ocorrer a partir do lançamento nacional do CTV, em junho. Os espaços exibidores podem planejar suas exibições a partir do mês de lançamento, respeitando o prazo de junho a novembro. O espaço exibidor poderá utilizar o material do Kit em ações educativas por tempo indeterminado, no entanto, para fins de avaliação, serão consideradas apenas as mostras realizadas no prazo citado.

Necessidades para realização da ação

Em primeiro lugar, é importante que cada estrutura educadora identifique uma pessoa ou uma equipe que ficará responsável pela organização da mostra. A organização deverá identificar um espaço onde deverão ser instalados os equipamentos adequados para a exibição, tais como: projetor e telão (ou superfície adequada para a projeção) ou aparelho de DVD com televisão grande ou computador com tela grande e sistema de som.

Caso não tenham o equipamento necessário e/ou um espaço adequado para a realização da exibição, os organizadores devem procurar ajuda de parceiros que possam disponibilizar estes recursos. Como se trata de uma mostra alternativa, não há um local específico para sua realização, podendo ser utilizado qualquer espaço na sua comunidade, aldeia, vila, etc

Responsáveis pela ação

DEA/MMA e Parna Pau Brasil/ICMBIO

Parceiros:

Os que forem mapeados para possibilidade de realização das exposições

2. PUBLICAÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGROECOLOGIA

Objetivos

- Compartilhar reflexões e experiências sobre conservação da biodiversidade, agroecologia, agrobiodiversidade e educação ambiental desenvolvidas no território da Costa do Descobrimento;
- Democratizar o acesso às informações e estimular novas ações de conservação da biodiversidade, agroecologia, agrobiodiversidade e educação ambiental no território;
- Propiciar a construção de conhecimentos a partir da educação ambiental e do diálogo de saberes sobre agrobiodiversidade, agroecologia e conservação da biodiversidade;
- Socializar o método de construção do Projeto Político-Pedagógico de Educação Ambiental do Parque Nacional do Pau Brasil e território como uma experiência que pode ser replicada;
- Dar visibilidade ao território a partir da divulgação de boas práticas comunitárias e institucionais.

Aspectos gerais

Uma publicação é a oferta de obra literária, popular, artística ou científica ao conhecimento do público com fins de divulgação, construção de conhecimentos e outros.

A publicação proposta será formatada como um livro dentro dos padrões editoriais exigidos pela Biblioteca Nacional. Terá aproximadamente 200 páginas diagramadas e ilustradas de forma que estimule e facilite a leitura.

A proposta de conteúdo da publicação envolve prioritariamente os assuntos/temas a seguir:

- Sistematização metodológica da construção do PPPEA do Parque Nacional do Pau Brasil e seu território;
- Sistematização das experiências agroecológicas e de agrobiodiversidade da Aprunve e PAA/ESALQ, como um diálogo de saberes dos agricultores familiares e equipes técnicas, sendo todos autores protagonistas da ação;
- Reflexões e experiências sobre a educação ambiental, agroecologia, reforma agrária, conservação da biodiversidade no território;
- Turismo de base comunitária no território;
- Políticas públicas socioambientais no território.

Para a elaboração dos textos serão convidados alguns atores sociais da CTEA e outros, a partir das ações e temas destacados acima, ou seja, espera-se construir uma publicação que traga reflexões e experiências que estão acontecendo no território dentro dos valores e princípios apontados neste PPPEA sobre a educação ambiental, agroecologia e conservação da biodiversidade.

Neste sentido identifica-se previamente as instituições da CTEA que podem ser

convidadas e orientadas para a elaboração de textos:

1. Associação Despertar Trancoso
2. Aprunve
3. Associação de Moradores do Vale Verde
4. Associação de Moradores de Vera Cruz
5. UNEB
6. NUPEEA/USFB
7. NEA/UFSB
8. PAA/ESALQ
9. Estação Veracel
10. RPPN Rio Brasil
11. INEMA
12. Parna/ICMBio
13. Outros a definir/identificar

Quando

Construção: maio a dezembro/2018

Lançamento: até março/2019

Responsáveis

PAA/ESALQ e PNPB/ICMBio

Parceiros

Comitê Editorial e CTEA

3. ESPAÇOS DE DIÁLOGO, INTERAÇÃO E DIVULGAÇÃO

1) Pagina do PPPEA no Facebook

Criar uma página do PPPEA no facebook para dar visibilidade ao processo realizado e as ações que serão implementadas a partir deste plano de ação do eixo operacional.

Quando

A partir de junho de 2018 permanentemente

Responsáveis

PNPB; PAA/ESALQ; CTEA

2) Grupo de Trabalho de Comunicação

Criar um grupo de trabalho de comunicação no Conselho Consultivo do PNPB com a finalidade de elaborar um projeto amplo de comunicação do Parque Nacional. Para isso, o gestor do Parque vai articular com as instituições do Conselho após o lançamento deste PPPEA.

Quando

A partir de agosto de 2018

Responsável

PNPB

3) Encontro de Educação Ambiental no Parque Nacional do Pau Brasil

Com objetivos de dialogar, sensibilizar, informar e divulgar as ações que o PNPB, a CTEA e o Conselho Consultivo desenvolvem no decorrer do ano será realizado um encontro anual aberto a sociedade com 8 horas atividades em programação crítica e criativa a ser construída conjuntamente entre os envolvidos.

Quando

Abril de 2019 (anualmente)

Responsáveis

PNPB, CTEA e Conselho Consultivo

4) Encontro entre as Comunidades do Entorno do Parque

Realizar encontro anual entre as comunidades do entorno do Parque Nacional do Pau Brasil com objetivos de criarem vínculos entre as mesmas, dialogarem sobre os aspectos diversos do território em que vivem, como os problemas e potencialidades socioambientais, as ações que são desenvolvidas a partir do PPPEA pelo Parque, CTEA e outras organizações. O ideal é que cada encontro anual seja numa comunidade diferente propiciando integração, trocas e responsabilidade compartilhada. Os organizadores do encontro anual vão pensar numa programação com atrativos para tornar o encontro mais agradável, como uma “festa comunitária socioambiental” com músicas, dinâmicas, alimentação saudável, etc.

Quando

Dezembro/2018

Responsáveis

Associações comunitárias da CTEA

Parceiro

PNPB e outros que identificarem no processo de organização

5) Reunião de divulgação do PPPEA

A partir do lançamento deste PPPEA é proposto que o PNPB realize algumas reuniões para divulgar melhor este documento, além de iniciar algumas articulações institucionais junto aos órgãos públicos diversos. É importante que as instituições recebam ofício/comunicado de agradecimento quanto à participação na construção do PPPEA.

Quando

A partir de maio de 2018

Responsável

PNPB

LINHA DE AÇÃO - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e avaliação têm importância para a gestão de projetos que desejam acompanhar sua evolução, impactos e sucesso de forma a incidir em políticas públicas que fortaleçam suas ações e resultados numa retroalimentação que transforme a realidade socioambiental diagnosticada.

De acordo com Oakley e Clayton (2003), a análise da informação obtida durante o monitoramento e avaliação deve indicar problemas ou dificuldades ocorridas que permitam realizar as ações necessárias para superar essas dificuldades.

Na educação ambiental monitorar e avaliar significa um processo educador que possibilita o autoconhecimento, formação, mobilização e articulação de atores diversos resultando em aprendizagem coletiva e estratégica para além do gerenciamento de um projeto ou de uma política.

Monitorar e avaliar projetos e políticas públicas de educação ambiental é um desafio que requer diálogo, articulação e sinergias entre a diversidade de atores, conhecimentos e tecnologias da informação e comunicação. Destaca-se a necessidade de processos de formação continuados e permanentes para que indicadores, monitoramento e avaliação sejam desmistificados, compreendidos e inseridos no dia a dia do ciclo de políticas públicas (RAYMUNDO et al., 2017, p. 56).

Um dos elementos importantes no monitoramento e avaliação refere-se aos indicadores como formas de constatar dados quantitativos e qualitativos que enunciam se estamos desempenhando bem aquilo que propusemos, se conseguimos alcançar os resultados esperados e também se estamos conquistando a transformação desejada a partir das nossas ações.

Existem várias definições de indicadores, entre elas registra-se que o termo indicador é originário do latim *indicare*, que significa descobrir, apontar, anunciar, estimar (HAMMOND, 1995). São esses indicadores que o PPPEA se propõe a construir de forma coletiva na CTEA para definir parâmetros que possibilitem um monitoramento e avaliação de qualidade quanto ao desempenho e resultados do eixo operacional.

Outro aspecto importante a registrar é a necessidade de revisão periódica do PPPEA como fruto dos resultados do monitoramento e avaliação com base

nos indicadores, portanto, coloca-se aqui que o prazo ideal para essa revisão está estabelecido entre 12 e 18 meses no máximo.

A seguir serão apresentadas algumas ações com vistas ao monitoramento e avaliação do PPPEA.

1) FORTALECIMENTO DA CTEA

A CTEA será fortalecida como uma “comunidade de aprendizagem” a partir de processos formativos continuados e permanentes com foco nos conteúdos identificados no eixo situacional, bem como, nos valores, princípios, conceitos, fundamentos, políticas públicas, desejos e sonhos apresentados no eixo conceitual. Além disso, as ações colocadas nas demais linhas de ação (comunicação, articulação institucional e essa própria de monitoramento e avaliação), também terão papel fundamental para o fortalecimento da CTEA. Com a CTEA fortalecida a possibilidade é muito maior dela ser atuante na governança do PPPEA e conseqüentemente no seu papel de monitorar e avaliar.

2) GESTÃO DA CTEA

Para o monitoramento e avaliação do eixo operacional, que traz um conjunto de atividades dentro das quatro linhas de ação, vamos criar alguns procedimentos necessários para que a CTEA faça a gestão. São eles:

2 reuniões periódicas no ano – com objetivos de dialogar sobre as ações do PPPEA em desenvolvimento, monitorar e avaliar com base em indicadores que serão construídos. Além de revisar o PPPEA de forma periódica. As datas e horários das reuniões serão combinadas entre o grupo após o lançamento deste documento.

Reuniões extraordinárias – essas podem acontecer quando a CTEA identificar a necessidade e urgência.

Comunicação – A CTEA terá sua comunicação por meio de whatsapp, e-mail, facebook como forma de manter ativa as trocas de informações, compartilhamento de notícias diversas, os comunicados oficiais, bem como estimular o diálogo permanente no grupo.

Diálogo entre a CTEA e Conselho Consultivo – É importante que o Conselho Consultivo, também esteja atento ao monitoramento e avaliação das ações do PPPEA, portanto, a cada reunião ordinária do Conselho é preciso haver um espaço de apresentação da CTEA para compartilhar e dialogar sobre o processo e resultados do eixo operacional. Sendo o Conselho formado, também por integrantes da CTEA a mesma já estará presente nas reuniões do referido colegiado.

Criação coletiva dos indicadores de monitoramento e avaliação do PPPEA.

Quando

Permanente

Responsáveis

PNPB e CTEA

ABRELPE – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil**. ABRELPE. São Paulo, 2016.

ACTUAR e Rede da Sociedade Civil para Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. **Relatório de participação na 5.ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, 3 a 6 de novembro de 2015.

AMORIM, R. R. **Análise geoambiental como subsídio ao planejamento no uso e ocupação das terras da zona costeira da região Costa do Descobrimento (Bahia)**. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas, SP. 2011.

ANDRÉ, M. **Práticas inovadoras na formação de professores**. Campinas: Papirus, 2016.

ANTUNES, P. B. **Educação Ambiental**. In: Rev. Direito, Rio de Janeiro, V 3, n° 6. jul/dez, 1999.

ARAÚJO, M. N. R. **Luta pela terra na região extremo sul da Bahia/Brasil: um estudo da espacialização e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (1985-2005)**. Exposição apresentada no VIII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural, no GT 18 – Reforma agrária: territorialidade e desenvolvimento sustentável, Porto de Galinhas/PE. 2010.

AVANZI, M. R.; MALAGODI, M. A. S. **Comunidades Interpretativas**. In: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio (Org.). Encontros e Caminhos: formação de educadores ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, 2005.

BRANDÃO, C. R. **Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer, pensar e praticar o município educador sustentável** / Carlos Rodrigues Brandão. – 2. ed. – Brasília: MMA, Programa Nacional de Educação Ambiental, 2005. 181 p.

BRASIL. Lei n. 9795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: *Diário Oficial da União*, 28 de abril de 1999.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. ProFEA – Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais: por um Brasil educado e educando ambientalmente para sustentabilidade. Série Documentos Técnicos, número 8. Brasília: 2006

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Diretoria de Educação Ambiental. **Projeto político-pedagógico aplicado a centros de educação ambiental e a salas verdes**. Brasília, 2005. (Série Repertórios da Educação Ambiental). Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/ceas_ppp.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2016.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar: Guia metodológico – oficina do PEA AF** / Alex Barroso Bernal e Adriana de Magalhães Chaves Martins, Organizadores. Brasília: MMA, 2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – ProNEA/ Programa Nacional de Educação Ambiental. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 2014.

Disponível em: <www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/pronea1>. Acesso: jan. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). **II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 17-20 março, 2004**. Brasília: Consea; 2004.

BRASIL, Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. **Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Pnapo**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm>.

BRASIL. **Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

BRASIL. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)**. nº 11.346, de 15 de julho de 2006.

BRASIL. **Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

BRIGHENTE, M.F.; MESQUIDA, P. **Paulo Freire: da denúncia da educação bancária ao anúncio de uma pedagogia libertadora**. Proposições, vol.27 nº1, Campinas. Jan./Apr. 2016.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA - CIAPO. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Planapo**. - Brasília, DF: MDS; CIAPO, 2013.

CARVALHO, I. C. de M. **Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da educação**. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira* / Ministério de Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

CARVALHO, C. R. de. **Uma abordagem geográfica do turismo em Porto Seguro**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Física do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2008. 104 p.

DATALUTA – **Banco de Dados da Luta pela Terra (2014)**. Relatório Brasil 2013. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP. Presidente Prudente/SP.

DIEESE. Artigo com a apresentação e análise dos resultados da pesquisa. **Pesquisa do Setor de Turismo e Hospitalidade da Região da Costa do Descobrimento**. 2008.

DUTRA, C. M. **Roteiro para a elaboração dos Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica**. Brasília: MMA, 2013. 68 p.

DYE, T.D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall. 1984.

FREIRE, P. **Política e Educação**. 5. ed - São Paulo, Cortez, 2001. Coleção Questões de Nossa Época; v.23.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GAZETA BAHIA. **Projeto Educando com a Horta Escolar, em Porto Seguro, é referência para o mundo**. 07 de Novembro de 2011. 2011. Disponível em: <<http://www.agazetabahia.com/noticias/geral/161/projeto-educando-com-a-horta-escolar-em-porto-seguro-e-referencia-para-o-mundo-07-11-2011/>>.

GEMERASCA, M.P.; GANDIN, D. **Planejamento participativo na Escola. O que é e como se faz**. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/docs_pdf/projeto_construcao2005.pdf>. Acesso em maio de 2017.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecología: procesos ecológicos en agricultura sostenible**. Turrialba: Catie, 2002.

GUIMARÃES, M. Intervenção Educacional: do “de grão em grão a galinha enche o papo” ao “tudo junto ao mesmo tempo agora”. In: FERRARO, L.A. (Org.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

HAMMOND, A., et al. **Environmental indicators: a systematic approach to measuring and reporting on environmental policy performance in the context of sustainable development**. Washington, D.C.: World Resources Institut, 1995.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis. Ministério do Meio Ambiente. PREVFOGO. **Plano de Prevenção aos Incêndios Florestais – Parque Nacional do Pau Brasil**. Porto Seguro, BA. 2005.

IBGE. **Censo Demográfico**. 2010.

ICMBIO. 2016a. **Plano de Manejo do Parque Nacional Pau Brasil**. Volume 1. Brasília. 2016. 301 p.

ICMBIO. 2016b. **Plano de Manejo do Parque Nacional Pau Brasil**. Volume 2. Brasília. 2016. 111 p.

ICMBIO - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Sítio Eletrônico do Parque Nacional do Pau Brasil**. Ministério do Meio Ambiente. Brasília. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/mata-atlantica/unidades-de-conservacao-mata-atlantica/2205-parna-do-pau-brasil>>.

ICMBIO. **ATO INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 11**, 2010.

JESUS, J. N. de. **A Pedagogia da Alternância e o debate da educação no/do campo no estado de Goiás**. Revista Nera, Presidente Prudente, v. 14, n. 18, p. 7-20, jan./jun. 2011.

LEFF, E. **Agroecologia e saber ambiental. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.1,2002.
Lei 13.468 de 29/12/2015 referente ao Plano Plurianual Participativo 2016 - 2019. Divisão Política dos Territórios de Identidade. BAHIA - Seplan; 30 de junho de 2015.

Lei n.º 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. Lei de Crimes Ambientais. Brasília, 1998.

Lei nº 12.305/10. **Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)**. Brasília, 2010.

Lei nº 1.358/17 de 25/05/2017. **Política Municipal de Saneamento Básico**. Porto Seguro, Bahia. 2017.

Lei nº 1.167 de 14 de junho de 2014. **Política Municipal de Educação Ambiental (PMEA)** de Porto Seguro, Bahia.

Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC**. MMA. Brasília. 2000.

LOPES, P., et. al. **Importância da agrobiodiversidade: conservação on farm ou conservação na roça**. In: SORRENTINO, M. et al. Educação, Agroecologia e Bem Viver: transição ambientalista para sociedades sustentáveis. Piracicaba – SP. 344 p., 2017.

LÜDKE, M. E, ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 2001.

MAGALHÃES, C. **Acordos de cessão de terras ao Programa Nacional de Reforma Agrária como estrutura de governança policêntrica no extremo sul da Bahia**. XVII ENANPUR. São Paulo. 2017

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Reserva de Biosfera da Mata Atlântica**, 2006.

NETO, S. P. G. de C.; SILVA, L. T. **Turismo e Desenvolvimento: Transformações no Território da Região do Extremo Sul da Bahia**. Caminhos de Geografia – revista online. Uberlândia Instituto de Geografia UFU Programa de Pós-graduação em Geografia v. 16, n. 55 Set/2015 p. 74–88. ISSN 1678-6343

NETO, S. P. G. de C. **Três Décadas de Eucalipto no Extremo Sul da Bahia**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº31, pp. 55 - 68, 2012.

OAKLEY, P.; CLAYTON, A. **Monitoramento e avaliação do empoderamento (“empowerment”)**. Tradução de Zuleika Arashiro e Ricardo Dias Sameshima. São Paulo, Instituto Pólis, 2003. 96 p.

OCA – LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO E POLÍTICA AMBIENTAL ESALQ-USP. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Universidade de São Paulo. 2016.

OCA - LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO E POLÍTICA AMBIENTAL-ESALQ-USP. **O “método oca” de educação ambiental: fundamentos e estrutura incremental**. Ambiente & Educação Revista de Educação Ambiental Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Dossiê Temático Fundamentos da Educação Ambiental Vol. 21, n. 1, 2016.

OLIVEIRA, T.L.; FERNANDES, C.A.; OLIVEIRA, M.F. [Florestas, unidades de conservação e comunidade tradicional: relato de experiência de uma intervenção participativa. Percepção ambiental de moradores do assentamento vale verde](#). In: Revista PROEX, Volume I, Número 2, Julho - Dezembro 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção da Diversidade Biológica (CDB)**. 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA – FAO. **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: Um retrato multidimensional**. (Brasília, DF) Anne W. Kepple. Relatório 2014.

Projeto Político Pedagógico do Ministério do Meio Ambiente. Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. 2014. Relatório – produto técnico apresentado ao IICA, Brasília – 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO. **Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Porto Seguro**. Porto Seguro, Bahia. 2014. 70 p. Disponível em: <<https://www.conservation.org/global/brasil/publicacoes/Documents/PMMA-PORTO-SEGURO-TELA.pdf>>.

RAYMUNDO, M. H.A.; *et al.* **Alfabetização Agroecológica Ambientalista: dialogo de saberes no território do Extremo Sul da Bahia**. In: SORRENTINO, et al. Educação, Agroecologia e Bem Viver: transição ambientalista para sociedades sustentáveis. Piracicaba – SP. 344 p., 2017.

RAYMUNDO, M. H. A., DINIZ, N., MARANHÃO, R., JANKE, N. Projeto Político Pedagógico como estratégia para Inclusão da Educação Ambiental nas Políticas Públicas Brasileiras. Revista Científica Galego-Lusófona de Educación Ambiental. v2, n 20, p. 151-165, 2015.

RAYMUNDO, M.H.A.; BRANCO, E.A.; BIASOLI, S.; SORRENTINO, M.; MARANHÃO, R. Indicadores de Monitoramento e Avaliação de Projetos e Políticas Públicas de Educação Ambiental no Brasil. In: ambientalMENTEsustentable, 2017. janeiro-dezembro 2017, ano XII, vol. I, núm. 23-24, páginas 25-39

SEPLAN. Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia. **Território de Identidade**. 2016.

Sítio eletrônico da Associação Nacional de Ação Indigenista *apud* Porto Seguro, p. 37, 2014.

SORRENTINO, M. Apresentação. Como construir políticas públicas de educação ambiental para sociedades sustentáveis?. In: RAYMUNDO, M. H. A.; BRIANEZI, T.; SORRENTINO, M. Como construir políticas públicas de educação ambiental para sociedades sustentáveis?. São Carlos : Diagrama, 2015, v.1. p.226.

SORRENTINO, Marcos, *et al.* **Agroecologia, biodiversidade, reforma agrária e educação ambiental**. In: SORRENTINO, M. *et al.* Educação, Agroecologia e Bem Viver: transição ambientalista para sociedades sustentáveis. Piracicaba – SP. 344 p., 2017.

STÉDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. **Soberania alimentar: uma necessidade dos povos**. 2011.

Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, 1992. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/trat_ea.pdf>.

TYGEL, A.F., *et. al.* **Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida: construção da resistência brasileira ao avanço do capital no campo**. Agriculturas, v. 11 - n. 4 • dezembro de 2014.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos do Homem**, 1948.

VARJABEDIAN, R. **Lei da Mata Atlântica: retrocesso ambiental**. Estud. av. vol. 24, no.68 São Paulo, 2010.

VEIGA, I.P.A. **Inovações e Projeto Político-Pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória?** Cad. CEDES vol.23 nº 61 Campinas. P. 279. 2003.

VEIGA, I.P.A. **Projeto Político-Pedagógico da Escola de Ensino Médio e suas Articulações com as Ações da Secretaria de Educação**. Anais do I Seminário Nacional: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – Perspectivas Atuais Belo Horizonte, novembro de 2010.

VERACEL CELULOSE S.A. Relatório, 2008. **Diagnóstico social e ambiental das comunidades do Programa Boa Vizinhança da RPPN - Estação Veracel**. Eunápolis. 2008.

